



Rua XV de Novembro, 1155, Sala 1605, Centro
Curitiba, Paraná, Brasil (80.060-000)
Vanilda Rosângela de Souza – Diretora
vanilda.souza@sysflor.com.br

RELATÓRIO DA AVALIAÇÃO PARA RECERTIFICAÇÃO DE MANEJO FLORESTAL E CADEIA DE CUSTÓDIA DESDE A FLORESTA ATÉ A SAÍDA DO PRODUTO DA EMPRESA

Suzano Papel e Celulose S.A. - UNF Maranhão SYS-FM/CERFLOR-0001

Avenida Newton Bello s/n, Bairro Santa Rita (Estrada do Arroz, km 13, Povoado Bacaba), Imperatriz,
Maranhão, CEP: 65919-050, Brasil
Pollianne Dionor Schwabe - polliannes@suzano.com.br
www.suzano.com.br

DATA DE CERTIFICAÇÃO	VALIDADE
02/06/2019	01/06/2024

DATA DA AUDITORIA DE CAMPO
11 a 15/06/2018
DATA DA ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO
27/05/2019

Organização do relatório

Este relatório corresponde ao resultado da avaliação de certificação pela equipe de auditores e está dividido em duas seções. Na seção A, está o Resumo Público e as informações básicas requeridas pelo INMETRO (Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – CERFLOR/ Programa Brasileiro de Certificação Florestal). Esta seção é disponibilizada ao público em geral e tem o objetivo de proporcionar uma visão geral do processo de avaliação, dos programas administrativos e gerenciais, do plano de ação em relação às florestas e do resultado final da avaliação. A seção A será disponibilizada por e-mail sempre que solicitada e também está disponível para consulta no website da Sysflor (www.sysflor.com.br). A seção B contém as informações mais detalhadas para o uso do Empreendimento de Manejo Florestal - EMF.

PREFÁCIO

A Sysflor é um organismo de avaliação independente, acreditado pela Coordenação Geral de Acreditação do Inmetro (Cgcre) para conduzir o processo de avaliação do manejo florestal, sob o sistema de certificação do CERFLOR. Os Empreendimentos de Manejo Florestal (EMF) que cumprirem os padrões de manejo florestal podem ser certificados e usar o logotipo do CERFLOR para fins de mercado, com supervisão regular da Sysflor. O processo de avaliação inicial é composto por duas fases, Auditoria Fase 1 e Auditoria Fase 2. Com isso, o objetivo da auditoria Fase 2 é:

- Determinação da conformidade do sistema de gestão do cliente, ou de parte desse sistema, com os critérios de auditoria;
- Avaliação da capacidade do sistema de gestão para assegurar que a organização (cliente) atenda aos requisitos estatutários, regulamentadores e contratuais;
- Avaliação da eficácia do sistema de gestão para assegurar que a organização (cliente) atenda continuamente aos seus objetivos definidos;
- Conforme aplicável, identificação de áreas para possível melhoria do sistema de gestão.

Auditorias de recertificação são realizadas ao final do ciclo de validade do certificado de forma a permitir a renovação da certificação da empresa. O objetivo da auditoria de recertificação é confirmar a conformidade e a eficácia contínuas do sistema de gestão como um todo, e a sua contínua relevância e aplicabilidade ao escopo de certificação. Incluindo os seguintes tópicos:

- A eficácia de todo o sistema, considerando mudanças internas e externas, e sua relevância e aplicabilidade contínuas ao escopo de certificação;
- Comprometimento demonstrado para manter a eficácia e melhoria do sistema de gestão, a fim de melhorar o desempenho global;
- A eficácia do sistema de gestão em relação a atingir os objetivos do cliente certificado e os resultados esperados do respectivo sistema de gestão.

A auditoria Fase 2 (ou recertificação) é baseada em um processo de amostragem da informação disponível. Um resumo público da avaliação inicial está disponível por e-mail, sempre que solicitado e também está disponível para consulta no website da Sysflor (www.sysflor.com.br).

Os critérios de auditoria são utilizados como referência para determinação da conformidade e consideram:

- Os requisitos estabelecidos nas normas de certificação CERFLOR aplicáveis;
- Os processos definidos e a documentação do sistema de gestão desenvolvido pelo cliente.

A Sysflor convoca equipes interdisciplinares de especialistas em recursos naturais e outros peritos na área florestal para conduzir o processo de avaliação do manejo florestal. As equipes de avaliação da Sysflor coletam e analisam documentos e registros, conduzem entrevistas com os funcionários dos EMF e com partes interessadas e, realizam auditorias de campo e de escritório nas Unidades de Manejo Florestal (UMF) como parte da avaliação de certificação. Após completar a fase de levantamento das evidências, a equipe da Sysflor determina a conformidade do EMF com os Princípios e Critérios do CERFLOR.

SUMÁRIO

PREFÁCIO	2
SEÇÃO A - RESUMO PÚBLICO	5
1. INFORMAÇÕES GERAIS	5
1.1 Informações de Registro do Certificado	5
1.1.1 Informações gerais sobre a organização	5
1.1.2 Escopo do Certificado	6
1.2 Dados do manejo florestal	12
1.2.1 Floresta de Produção	12
1.2.2 Produtos	13
1.2.3 Áreas de Conservação	13
1.3 Áreas fora do escopo da certificação (Certificação Parcial/ Excisão)	13
1.4 Informação Social	22
1.5 Uso de pesticidas e outros produtos químicos	22
2. DESCRIÇÃO DO MANEJO FLORESTAL	23
2.1. Plano de Manejo Florestal	23
2.2. Contexto Socioeconômico	24
2.3 Direito de Uso e Posse da Terra	25
3. AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE MANEJO	26
3.1 Padrões utilizados	26
3.1.1 Padrões aplicáveis credenciados pelo INMETRO	26
3.1.2 Padrões utilizados em auditorias combinadas	27
3.2. Identificação do Organismo de Certificação Florestal (OCF)	27
3.3 Processo de Avaliação	27
3.3.1. Etapas do processo de avaliação	27
3.3.2. Metodologia e estratégias empregadas	28
3.3.3 Determinação de Conformidade	28
3.4. Processo de Consulta às Partes Interessadas	29
3.5. Cronograma e Equipe da Avaliação	30
3.5.1 Itinerário e Atividades de Avaliação	30
3.5.2 Tempo total dedicado à avaliação	36
3.5.3 Equipe de Avaliação	36

3.5.4. Grupos de partes interessadas consultados	39
4. RESULTADOS DA AVALIAÇÃO.....	39
4.1 Resumo dos comentários das partes interessadas e respostas dadas pela equipe, onde aplicáveis.....	39
4.2 Resumo das constatações da avaliação	44
4.3 Não conformidades e Oportunidades de Melhoria Existentes	48
4.4 Descrição das Novas Não Conformidades e Oportunidades de Melhoria	63
5. DECISÃO DA CERTIFICAÇÃO	74

SEÇÃO A - RESUMO PÚBLICO

1. INFORMAÇÕES GERAIS

1.1 Informações de Registro do Certificado

1.1.1 Informações gerais sobre a organização

Nome da Empresa	Suzano Papel e Celulose S.A., UNF Maranhão.
Histórico da Empresa	<p>Em janeiro de 1924, o imigrante Sr. Leon Feffer registrava na junta comercial do Estado de São Paulo a Leon Feffer & Cia, que viria a se tornar mais tarde a Suzano Papel e Celulose. Em 1941, em plena Segunda Guerra Mundial, surgiu a primeira Unidade Industrial, a Fábrica A no bairro do Ipiranga em São Paulo - SP. Em 1946, já colhendo bons frutos da fábrica, o Sr. Leon mudou o nome da empresa para Indústria de Papel Leon Feffer. No final dos anos 40, Max Feffer, o primogênito de Leon Feffer, que estudava música nos Estados Unidos, voltou ao Brasil para assumir a função de Vice-Presidente Executivo na Indústria. Uma grande preocupação naquela época era a dependência da celulose importada para a fabricação do papel. Nos anos 50, buscando alternativas à celulose importada, a Suzano foi a pioneira na produção 100% de celulose de eucalipto. A nova produção iniciou-se no moderno parque industrial adquirido em 1956 no município de Suzano, com 240.000 m², estrategicamente localizado entre antigos plantios de eucalipto e próximo do principal mercado consumidor, a cidade de São Paulo. O nome da empresa foi mudado para Companhia Suzano de Papel e Celulose, que na época produzia cerca de 25 t/dia de celulose de eucalipto.</p> <p>Em 1985 surgiu o projeto da Bahia Sul Celulose Joint Venture, em Mucuri – Bahia, formada por 55% de participação da Companhia Vale do Rio Doce e 45% da Cia Suzano, que visava à implantação de uma fábrica de celulose de fibra curta branqueada de eucalipto com capacidade para 500 mil t/ano, e uma máquina de papel de imprimir e escrever com capacidade de 250 mil t/ano. Assim, a implantação da nova unidade industrial teve início em 1985 e seu “startup” ocorreu em março de 1992.</p> <p>Em 2001, a Suzano adquiriu a participação da Companhia Vale do Rio Doce na Bahia Sul Celulose. Com a iniciativa, as duas empresas do Grupo, juntas, passaram a ter uma capacidade de produção de 1,2 milhão de toneladas de produtos por ano.</p> <p>Em maio de 2003, visando estar em linha com melhores práticas de governança corporativa, a empresa aderiu ao Nível 1 de Governança Corporativa da Bovespa, garantindo dessa forma a transparência nas operações e a qualidade da prestação de contas aos acionistas.</p> <p>Em 2005, a Suzano Papel e Celulose iniciou a implantação de um projeto de expansão de sua planta localizada em Mucuri (BA), “Projeto Mucuri” para construir uma segunda linha de celulose para produção de 1 milhão de toneladas.</p> <p>Em agosto de 2007, o Projeto Mucuri iniciou sua operação, aumentando a capacidade final de produtos da Suzano Papel e Celulose, passando da produção de 1,35 milhão de toneladas para mais de 2,8 milhões de toneladas por ano de papel e celulose. Em março de 2005, ocorreu a aquisição da Ripasa</p>

	<p>S.A. Celulose e Papel, de forma compartilhada com a VCP, companhia do Grupo Votorantin, com o nome Conpacel. Em dezembro de 2010, a Suzano passou a deter todo o controle da Conpacel, com uma fábrica que tem a capacidade produtiva de 390 mil toneladas anuais de papel, e aproximadamente 650 mil toneladas anuais de celulose.</p> <p>Em 2008, a Suzano – Papel e Celulose S.A. anunciou o seu plano de expansão com a construção de duas novas plantas industriais, uma no Maranhão, outra no Piauí.</p> <p>No Maranhão assinou com o governo um protocolo de compromissos para construção da fábrica para a produção de celulose, como parte dos investimentos para o período de 2009-2013. O empreendimento em fase final de construção envolve a implantação da base florestal (MA e TO) com o plantio de floresta de eucalipto para suprir a demanda da fábrica, cuja capacidade de produção prevista é de 1,3 milhão de toneladas de celulose, com investimento da ordem de 1,8 bilhão de dólares. Visando ao abastecimento dessa unidade fabril, a empresa adquiriu áreas florestais da Vale S.A (ferro gusa), objeto do escopo da certificação CERFLOR.</p>		
Pessoa responsável pelo manejo	Pollianne Dionor Schwabe		
Endereço	Avenida Newton Bello s/n, Bairro Santa Rita (Estrada do Arroz, km 13, Povoado Bacaba), Imperatriz, Maranhão, CEP: 65919-050	Telefone	(11) 3503-9199
		Fax	-
		e-mail	polliannes@suzano.com.br
		Website	www.suzano.com.br

1.1.2 Escopo do Certificado

Tipo do Certificado	<input checked="" type="checkbox"/> UMF única	<input type="checkbox"/> UMF múltiplas (ou multi-site)
	<input type="checkbox"/> Grupo	
Membros de Grupo (se aplicável)	N/A	
Número de UMFs no escopo do certificado	01	
Localização Geográfica das UMFs	Latitude & Longitude: 5° 20' 32,683" S e 47° 43' 31,947" W	
Área florestal total no escopo da certificação de manejo:		Unidade: <input checked="" type="checkbox"/> ha <input type="checkbox"/>
Manejo privado	368.148,82	
Manejo estatal	-	
Manejo comunitário	-	
Divisão da UMF em unidades manejáveis:		
As unidades de áreas manejáveis da UMF são as fazendas. Estas, por sua vez, são divididas em talhões, denominados de UP (Unidades de Produção), onde ocorrem as operações.		

Quadro 1.1.2 - Áreas sob o escopo da certificação de manejo de plantações

Imóvel	Município	Titulação	Área total (ha)	Área de plantio (ha)	Outros usos (ha)	Áreas de Conservação (ha)
Açucena I	Paragominas / PA	Arrendamento	2002,15	711,38	47,10	1243,67
Açucena II	Paragominas / PA	Arrendamento	809,50	229,10	20,87	559,53

Agropastoril União	Ulianópolis / PA	Arrendamento	1497,32	617,79	34,10	845,43
Água Limpa	Ulianópolis / PA	Arrendamento	521,96	205,23	18,13	298,60
Água Nascente	Dom Eliseu / PA	Arrendamento	913,27	424,01	20,49	468,77
Aguapi	Ulianópolis / PA	Arrendamento	352,72	163,81	6,84	182,07
Aldeia	São Pedro dos Crentes / MA	Própria	208,77	114,56	8,52	85,69
Alegria	Sítio Novo / MA	Própria	799,32	360,29	29,94	409,09
Aliança 2 QG	Itinga do Maranhão / MA	Própria	1489,14	951,38	60,73	477,03
Alto Bonito	Estreito / MA	Própria	787,06	355,12	48,65	383,29
Alvaluz	Bom Jardim / MA	Própria	4674,44	3154,93	139,18	1380,33
Alvorada	Imperatriz / MA	Arrendamento	1196,58	752,30	48,69	395,59
Angelim	Paragominas / PA	Arrendamento	842,97	392,66	28,75	421,56
Anna Paula Pecuária	Açailândia / MA	Arrendamento	799,31	357,19	34,75	407,37
Aracruz	Rondon do Pará / PA	Arrendamento	302,17	126,59	10,19	165,39
Araguari	Araguatins / TO	Própria	474,05	225,82	8,12	240,11
Arizona	Ulianópolis / PA	Arrendamento	1715,39	702,47	57,74	955,18
Atalaia	Ulianópolis / PA	Arrendamento	929,64	310,20	18,53	600,91
Bacabá	Estreito / MA	Própria	1010,76	476,40	27,13	507,23
Bacabal	Sítio Novo / MA	Própria	225,06	111,33	6,36	107,37
Bacabinha	Estreito / MA	Própria	834,29	499,83	27,47	306,99
Bacuri	Estreito / MA	Própria	1308,49	73,27	17,27	1217,95
Baixa Alegre	Paragominas / PA	Arrendamento	870,43	375,84	18,31	476,28
Bandeirantes	Dom Eliseu / PA	Arrendamento	295,24	134,68	6,29	154,27
Barreiro	Araguatins / TO	Própria	44,64	28,52	0,98	15,14
Bela Manhã QG	Açailândia / MA	Própria	440,69	370,09	14,79	55,81
Bloco Grota	Estreito / MA	Própria	1517,23	578,44	39,30	899,49
Boa Esperança	Cidelândia / MA	Própria	9863,43	3640,31	249,03	5947,17
Boa Esperança III	São Pedro da Água Branca / MA	Própria	1591,92	1024,73	45,89	521,30
Boa Esperança Js	Paragominas / PA	Arrendamento	2251,66	624,32	49,94	1577,40
Boa Esperança (Kyt)	Açailândia / MA	Arrendamento	2358,23	1043,94	36,95	1277,34
Boa Fé	Cidelândia / MA	Própria	955,27	411,72	25,53	518,02
Boa Sorte 2	Açailândia / MA	Arrendamento	1347,42	888,17	46,84	412,41
Boa Sorte QG	Bom Jardim / MA	Própria	1937,67	1074,83	43,64	819,13
Boa Vista	Sítio Novo / MA	Própria	1232,54	472,28	36,96	723,30
Boa Vista III	Vila Nova dos Martírios / MA	Própria	99,94	67,66	3,09	29,19
Boa Vista QG	Açailândia / MA	Própria	3154,17	2259,05	115,14	779,98
Boa Vista VF	Dom Eliseu / PA	Arrendamento	243,14	79,02	14,34	149,78
Boas Novas	Dom Eliseu / PA	Arrendamento	233,46	127,35	2,86	103,25

Boas Novas II	Dom Eliseu / PA	Arrendamento	471,11	167,97	12,50	290,64
Bom Jesus	Dom Eliseu / PA	Arrendamento	153,06	58,93	3,10	91,03
Bonanza	Paragominas / PA	Arrendamento	2874,62	1171,99	52,67	1649,96
Cachoeira	Paragominas / PA	Arrendamento	1595,99	379,00	35,90	1181,09
Cajuru QG	Açailândia / MA	Própria	776,80	659,09	24,30	93,41
Califórnia	Paragominas / PA	Arrendamento	3352,44	927,88	46,89	2377,67
Campo Alegre	Vila Nova dos Martírios / MA	Própria	375,84	258,79	11,30	105,75
Campo Alegre A	São Francisco do Brejão / MA	Arrendamento	169,41	79,36	8,87	81,18
Campo Alegre B	São Francisco do Brejão / MA	Arrendamento	299,37	152,93	7,06	139,38
Canaã	Açailândia / MA	Arrendamento	4327,63	2078,54	149,78	2099,31
Capixaba	Vila Nova dos Martírios / MA	Própria	332,25	148,71	9,58	173,96
Caraíba Velha	Feira Nova do Maranhão / MA	Própria	205,68	99,51	5,66	100,51
Catingueiro	Feira Nova do Maranhão / MA		3348,85	1699,75	75,05	1574,05
Cerradão	Palmeiras do Tocantins / TO	Própria	1356,61	516,89	16,01	823,71
Céu Azul	Rondon do Pará / PA	Arrendamento	205,60	92,77	5,49	107,34
Chale II	Paragominas / PA	Arrendamento	2559,64	761,83	45,02	1752,79
Chapada Alegre I	Dom Eliseu / PA	Arrendamento	801,63	407,84	17,84	375,95
Chapada Alegre II	Dom Eliseu / PA	Arrendamento	1653,92	616,65	31,49	1005,78
Chapada Grande	Buritirana / TO	Própria	3175,20	824,98	66,85	2283,37
Conquistadora	Ulianópolis / PA	Arrendamento	1101,21	421,88	24,20	655,13
Cristalina e Nova	Araguatins / TO	Própria	549,90	192,10	6,01	351,79
Deus Proverá	Dom Eliseu / PA	Arrendamento	39,75	17,84	1,44	20,47
Dois Irmãos	Estreito / MA	Arrendamento	1785,00	387,74	34,57	1362,69
Dois Rios	Ulianópolis / PA	Arrendamento	378,67	143,26	16,64	218,77
Efraim	Dom Eliseu / PA	Arrendamento	439,40	179,53	6,51	253,36
Eldorado	Imperatriz / MA	Própria	8991,41	3858,95	319,03	4813,43
Esperanca	Dom Eliseu / PA	Arrendamento	706,11	167,74	12,48	525,89
Esplanada	Dom Eliseu / PA	Arrendamento	1878,32	828,28	32,57	1017,47
Estrela Dalva	Rondon do Pará / PA	Arrendamento	304,39	143,12	4,01	157,26
Fartura	Estreito / MA	Própria	285,71	150,66	4,65	130,40
Fazendinha	Sítio novo / MA	Própria	804,04	344,34	46,23	413,47
Felicidade QG	Itinga do Maranhão / MA	Própria	510,52	317,85	24,23	168,44
Flexa Dupla	Itinga do Maranhão / MA	Arrendamento	1406,68	1031,31	39,51	335,86

Fruto Do Pará	Dom Eliseu / PA	Arrendamento	196,60	61,93	14,73	119,94
Grupo Barbalho	Paragominas / PA	Arrendamento	7073,07	2166,82	230,98	4675,27
Grupo Entre Rios	Ulianópolis / PA	Arrendamento	1611,44	578,99	36,84	995,61
Grupo Pandolfi	Ulianópolis / PA	Arrendamento	2971,69	791,40	86,14	2094,15
Guaciara II	Paragominas / PA	Arrendamento	1365,44	511,59	24,11	829,74
Guarazinho	São Pedro dos Crentes / MA		4634,16	2624,6	109,84	1899,72
Inaja 2 QG	Açailândia / MA	Própria	396,14	379,70	12,19	4,25
Inaja QG	Açailândia / MA	Própria	449,84	387,40	11,85	50,59
Independência	Ulianópolis / PA	Arrendamento	2006,79	843,22	37,10	1126,47
Itabaiana	Açailândia / MA	Própria	2149,47	279,43	14,19	1855,85
Itaparica	São Francisco do Brejão / MA	Própria	1180,42	610,63	26,62	543,17
Jacamim	Ulianópolis / PA	Arrendamento	8801,03	4008,52	247,53	4544,98
Jumbo Qg	Açailândia/ MA	Própria	1199,82	866,81	72,52	260,49
Jurema	São Pedro da Água Branca / MA	Própria	20708,53	11123,10	683,26	8902,17
Lael	Dom Eliseu / PA	Arrendamento	493,36	214,89	10,49	267,98
Lago Dourado	Dom Eliseu / PA	Arrendamento	511,95	149,76	12,93	349,26
Lagoa Da Floresta	Dom Eliseu / PA	Arrendamento	1179,03	523,53	22,64	632,86
Lajeado	Sítio Novo / MA	Própria	283,96	124,84	15,55	143,57
Leoandra	Dom Eliseu / PA	Arrendamento	814,35	200,08	17,83	596,44
Leonam	Riachinho / MA	Própria	771,40	343,79	18,70	408,91
Lírio Do Vale	Dom Eliseu / PA	Arrendamento	458,71	206,59	6,54	273,79
Lírio Do Vale III	Dom Eliseu / PA	Arrendamento	339,75	173,69	10,11	155,95
Maab I	Angico / TO	Própria	1679,87	508,77	21,22	1149,88
Maab II	Riachinho / TO	Própria	271,70	36,45	3,60	231,65
Maab III	Ananás / TO	Própria	1934,20	1249,23	50,36	634,61
Mangueira	São João do Paraíso / MA	Própria	554,77	158,96	10,57	385,24
Mangueira 2 QG	Açailândia / MA	Própria	233,75	171,35	9,91	52,49
Maria Izabel QG	São Bento do Tocantins / TO	Própria	3828,67	1631,02	95,15	2102,50
Megabyte II	Dom Eliseu / PA	Arrendamento	1274,68	420,22	32,58	821,88
Meinara	Paragominas / PA	Arrendamento	5375,09	1192,17	85,52	4097,40
Menino Jesus	Ulianópolis / PA	Arrendamento	2133,23	854,41	35,34	1243,48
Miarim	Estreito / MA	Própria	2123,69	1128,52	53,04	942,13
Mironga	Paragominas / PA	Arrendamento	14057,25	5083,33	229,47	8744,45
Monte Alegre	Cidelândia / MA	Própria	1229,30	592,13	69,36	567,81
Monte Cristo	Paragominas / PA	Arrendamento	4395,60	935,07	68,81	3391,72
Monte Líbano	Açailândia / MA	Própria	6620,67	3376,56	341,82	2902,29
Monte Sinai	Dom Eliseu / PA	Arrendamento	244,24	99,67	3,53	141,04
Muquém	Palmeiras do Tocantins / TO	Própria	967,99	528,96	22,45	416,58

Nebulosa QG	Açailândia / MA	Própria	857,70	608,96	30,47	218,27
Nossa Senhora Aparecida	Bom Jardim / MA	Arrendamento	914,61	300,10	20,69	593,82
Nossa Senhora Aparecida (Sete Flechas)	Darcinópolis / TO	Própria	1097,23	650,15	29,62	417,46
Nova Descoberta QG	Itinga do Maranhão / MA	Própria	16687,33	9946,25	544,98	6196,10
Novo Horizonte	Dom Eliseu / PA	Arrendamento	291,60	75,41	8,68	207,51
Novo Progresso	Dom Eliseu / PA	Arrendamento	496,45	174,47	14,64	307,34
Ouro Achado e São José	Açailândia / MA	Própria	388,50	241,89	57,88	88,73
Palmares	São João do Paraíso / MA	Própria	1057,48	554,54	26,47	476,47
Pancera	Dom Eliseu / PA	Arrendamento	490,31	208,37	5,36	276,58
Paraíso	Paragominas / PA	Arrendamento	4217,80	1010,72	68,64	3138,44
Paulista	Dom Eliseu / PA	Arrendamento	284,36	97,03	13,56	173,77
Pequiá QG	Açailândia / MA	Própria	61,04	56,83	4,20	0,01
Peregrino I	Dom Eliseu / PA	Arrendamento	246,86	222,89	8,84	15,13
Peregrino II	Dom Eliseu / PA	Arrendamento	303,65	196,25	6,66	100,4
Peregrino III	Dom Eliseu / PA	Arrendamento	393,69	184,96	6,82	201,91
Peregrino IV	Dom Eliseu / PA	Arrendamento	326,43	173,14	4,15	149,14
Pioneira	Vila Nova dos Martírios / MA	Própria	678,78	294,26	19,85	364,67
Pitanga Do Maranhão	Estreito / MA	Arrendamento	438,43	241,69	16,05	180,69
Planalto	Governador Edison Lobão / MA	Própria	659,81	311,25	21,02	327,54
Pontal	Bom Jardim / MA	Arrendamento	14160,43	7796,67	258,73	6105,03
Pontal QG	Bom Jardim / MA	Própria	1255,67	878,45	35,76	341,46
Pontal 2 QG	Açailândia / MA	Própria	640,38	443,76	22,94	173,68
Pratinha	Riachão / MA	Própria	691,86	330,78	18,67	342,41
Princípio	Governador Edison Lobão / MA	Própria	208,64	110,35	2,72	95,57
Riachinho	Darcinópolis / TO	Própria	226,97	107,38	8,11	111,48
Rio Bonito	Dom Eliseu / PA	Arrendamento	987,68	374,38	46,71	566,59
Rio Buriti QG	Bom Jesus das Selvas / MA	Própria	7808,58	3980,63	281,35	3546,60
Rio Doce	Paragominas / PA	Arrendamento	2991,21	706,56	47,98	2236,67
Rio Dourado QG	Santa Luzia / MA	Própria	7872,27	1385,97	99,86	6386,44
Rodominas	Bom Jesus das Selvas / MA	Arrendamento	8235,98	2740,98	129,45	5365,55
Salem	Dom Eliseu / PA	Arrendamento	721,69	344,00	9,53	368,16
Samaypata	Paragominas / PA	Arrendamento	406,15	189,18	8,80	208,17
Santa Catarina	Açailândia / MA	Arrendamento	5721,96	2944,47	138,64	2638,85
Santa Cruz QG	Açailândia / MA	Arrendamento	6509,29	1277,37	83,32	5148,60

Santa Fé	Dom Eliseu / PA	Arrendamento	3165,60	1115,23	72,40	1977,97
Santa Luzia	Açailândia / MA	Arrendamento	575,73	264,56	21,24	289,93
Santa Luzia II	Sítio novo / MA	Própria	238,52	82,09	11,72	144,71
Santa Maria	Dom Eliseu / PA	Arrendamento	1803,55	617,66	54,33	1131,56
Santa Maria Hm	Dom Eliseu / PA	Arrendamento	1186,56	521,92	12,63	652,01
Santa Maria QG	Açailândia / MA	Própria	1777,97	1496,42	42,52	239,03
Santa Marta QG	Açailândia / MA	Própria	2778,38	2418,36	145,79	214,23
Santa Rita	Dom Eliseu / PA	Arrendamento	965,84	303,55	28,40	633,89
Santa Tereza	Dom Eliseu / PA	Arrendamento	533,45	167,34	9,61	356,50
Santa Tereza I	Ulianópolis / PA	Arrendamento	744,03	184,79	24,23	535,01
Santa Tereza II	Ulianópolis / PA	Arrendamento	579,80	167,09	11,98	400,73
Santo Antônio Da Barra	Dom Eliseu / PA	Arrendamento	1926,26	743,89	45,91	1136,46
São Bento	Açailândia / MA	Própria	11826,26	4617,46	130,76	7078,04
São Francisco I	Sítio Novo / MA	Própria	624,23	366,96	12,68	244,59
São Francisco II	Sítio Novo / MA	Própria	1616,95	903,68	33,05	680,22
São Geraldo QG	Itinga do Maranhão / MA	Própria	1045,82	468,86	20,40	556,56
São João	Imperatriz / MA	Própria	646,42	125,17	7,60	513,65
São João - Ulianópolis	Ulianópolis / PA	Arrendamento	486,69	190,51	7,27	288,91
São João Batista	Estreito / MA	Própria	125,44	55,00	5,04	65,40
São José - Dom Eliseu	Dom Eliseu / PA	Arrendamento	573,72	196,39	13,65	363,68
São José - Ulianópolis	Ulianópolis / PA	Arrendamento	486,92	164,41	6,90	315,61
São José III	Cidelândia / MA	Própria	1187,48	369,66	26,20	791,62
São Lourenço	Vila Nova dos Martírios / MA	Própria	147,74	125,65	6,17	15,92
São Lucas	Vila Nova dos Martírios / MA	Própria	524,35	390,88	17,10	116,37
São Paulo	Cidelândia / MA	Própria	329,68	147,59	0,32	181,77
São Pedro	Dom Eliseu / PA	Arrendamento	4446,89	2114,02	109,23	2223,64
São Pedro Pa	Dom Eliseu / PA	Arrendamento	345,94	160,31	7,64	177,99
São Roque	Darcinópolis / TO	Própria	900,89	278,80	23,95	598,14
São Sebastião	Estreito / MA	Própria	1171,01	561,82	39,13	570,06
Sapucaia - MA	Estreito / MA	Própria	1072,14	441,05	34,48	596,61
Sayonara	Paragominas / PA	Arrendamento	2856,54	502,66	31,93	2321,95
Século XXI	Ulianópolis / PA	Arrendamento	487,19	236,00	8,34	242,85
Senhor do Bonfim	Paragominas / PA	Arrendamento	587,27	227,24	12,49	347,54
Senhor do Bonfim I	Paragominas / PA	Arrendamento	1848,35	684,66	29,15	1134,54
Senhor do Bonfim II	Paragominas / PA	Arrendamento	1855,54	545,42	25,79	1284,33
Serra	São Francisco do Brejão / MA	Arrendamento	4050,77	2105,28	118,75	1826,74

Serra Branca	Imperatriz / MA	Própria	292,82	9,06	1,19	282,57
Surpresa	Dom Eliseu / PA	Arrendamento	2747,28	1225,27	43,04	1478,97
Taboleiro do Meio	Feira Nova do Maranhão / MA	Própria	881,97	559,37	14,10	308,50
Tabuleiro	Estreito / MA	Própria	1273,29	602,35	55,34	615,60
Tamboril	Angico / TO	Própria	4325,17	1703,39	124,26	2497,52
Tapaciguara	Estreito / MA	Própria	286,63	130,01	5,73	150,89
Taquari	São Pedro dos Crentes / MA	Própria	1009,47	530,63	34,49	444,35
Terra Roxa	Dom Eliseu / PA	Arrendamento	318,01	127,40	11,68	178,93
Tobasa	Araguatins / TO	Própria	553,01	287,36	11,31	254,34
Toca da Onça	Sítio Novo / MA	Arrendamento	2147,73	905,79	51,34	1190,60
Vai e Vem	Paragominas / PA	Arrendamento	1344,67	282,53	32,71	1029,43
Vale do Rio Feio	Estreito / MA	Própria	187,25	33,78	5,74	147,73
Veneza Lote 31-A	Dom Eliseu / PA	Arrendamento	365,66	100,27	10,22	255,17
Veneza Lote 48 e 49	Dom Eliseu / PA	Arrendamento	503,19	126,37	15,23	361,59
Verão Vermelho	Cidelândia / MA	Própria	612,57	205,55	30,95	376,07
Vertente Velha	Sítio Novo / MA	Própria	329,74	142,16	12,28	175,30
Vida Nova	Ulianópolis / PA	Arrendamento	1249,77	360,28	25,51	863,98
TOTAL			368.148,82	159.523,71	9.317,41	199.307,70

1.2 Dados do manejo florestal

1.2.1 Floresta de Produção

Produtos florestais madeireiros	Área (ha)
Área total de floresta produtiva (i.e., florestas de onde a madeira pode ser colhida), classificada como “plantação”.	159.523,71
Sistema(s) Silvicultural(is)	Área sob o tipo de manejo (ha)
Manejo equiâneo	159.523,71
Corte-raso (amplitude da extensão do corte-raso)	
Sob cobertura	
Outro:	
Manejo multiâneo	0
Seleção de árvores individuais	
Seleção em grupos	
Outro:	
<input checked="" type="checkbox"/> Outro: (exemplo, viveiro, área de recreação, quebra vento, bambu, sistema agro-pastoril, sistema florestal, etc.).	9.317,41
Taxa sustentável de colheita (metros cúbicos de tora) ou Área Anual de Corte (hectares), onde for disponível.	5.492.334 m ³
Produtos florestais não-madeireiros (PFNM)	
Área da floresta protegida da colheita comercial de madeira e manejada, primariamente, para a produção de PFNM ou serviços.	0
Outras áreas manejadas para PFNM ou serviços	0

Produção comercial anual aproximada de PFNM incluída no escopo do certificado, por tipo de produto.	0
Explicação das pressuposições e referência à fonte de dados sobre as quais as estimativas de colheita foram baseadas:	
As estimativas de colheita são obtidas através de dados de inventário florestal contínuo (IFC), conduzido pela empresa, a partir do segundo ano de implantação da floresta. O IFC gera informações quantitativas e qualitativas dos povoamentos florestais, utilizando-se técnicas de amostragens e ferramentas de estatística. Essas informações são utilizadas para o planejamento florestal de curto, médio e longo prazo.	
Espécies no escopo do certificado: Nome científico/latim (nome comum/comercial).	
<i>Eucalyptus grandis</i> , <i>E. urophylla</i> , <i>E. camaldulensis</i> , <i>E. brassiana</i> , <i>E. tereticornis</i> , <i>E. citriodora</i> , <i>E. torelliana</i> , <i>E. pellita</i> e híbrido de <i>E. grandis</i> x <i>E. urophylla</i> .	

1.2.2 Produtos

Produtos de madeira
Nome do Produto
Toras e toretes de <i>Eucalyptus grandis</i> , <i>E. urophylla</i> , <i>E. camaldulensis</i> , <i>E. brassiana</i> , <i>E. tereticornis</i> , <i>E. citriodora</i> , <i>E. torelliana</i> , <i>E. pellita</i> e híbrido de <i>E. grandis</i> x <i>E. urophylla</i> .

1.2.3 Áreas de Conservação

Área com ou sem floresta, protegida contra colheita comercial de madeira e manejada, primariamente, com objetivo de conservação.	199.307,70
--	------------

1.3 Áreas fora do escopo da certificação (Certificação Parcial/ Excisão)

<input type="checkbox"/> N/A – Todas as áreas florestais de propriedade ou manejadas pelo requerente estão incluídas no escopo.	
<input checked="" type="checkbox"/> O requerente possui e/ou maneja outras áreas florestais (Fazendas) que não estão sendo avaliadas.	
<input checked="" type="checkbox"/> O requerente deseja excluir do escopo da certificação partes da UMF sob avaliação.	
Explicação para a exclusão das UMF e/ou excisão:	<p>As áreas da empresa localizadas nas Regiões de Urbano Santos-MA, Caxias-MA e Piauí não foram inclusas no processo de certificação, por não fazerem parte do escopo de abastecimento da Unidade Fabril de Imperatriz. Entretanto, a empresa planeja certificá-las.</p> <p>Os talhões 62B146 da Fazenda Boa Fé, 62B253 da Fazenda Boa Esperança, 81B291 da Fazenda Chapada Alegre II, 63B154 e 63A257 da Fazenda Jurema, 65A137 e 65A139 da Fazenda Vitamina (Manoel) e 91G020 da Fazenda Maria Izabel QG, foram retirados do escopo para realização de pesquisa.</p> <p>A área do Viveiro da Fazenda Boa Fé foi retirada do escopo, pois o mesmo não está em atividade.</p> <p>As áreas em negociação com INCRA na Fazenda Eldorado (62A 069, 070, 071, 072, 073, 074, 075, 076, 077, 078, 079, 080, 081, 082, 083, 084, 085, 086, 087, 088, 089, 090, 505), estão em processo de desapropriação, portanto foram retiradas do escopo.</p> <p>As áreas onde há ocupação ilegal, na Fazenda Jurema e MAAB III, compostas por remanescentes naturais, foram retiradas do escopo, até que se resolva o problema.</p> <p>As áreas de Carvoaria localizadas na Fazenda Rio Dourado e Maria Izabel QG foram</p>

	retiradas do espoco, pois estão sob comodato com uma empresa da região.	
Medidas de controle para prevenir a mistura de produtos certificados e não-certificados:	Foi desenvolvida uma metodologia documentada para assegurar a rastreabilidade dos produtos certificados, desde a colheita até a sua entrega, na fábrica de Imperatriz. A madeira certificada é identificada (física e digital) e segregada, de modo a assegurar a não contaminação com produto não certificado e, assim, viabilizar a cadeia de custódia em todas as etapas do manejo. Todas as áreas certificadas são identificadas no cadastro florestal e em mapas de planejamento florestal. As emissões de notas fiscais de saída de madeira da unidade de manejo florestal estão interligadas ao cadastro florestal e a identificação dos produtos FSC são automáticas, não permitindo qualquer alteração. Isso garante a identificação correta dos produtos FSC e de suas origens.	
Descrição das Fazendas exclusas ou áreas florestais removidas do escopo da certificação:		
Nome da Fazenda ou Talhão	Local (município, estado, país)	Tamanho (<input checked="" type="checkbox"/> ha) <input type="checkbox"/>
Abalcar	Açailândia / MA	303,55
ACACIA	Centro Novo Do Maranhão	2.807,36
AGROPECUÁRIA DO MARANHAO	Bom Jesus Das Selvas	6.763,34
Aguaboa	São Pedro Dos Crentes	110,57
Altamira	Imperatriz	816,66
Alto Da Cruz	Riachão	208,07
Amaralina	Imperatriz	550,68
Anajá	Estreito	272,03
Arco Íris	São Francisco Do Brejão	367,64
Argentina	Itinga Do Maranhão	286,12
Aroeira	São João Do Paraíso	159,59
Bandeirantes	São Francisco Do Brejão	1.104,08
Baixa Comprida	Passagem Franca Do Piauí	412,87
Bela Vista E Outras	Itinga Do Maranhão	971,45
Bela Vista - Timon	Timon	185,25
Berlenga	Passagem Franca Do Piauí	732,49
Bevisa	Matões	4.595,32
Boa Esperança - Ser	Chapadinha	368,50
Boa Esperança (Dom Eliseu - arrendamento)	Dom Eliseu	488,21
Boa Esperança (Itinga do MA - arrendamento)	Itinga Do Maranhão	476,52
Boa Esperança I, II e III	Açailândia	389,94
Boa Vista/Retiro Velho	Jardim Do Mulato	2.646,61
Bola Branca	Açailândia	1.250,74
Bonito I	Grajaú	243,02
Bonito II	Grajaú	1.310,39
Borges	Timon	206,95
Braúna	Sítio Novo	531,79
Cabeceira Dos Três Morros	Estreito	136,65
Cabeceira Do Veríssimo	Timon	344,02
Cajueiro	Sítio Novo	427,07
Calubra	Elesbão Veloso	9.445,86
Calumbi	Colinas	15.048,16

Campos Lindos	Itinga Do Maranhão	2.321,72
Cana Brava I	Parnarama / MA	8.194,74
Cana Brava II	Parnarama / MA	1.579,39
Canto Do Mato	São João Do Paraíso	60,12
Canoa	São Francisco Do Maranhão	813,92
Capumba	Palmeirais	41,09
Castiça	Matões / MA	8.945,96
Caraíbas	São Francisco Do Maranhão	5.129,42
Chacara São Bento	Governador Edison Lobão	42,51
Chapada Ou Baixão Dos Porcos	Passagem Franca Do Piauí	682,10
CIRURGIAO	Palmeirais	444,65
Condominio Agua Fria - U.S	Santa Quitéria Do Maranhão	1.521,08
Condominio Barra Da Onça - U.S	Santa Quitéria Do Maranhão	3.898,09
Condomínio Barreiros	Matões	2.583,55
Condominio Barrocao De Cima	Santa Quitéria Do Maranhão	869,35
Condominio Boa Uniao - U.S	Santa Quitéria Do Maranhão	2.274,92
Condominio Bonfim	Santa Quitéria Do Maranhão	12.258,81
Condomínio Brejinho	Currálinhos	2.106,88
Condominio Buriti E Macajuba - U.S	São Benedito Do Rio Preto	1.491,45
Condomínio Cajuzão	São Francisco Do Maranhão	2.256,38
Condomínio Canto Da Onça	Caxias	390,06
Condominio Filadelfia	Santa Quitéria Do Maranhão	7.869,61
Condominio Marflora I	Santa Quitéria Do Maranhão	920,87
Condominio Marflora II	Anapurus	477,67
Condomínio Mucambinho	Caxias	817,00
Condomínio Nova	Timon	734,41
Condomínio Novo Maranhão (Normasa)	Parnarama / MA	8.260,44
Condomínio Santa Rosa	ELESBÃO VELOSO	2.706,32
Condomínio São Marcos	São Francisco Do Maranhão	329,89
Condomínio Sobradinho	Parnarama	2.253,71
Condominio Sobreiro	Urbano Santos	3.431,89
Condominio Todos Os Santos E Juçaral	Urbano Santos	872,17
Condominio Vereda	Anapurus	2.208,93
Confiança	Palmeirais	204,15
CORRENTE MUTUM	São João Do Paraíso	336,54
Criolo	Caxias	269,95
Cruzeiro	Imperatriz	745,80
Cruzeiro	Timon - MA	55,36
Elegância E Buritizinho	Monsenhor Gil	1.235,25
Engenho	São Francisco Do Maranhão	977,97
Esc. 01/02 - Baixão	Urbano Santos	591,66
Esc. 01/02 - Baixão	Urbano Santos	836,72
Esc. 07 - Mangabeira I	Santa Quitéria Do Maranhão	973,99
Esc. 10 - Cond. Custódio	Urbano Santos	596,32
Esc. 11 - Mangabeira V	Urbano Santos	440,80
Esc.14 - Mucura III - P III	Anapurus	393,85

Esc. 17 - Faz. Santa Rosa	Mata Roma	1.840,27
Esc. 18/28 - Faz. Mangabeirinha I, II	Urbano Santos	230,59
Esc. 19 - Lagoa Dos Costa I	Urbano Santos	246,74
Esc. 20 - Morada Nova	Santa Quitéria Do Maranhão	388,29
Esc. 25 - Faz. Boa Uniao	Santa Quitéria Do Maranhão	3.243,86
Esc. 26 - Faz. Pedra Grande	Urbano Santos	187,89
Esc. 34 - Faz. Marflora	Brejo	94,53
Esc. 35 - Faz. Marflora	Brejo	1.152,03
Esc. 36 - Cond. Marflora	Anapurus	185,81
Esc. 37 - Marflora	Brejo	284,46
Esc. 38 - Faz. Marflora	Milagres Do Maranhão	1.304,76
Esc. 39 - Faz. Marflora	Santa Quitéria Do Maranhão	89,08
Esc. 40 - Faz. Marflora	Brejo	77,95
Esc. 42 - Faz. Marflora	Milagres Do Maranhão	596,47
Esc. 43 - Marflora	Milagres Do Maranhão	90,83
Esc. 45 - Faz. Marflora	Brejo	212,24
Esc. 46 - Faz. São Sebastião	Anapurus	63,31
Esc. 47 - Faz. Marflora	Anapurus	60,65
Esc. 48/79 - Cond. Margusa E Margusa	Anapurus	193,29
Esc. 64 - Faz. Mosquito	Anapurus	147,03
Esc. 65 - Faz. Marflora	Milagres Do Maranhão	226,17
Esc. 67 - Faz. Facão	Santa Quitéria Do Maranhão	55,60
Esc. 69 - Faz. Coceira	Santa Quitéria Do Maranhão	538,90
Esc. 71/362 - Cond. Araras	Anapurus	542,10
Esc. 72 - Faz. Margusa	Milagres Do Maranhão	50,19
Esc. 74 - Faz. Margusa	Santa Quitéria Do Maranhão	596,67
Esc. 77 - Faz. Facão	Santa Quitéria Do Maranhão	301,55
Esc. 78 - Faz. Margusa	Milagres Do Maranhão	278,94
Esc. 81 - Faz. Facão	Santa Quitéria Do Maranhão	488,60
Esc. 83 - Faz. Facão	Santa Quitéria Do Maranhão	428,48
Esc. 84 - Faz. Facão	Santa Quitéria Do Maranhão	483,07
Esc. 85 - Faz. Margusa	Santa Quitéria Do Maranhão	163,56
Esc. 86 - Faz. Margusa	Santa Quitéria Do Maranhão	1.101,67
Esc. 87 - Faz. Baixão I	Milagres Do Maranhão	71,31
Esc. 88 - Faz. Rbr	Brejo	1.012,94
Esc. 89 - Faz. Campo Limpo	Milagres Do Maranhão	236,53
Esc. 90 - Faz. Margusa	Anapurus	196,50
Esc. 91 - Faz. Marflora	Brejo	247,65
Esc. 93 - Faz. Marflora	Milagres Do Maranhão	510,12
Esc. 94 - Faz. Baixão Da Coceira II	Santa Quitéria Do Maranhão	183,93
Esc. 96 - Faz. Campineira	Santa Quitéria Do Maranhão	217,15
Esc. 109 - Faz. Cupim Da Pedra	Anapurus	706,37
Esc. 110 - Faz. Juçaral	Urbano Santos	455,63
Esc. 111 - Faz. Marflora	Urbano Santos	193,26
Esc. 122 - Faz. Velha	Santa Quitéria Do Maranhão	555,94
Esc. 123 - Faz. Margusa	Santa Quitéria Do Maranhão	949,29

Esc. 124 - Faz. Margusa	Santa Quitéria Do Maranhão	715,92
Esc. 126 - Faz. Buriti Sêco	Santa Quitéria Do Maranhão	349,51
Esc. 131 - Faz. Sambaiba	Brejo	504,69
Esc. 135 - Faz. Veado Branco	Milagres Do Maranhão	479,35
Esc.141 - L. Das Caraibas II	Santa Quitéria Do Maranhão	118,88
Esc. 145 - Faz. Laranjeira	Urbano Santos	628,30
Esc. 147 - Faz. Baixão II	Santa Quitéria Do Maranhão	1.290,77
Esc. 149 - Faz. Baixão II	Santa Quitéria Do Maranhão	928,63
Esc. 153 - Faz. Barra Da Camp. II	Santa Quitéria Do Maranhão	303,13
Esc. 154 - Faz. Vertente	Urbano Santos	315,45
ESC.155/156 - Baixão Do Gonçalves	URBANO SANTOS	406,43
Esc. 174 - Faz. Manoel Quente I	Santa Quitéria Do Maranhão	646,87
Esc. 176 - Faz. Custódio II	Urbano Santos	86,95
Esc. 183 - Faz. Baixão Da Coceira	Santa Quitéria Do Maranhão	0,14
Esc. 185 - Faz. Lagoa Caraibas III	Santa Quitéria Do Maranhão	156,14
Esc. 187 - Faz. São José	Santa Quitéria Do Maranhão	291,77
Esc. 188 - Faz. Engenho Velho II	Milagres Do Maranhão	62,72
Esc. 189 - Faz. Barra Da Onça II	Santa Quitéria Do Maranhão	61,58
Esc. 192 - Faz. Engenho Velho I	Milagres Do Maranhão	24,35
Esc. 193 - Faz. Capão IV	Santa Quitéria Do Maranhão	72,54
Esc. 196 - Faz. Capão II	Santa Quitéria Do Maranhão	105,43
Esc. 197 - Faz. Baixão Da Coceira	Santa Quitéria Do Maranhão	0,00
Esc. 198 - Faz. Lag. Das Caraibas VI	Milagres Do Maranhão	348,94
Esc. 207 - Faz. Campineira	Santa Quitéria Do Maranhão	35,31
Esc. 208 - Faz. Campineira I	Santa Quitéria Do Maranhão	69,57
Esc. 210 - Faz. Monte Azul I	Santa Quitéria Do Maranhão	2.549,42
Esc. 212 - Faz. São José	Santa Quitéria Do Maranhão	74,18
Esc. 213 - Faz. Santa Maria	Milagres Do Maranhão	57,04
Esc. 214 - Faz. Facão II	Santa Quitéria Do Maranhão	43,74
Esc. 215 - Faz. Lag. Das Caraibas V	Milagres Do Maranhão	149,08
Esc. 216 - Faz. Lag. Das Caraibas IX	Milagres Do Maranhão	189,92
Esc. 217 - Faz. Lag. Das Caraibas X	Milagres Do Maranhão	91,83
Esc. 218 - Faz. Baixão Da Coceira	Santa Quitéria Do Maranhão	0,17
Esc. 219 - Faz. Milagres	Milagres Do Maranhão	272,97
Esc. 229 - Lag. Das Caraibas IX	Brejo	219,22
Esc. 231 - Faz. Buritizinho I	Santa Quitéria Do Maranhão	91,09
Esc. 241 - Faz. Coceira	Santa Quitéria Do Maranhão	48,43
Esc. 242 - Faz. Facão I	Santa Quitéria Do Maranhão	93,37
Esc. 244 - Faz. Barra Da Palmeira	São Bernardo	67,81
Esc. 245 - Faz. Enxu III	São Bernardo	528,00
Esc. 247 - Faz. Manoel Quente IV	Santa Quitéria Do Maranhão	55,92
Esc. 249 - Faz. Baixa Seca	Urbano Santos	194,56
Esc. 254 - Faz. Mangabeirinha	Urbano Santos	609,38
Esc. 256 - Faz. Baixa Grande	São Bernardo	424,85
Esc. 257 - Faz. Baixa Grande I	São Bernardo	217,87
Esc. 260 - Faz. São Domingos	São Bernardo	279,17

Esc. 263 - Faz. Enxu	São Bernardo	5,99
Esc. 264 - Faz. Enxu I	São Bernardo	12,52
Esc. 267 - Faz. Vertente III	Santana Do Maranhão	104,66
Esc. 268 - Faz. Bom Jesus	Santana Do Maranhão	493,98
Esc. 271 - Faz. Cacimbinha I	Urbano Santos	381,24
Esc. 275 - Faz. Ipê	São Bernardo	207,02
Esc. 277 Surrão	Urbano Santos	310,42
Esc. 279 - Faz. Cacimbinha	Urbano Santos	312,21
Esc. 280 - Faz. Capãozinho	Urbano Santos	71,68
Esc. 281 - Faz. São Pedro	Urbano Santos	251,86
Esc. 283 - Faz. Capão II	Urbano Santos	638,75
Esc. 284 - Faz. Angra I	Brejo	252,53
Esc. 285 - Faz. Angra	Brejo	72,77
Esc. 286 - Faz. Jacarandá	Milagres Do Maranhão	48,88
Esc. 287 - Faz. Água Branca IV	Milagres Do Maranhão	53,62
Esc. 288 - Faz. Mata Da Onça	São Bernardo	187,52
Esc. 289 - Faz. São Domingos I	São Bernardo	1.153,24
Esc. 297 - Faz. Água Branca II	Milagres Do Maranhão	38,73
Esc. 298 - Faz. Tukurubá	Milagres Do Maranhão	165,36
Esc. 299 - Faz. Facão III	Santa Quitéria Do Maranhão	55,26
Esc. 301 - Faz. Centrinho	São Benedito Do Rio Preto	979,77
Esc. 302 - Faz. Tukurubá I	Santa Quitéria Do Maranhão	68,30
Esc. 307 - Faz. São Francisco	Santa Quitéria Do Maranhão	165,00
Esc. 308 - Faz. Mesquita	Santa Quitéria Do Maranhão	105,02
Esc. 309 - Faz. Santo Antônio	Santana Do Maranhão	232,97
Esc. 310 - Faz. Todos Os Santos Iii	Santa Quitéria Do Maranhão	169,37
Esc. 314 - Faz. Mesquita II	Santa Quitéria Do Maranhão	150,07
Esc. 315 - Faz. São José	Santa Quitéria Do Maranhão	185,27
Esc. 316 - Faz. Belo Jardim	Santa Quitéria Do Maranhão	97,15
Esc. 321 - Faz. São Franscisco II	Santa Quitéria Do Maranhão	216,15
Esc. 322 - Faz. Cas	Santa Quitéria Do Maranhão	167,33
Esc. 323 - Faz. São Domingos	Santa Quitéria Do Maranhão	151,46
Esc. 329 - Faz. Coceira III	Santa Quitéria Do Maranhão	79,48
Esc. 332 - Faz. Alves	Santa Quitéria Do Maranhão	44,45
Esc. 333 - Faz. Caldas I	Santa Quitéria Do Maranhão	89,02
Esc. 334 - Faz. Libério	Santana Do Maranhão	179,43
Esc. 335 - Faz. Martins	Santana Do Maranhão	194,56
Esc. 336 - Faz. Araújo	Santana Do Maranhão	171,58
Esc. 337 - Faz. Cunha	Santana Do Maranhão	174,24
Esc. 338 - Faz. Vieira I	Santana Do Maranhão	174,74
Esc. 339 - Faz. Lisboa I	Santana Do Maranhão	205,85
Esc. 340 - Faz. Santos	Santana Do Maranhão	190,46
Esc. 341 - Faz. Magalhães	Santana Do Maranhão	157,71
Esc. 342 - Faz. Cardoso	Santana Do Maranhão	220,74
Esc. 343 - Faz. Crispim	Santa Quitéria Do Maranhão	197,23
Esc. 344 - Faz. Santos II	Santana Do Maranhão	174,84

Esc. 345 - Faz. Pereira	Santana Do Maranhão	168,26
Esc. 346 - Faz. Gomes	Santana Do Maranhão	173,23
Esc. 347 - Faz. Silva	Santana Do Maranhão	187,54
Esc. 348 - Faz. Nonato	Santana Do Maranhão	144,26
Esc. 349 - Faz. Barros	Santa Quitéria Do Maranhão	191,49
Esc. 353 - Faz. Mangueira	Santa Quitéria Do Maranhão	1.514,22
Esc. 357 - Faz. Cocalzinho	São Benedito Do Rio Preto	1.417,23
Esc. 358 - Faz. Bentivi	Milagres Do Maranhão	157,49
Esc. 359 - Faz. Jibóia	Milagres Do Maranhão	150,74
Esc.360/ 361/366 - Cond. Conrado	Anapurus	560,96
Esc. 363 - Faz. São Domingos	Anapurus	196,71
Esc. 364 - Faz. Vitorino	Anapurus	199,44
Esc. 365 - Faz. São Carlos	Anapurus	185,04
Esc.367 - Cond. São Francisco	Anapurus	145,22
Esc. 368 - Fazenda Alves	Santa Quitéria Do Maranhão	316,77
Esperança	Dom Eliseu	129,39
Esperança Doraci	Dom Eliseu	268,08
ESPORA DE PRATA	Açailândia	572,70
Estância Sipaúba Da Rocha	Codó	1.499,98
ESTRELA DALVA	Açailândia	1.403,10
Extrema	São João Do Paraíso	449,45
Extrema I	Riachão	1.692,87
Fábrica Imperatriz	Imperatriz	3.946,00
Ferrovia I	Imperatriz	835,87
Ferrovia II	Imperatriz	108,73
Ferrovia III	João Lisboa	201,55
Formigão	São João Do Paraíso	101,96
Franqueza	São Pedro Da Água Branca	202,66
Gado Bravo I	Elesbão Veloso	2.791,85
Garça Branca	São João Do Paraíso	246,25
Garrafão	Hugo Napoleão	1.417,78
Guabiraba I - Ser	Anapurus	289,59
Guabiraba II - Ser	Anapurus	301,20
IM-ITG-15077-Bezerra I e II, São Paulo, Sta Tereza	Itinga Do Maranhão	114,33
Imbira	Matões	47,18
Independência E Outras	Açailândia	816,20
Janaína	Paragominas	2.479,69
Jaó	Dom Eliseu	2.309,69
Jardim Alegre	Itinga Do Maranhão	733,24
Jatobá	Currálinhos	129,47
Js	Açailândia	547,20
Lagoa Do Meio - Pavesa	Buriti Bravo	8.711,74
LARANJEIRA	Açailândia	1.848,45
Limoeiro	Açailândia	394,30
Logradouro	Porto Franco	245,92

Lote 443-D	Araguatins	46,14
Marambaia	Açailândia	689,64
Maravilha	Estreito	214,41
Marfim - Gleba Norte	Hugo Napoleão	2.363,03
Margusa I	Anapurus	151,08
Monte Sinai	Açailândia	297,05
Montes Altos (Alcindo)	Açailândia	263,61
Morro Alegre	Estreito	127,70
Morro Redondo	Alto Longá	664,58
Nossa Senhora Aparecida	Dom Eliseu	408,06
Nossa Senhora Aparecida	Ribamar Fiquene	841,05
Nossa Senhora Da Aparecida	Dom Eliseu	1.502,44
Nova III	Palmeirais	230,07
Nova Descoberta	Açailândia	499,15
NOVA ESPERANÇA	Açailândia	176,36
Novo Estado	Palmeirais	282,77
Novo Horizonte	Dom Eliseu	1.621,77
Novo Recanto	São João Do Paraíso	693,48
Paciência	São João Do Paraíso	44,61
Padre Bento	São Francisco Do Maranhão	468,12
Palmeirais - Pau D'Arco	Buriti Bravo	1.372,21
Palmeiras - Pau D'Arco II	Buriti Bravo	1.257,54
Pampulha	Itinga Do Maranhão	700,44
Pão De Açúcar	São Francisco Do Maranhão	769,76
Paraíso I	Porto Franco	505,50
Paraíso II	Itinga Do Maranhão	159,67
Parana	Matões	833,67
Faz. Pesquisa	Urbano Santos	220,52
Pindorama	Itinga Do Maranhão	627,84
PIRAMIDE QG	Açailândia	260,23
Planalto	Ulianópolis	2.271,90
Porto Santo	Matões	76,96
Prata	São Francisco Do Maranhão	3.278,77
Preciosa	Dom Eliseu	305,74
Raio de Sol	Itinga Do Maranhão	405,82
Rancho Alegre Do Paraná	Grajaú	797,43
Rancho King	Dom Eliseu	2.158,66
Redenção	Itinga Do Maranhão	3.892,45
SANRAFAEL	João Lisboa	672,73
Santa Alegria	Itinga Do Maranhão	496,15
Santa Filomena II	Caxias	708,73
Santa Luzia Belmiro	Açailândia	446,00
Santa Luzia - Ser	Chapadinha	558,29
Santa Maria (própria - Imperatriz)	Imperatriz	3.918,17
Santa Rita (São Francisco do Brejão)	São Francisco Do Brejão	1.41,04
Santa Rosa	Imperatriz	1.319,21

Santa Rosa I E II	Estreito	1.480,77
Santa Rosa E Marçal	Urbano Santos	1.137,68
Santana	Itinga Do Maranhão	628,55
Santo Anjo E Riachão - Ser	Chapadinha	12.234,85
São Carlos	Açailândia	710,42
São Conrado - Ser	Chapadinha	769,21
São Francisco	Itinga Do Maranhão	2.874,60
São Francisco E Outras	Açailândia	142,94
São Gonçalo E Gameleira	Matões	713,14
São João E Outras	João Lisboa	512,10
São José - Açailândia	Açailândia	3.045,31
São José E Veneza	Itinga Do Maranhão	850,26
São Lourenço E Urubu	Timon	1.276,10
São Luís	São Francisco Do Brejão	280,30
São Pedro - Paragominas	Paragominas	1.092,16
São Sebastião Da Nova Olinda	Estreito	74,87
Sapucaia	São Francisco Do Maranhão	3.653,93
Saudade De Minas	Dom Eliseu	6.617,24
Serra	João Lisboa	534,95
Serra Do Burro	São Pedro Do Piauí	521,86
Serra Do Caboclinho	São Francisco Do Maranhão	635,72
Serra Do Olho D'água	Estreito	271,52
Sertaneja	Imperatriz	469,55
Tabocal	Lagoa Do Mato	3.806,85
Usmi.Prata a	Milagres Do Maranhão	694,70
Usmi.Prata b	Milagres Do Maranhão	100,06
Ussq.CapãoIII	Santa Quitéria Do Maranhão	47,57
Usus.C118	Urbano Santos	1.151,86
Usus.C119	Urbano Santos	842,38
Usus.C152	Santa Quitéria Do Maranhão	85,42
Usus.Centrogrande	Urbano Santos	586,59
Usus.ProjetoV	Urbano Santos	3.587,00
Vargem Bonita	Grajaú	9.993,51
Várzea II	São Francisco Do Maranhão	1.040,81
Veneza	Palmeirais	788,41
Verão Vermelho	Vila Nova Dos Martírios	2.737,79
Viçosa	Açailândia	1.450,70
Viscaya	Dom Eliseu	3.060,06
Vista Alegre	Monsenhor Gil	979,49
Vitamina (Manoel)	Itinga Do Maranhão	768,26
Xanto E Cadoz	Monsenhor Gil	1.106,73
Zundão	Hugo Napoleão	1.156,62
TOTAL		350.711,39

Fazendas com excisão parcial

Imóvel	Município	Área total (ha)	Motivo
--------	-----------	-----------------	--------

Boa Esperança	CIDELÂNDIA	26,92	Pesquisa
Boa Fé	CIDELÂNDIA	5,81	Viveiro
Boa Fé	CIDELÂNDIA	19,23	Pesquisa
Eldorado	IMPERATRIZ	3.297,79	Negociação INCRA
Jurema	SÃO PEDRO DA ÁGUA BRANCA	2278,08	Invasão
Jurema	SÃO PEDRO DA ÁGUA BRANCA	60,54	Pesquisa
Vitamina (Manoel)	ITINGA DO MARANHÃO	132,48	Pesquisa
Chapada Alegre II	DOM ELISEU	30,03	Pesquisa
Maria Izabel QG	SÃO BENTO DO TOCANTINS	13,73	Pesquisa
MAAB III	ANANÁS	59,29	Ocupação ilegal
Total		11015,86	

1.4 Informação Social

Número de trabalhadores florestais (inclusive prestadores de serviço) atuando na floresta no escopo do certificado (diferenciar por gênero):	
3660 trabalhadores	108 trabalhadoras
Taxa de frequência dos acidentes	0,62
Taxa de gravidade dos acidentes	5,68

1.5 Uso de pesticidas e outros produtos químicos

Nome Comercial do pesticida / herbicida	Ingrediente Ativo	Quantidade aplicada anualmente (kg ou l)	Tamanho da área tratada anualmente (ha)	Consumo Específico (kg/ha)	Razão de uso
Trop	Glifosato	800,0	603,1	1,33	Herbicida
Touchdown	Glifosato Sal Potássio	73.588,3	38.226,8	1,93	Herbicida
Flumyzin	Flumioxazina	9.604,2	72.786,2	0,13	Herbicida
Scout	Glifosato	229.831,8	151.107,3	1,52	Herbicida
Fordor	Isoxaflutole	12.175,4	68.571,9	0,18	Herbicida
Roundup Transorb	Glifosato	232.887,0	96.697,3	2,41	Herbicida
Solara	Sulfentrazone	33.097,4	45.575,5	0,73	Herbicida
Spotlight	Carfentrazone etílica	2.616,1	36.515,6	0,07	Herbicida
Dipel	<i>Bacillus thuringiensis</i>	31.232,0	38.064,0	0,82	Inseticida biológico
Isca formicida	Sulfluramida	200.583,1	189.103,0	1,06	Isca formicida
K-othrine	Deltametrina	2.375,1	18.043,5	0,13	Inseticida
Evidence	Imidacloprid	5.297,0	70.447,3	0,08	Cupinicida
Óleo vegetal	Óleo vegetal	158.141,7	40.726,9	3,88	Adjuvante
Óleo mineral	Óleo mineral	25.168,1	30.948,3	0,81	Adjuvante

2. DESCRIÇÃO DO MANEJO FLORESTAL

2.1. Plano de Manejo Florestal

Objetivos do manejo:
A operação na UNF/MA tem como principal objetivo garantir o abastecimento de madeira da fábrica em Imperatriz. Para atender essa demanda operacional e logística, a empresa adotou um modelo organizacional diferenciado, objetivando a geração de uma maior efetividade de seus processos e resultados, assim como o desenvolvimento de lideranças entre os seus colaboradores.
Composição da Floresta e a Razões para a Seleção de Espécies
As florestas da unidade UNF/MA são compostas por plantios de <i>Eucalyptus grandis</i> , <i>E. urophylla</i> , <i>E. camaldulensis</i> , <i>E. brassiana</i> , <i>E. tereticornis</i> , <i>E. citriodora</i> , <i>E. torelliana</i> , <i>E. pellita</i> e híbrido de <i>E. grandis</i> x <i>E. urophylla</i> . A seleção das espécies tem sido feita com base em fatores como o clima, solo, relevo, entre outros.
Descrição Geral e Sistema(s) de Manejo da Terra:
O sistema de manejo das áreas produtivas contempla as atividades de: Preparo do solo: a operação de preparo do solo tem como objetivo a garantia da qualidade da operação de plantio e o bom estabelecimento das mudas; Adubação: consiste na atividade de aplicação, manual e mecanizada, de adubos, a fim de fornecer os nutrientes essenciais em quantidades adequadas para o desenvolvimento das plantas; Controle de formigas cortadeiras: essa atividade é realizada em vários momentos do desenvolvimento da floresta e possui o objetivo de minimizar ou evitar danos e perdas ocasionados por ataques de formigas cortadeiras; Controle das plantas daninhas: atividade realizada com o objetivo de diminuir a população de plantas indesejáveis que competem, com a cultura principal, por recursos como água, luz, nutrientes e espaço; Plantio e replantio: consiste na colocação das mudas no solo, já preparado, respeitando as condições de espaçamento, pré-definidas; Manutenção do plantio: a manutenção consiste em atividades referentes aos tratamentos silviculturais e culturais do plantio estabelecido.
Métodos de Colheita e Equipamentos usados:
Os métodos de colheita adotados são o mecanizado e o semimecanizado. Para a colheita mecanizada, as frentes de trabalho contam com máquinas como <i>Harvester e forwarder; Feller e Skidder</i> ou máquina processadora. A operação de Colheita é realizada de acordo com o procedimento “PR.13.00079 – Colheita Convencional e Mecanizada”, que contempla o aproveitamento dos resíduos provenientes do processo de colheita. A operação de colheita consiste na derrubada, desgalhamento, traçamento e, opcionalmente, descascamento da árvore por meio de sistema mecanizado (<i>harvester</i>) e empilhamento executados por tratores autocarregáveis ou <i>forwarder</i> , ou derrubada com <i>Feller</i> , arraste com <i>Skidder</i> , desgalhamento e traçamento com máquina processadora. Estas operações são microplanejadas e a produtividade das máquinas está diretamente relacionada com a produtividade da floresta. Para a colheita semimecanizada utiliza-se a motosserra para a derrubada, desgalhamento e traçamento das árvores.
Explicação da estrutura de manejo:
A Suzano utiliza como modelo organizacional, unidades de negócios florestais, compostas por equipes técnicas, operacionais e administrativas, corporativas ou locais e, por empresas prestadoras de serviços, bem como pelas áreas de assessoria do Conselho Administrativo e da Presidência. A Unidade de Negócios Florestais (UNF) é responsável pela gestão florestal e a sua estrutura de gestão e abrange:

- Gerência de Operações Florestais;
- Gerência de Planejamento;
- Gerência de Novos Negócios;
- Gerência de Tecnologia Florestal, que inclui a área de Biotecnologia;
- Gerência de Desenvolvimento Operacional, que inclui as áreas de Saúde e Segurança Ocupacional - SSO e Treinamento Operacional; e
- Gerência Socioambiental.

A Unidade de Negócio Florestal – Maranhão tem seu escritório principal sediado no município de Imperatriz, e é responsável pela gestão das áreas florestais e pela condução do manejo florestal nas áreas localizadas no Maranhão e Tocantins.

2.2. Contexto Socioeconômico

O Maranhão é um dos estados mais pobres do Brasil, com Índice de Desenvolvimento Humano (IDH - 2010) de 0,639, superior apenas ao de Alagoas (0,667) na lista dos estados brasileiros. O município de Imperatriz possui o 2º maior IDHM do estado, sendo 0,731. No Maranhão, incluindo vários dos municípios inseridos na área do projeto Suzano, a lavoura temporária é a atividade mais importante da agricultura regional e suas culturas principais são: arroz, feijão, mandioca, milho e cana-de-açúcar. Parte da população rural desses municípios sobrevive do extrativismo vegetal, tendo como principais produtos o carvão vegetal, a lenha, a madeira em tora, o açaí e a amêndoa do coco babaçu.

Macrorregião Cidelândia:

As áreas da empresa localizadas na macrorregião Cidelândia encontram-se distribuídas nos municípios de Açailândia, Bom Jardim, Bom Jesus das Selvas, Centro Novo do Maranhão, Santa Luzia, Itinga do Maranhão, João Lisboa, São Francisco do Brejão, São Pedro da Água Branca, Cidelândia, Vila Nova dos Martírios, Governador Edson Lobão, Buritirana e Imperatriz, todos no estado do Maranhão.

Na macrorregião Cidelândia, entre 56% e 90,7% dos domicílios são abastecidos com água proveniente de rede geral de abastecimento e tratamento adequado, a cobertura pela rede coletora de esgotos é bastante heterogênea, variando entre 0,2 % a 35,5% e o sistema de coleta de lixo beneficia entre 41% e 91,9% dos domicílios (IMESC, 2010). A única distribuidora de energia do Maranhão é a CEMAR – Centrais Elétricas do Maranhão. Ela atende todos os municípios da região. Assim, o percentual de domicílios atendidos pela distribuição de energia elétrica em relação ao total de domicílios no município varia entre 91,4% a 99,6% (STCP, 2009).

No Maranhão, em vários dos municípios inseridos na área do projeto, a lavoura temporária é a atividade mais importante da agricultura regional e suas culturas principais são: arroz, feijão, mandioca, milho e cana-de-açúcar. Já os cultivos permanentes mais relevantes são banana, castanha de caju, limão, coco-da-baía (IBGE, 2013). Os estabelecimentos agropecuários de agricultura familiar representam 74,58% e nos municípios de Cidelândia, São Francisco do Brejão e São Pedro da Água Branca o percentual é superior a 80%. Por sua vez, os 25,42% dos estabelecimentos não familiares ocupam 73,34% da área total (IBGE, 2013).

No que se refere a extrativismo vegetal e silvicultura, a predominância da produção está no carvão vegetal, lenha, madeira e açaí (fruto). Há comunidades de quebradeiras de coco que realizam coleta de coco babaçu na UMF. Nesta regional também tem a terra indígena Arariboia, que sofre baixa influência da UMF.

O PIB da macrorregião Cidelândia alcançou R\$ 4.795.221 em 2011, sendo que os municípios de Açailândia e Imperatriz concentram 85,94% do valor total (IMESC, 2013).

Macrorregião Dom Eliseu:

Considerando a inserção dos plantios florestais no estado do Pará, destacam-se quatro municípios principais: Dom Eliseu, Paragominas, Rondon do Pará e Ulianópolis. O município de Dom Eliseu, antigamente parte do município de Paragominas, começou a ser ocupado na década de 60, durante a abertura da Rodovia BR 222, antiga PA 70. Em 1970, começou a funcionar a primeira indústria. A exploração de madeira foi crescendo rapidamente, e logo outras madeireiras já haviam se instalado na região.

O território de Paragominas é uma das mais recentes unidades autônomas do estado do Pará, localizado na zona fisiográfica Guajarina. Com a implantação da rodovia BR-010 que liga Belém a Brasília passando por Paragominas, o desenvolvimento da atividade pecuária naquela localidade foi acelerado, e, em pouco tempo, tornou-se a base econômica municipal. Com a abertura da rodovia BR-222 (extinta PA 70), em 1968, começaram a chegar a Rondon do Pará migrantes da região sul e sudeste. A população aumentou com a chegada de pessoas de outros estados que encontraram na região condições apropriadas para a implantação de projetos agropecuários e para a exploração do extrativismo vegetal. Hoje a economia gira em torno do setor agropecuário e comercial.

O nível de abastecimento de água apresenta realidades bastante variadas. A média regional de atendimento da população por rede de esgoto é de apenas 7,8% e, do percentual de esgoto coletado, apenas 2,4% é tratado.

Macrorregião Porto Franco:

A macrorregião Porto Franco abrange áreas do estado do Maranhão, nos municípios de Estreito, Grajaú, Riachão, São João do Paraíso, Feira Nova do Maranhão, Ribamar Fiquene, São Pedro dos Crentes, Sítio Novo e Porto Franco e no estado do Tocantins, nos municípios de Araguatins, Ananás, Darcinópolis, São Bento do Tocantins, Palmeiras do Tocantins e Angico.

Nesta região, há duas terras indígenas (Krikati, Apinayé e Fulni-ô) que estão contempladas nos estudos de impactos sociais do empreendimento. Em todos os municípios na área de influência da Suzano há assentamentos agrários.

A proximidade a centros urbanos como Araguaína e Colinas do Tocantins vem gerando oportunidades de trabalho para as populações locais, assim como a proximidade com o Complexo Industrial contribuem para a viabilidade econômica.

Sob o ponto de vista econômico e em relação às áreas para o plantio de florestas, aliado ao fato da disponibilidade de terras, um aspecto considerado importante é que em grande parte da região as áreas estão subutilizadas. A agricultura e a pecuária de subsistência são os principais usos da terra e observa-se grandes áreas do bioma de cerrados naturais degradados pelo uso indiscriminado e constante do fogo para o manejo e a expansão de pastagens.

2.3 Direito de Uso e Posse da Terra

A base florestal da Suzano está distribuída nos estados do Maranhão, Pará e Tocantins. No Maranhão, os imóveis estão localizados no eixo Porto Franco – Cidelândia – Imperatriz – Açailândia – Bom Jesus das Selvas. No estado Pará, os imóveis estão localizados no eixo Rondon – Dom Eliseu – Ulianópolis – Paragominas. No estado do Tocantins, os imóveis estão localizados no eixo Darcinópolis – Ananás – Araguatins.

São 278 imóveis com área total de 484.837,96 ha, destinados a implantação de projetos florestais, sendo 110 considerados próprios, adquiridos por meio de escritura de compra e venda ou contratos de compra e venda e outros 168 são contratos de arrendamento entre empresas do grupo ou com fazendeiros regionais. Dessa área total, 368.347,30 ha fazem parte do escopo de certificação.

Os imóveis compreendem:

- SUZANO PAPEL E CELULOSE S.A.: adquiridos à justo título público ou particular de compra e venda de imóvel rural, celebrados entre o ano de 2008 e 2017, de 110 imóveis.
- ONDURMAN EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA.: Instrumento Particular de Contrato de Arrendamento Rural, firmado em 27 de outubro de 2009, de 20 (vinte) imóveis. O Prazo do contrato de arrendamento de todos esses imóveis para a Suzano é de 14 anos.
- ARRENDAMENTOS DE TERCEIROS: Instrumentos Particulares de Contrato de Arrendamento Rural, firmados entre 16 de maio de 2012 e 04 de abril de 2018, de 79 (setenta e nove) imóveis.
- VALE FLORESTAR: Aquisição de cotas do fundo VALE FLORESTAR, via Ata de Assembleia Geral Extraordinária que aprovou a Incorporação da Vale Florestar S.A à Companhia Suzano Papel e Celulose no dia 30 de setembro de 2014. Esta sucessora legal, assumindo direitos e obrigações de 89 (oitenta e nove) contratos, em 92 imóveis.
- GRUPO QUEIROZ GALVÃO: 60.461,71 ha de áreas adquiridas do grupo Queiroz Galvão (Companhia Siderúrgica Vale do Pindaré S.A e COSIMA Siderúrgica Maranhão S.A), por meio de Escrituras Públicas de Compra e Venda de Imóveis Rurais, lavradas em dezembro/2016 e janeiro de 2017. Foram adquiridos 25 imóveis.
- ARRENDAMENTOS GRUPO QUEIROZ GALVÃO: 15.043,65 ha de áreas arrendadas do grupo Queiroz Galvão, por meio de 4 contratos de arrendamento de terras assinados em dezembro de 2016. Fazem parte deste grupo de contratos 4 imóveis.

Todos os contratos firmados estão alinhados com a legislação em vigor, bem como possuem as demais licenças necessárias na operação do empreendimento.

Essas áreas estão agrupadas em 3 macrorregiões, sendo elas:

- Macrorregião Cidelândia – Maranhão;
- Macrorregião Dom Eliseu – Pará;
- Macrorregião Porto Franco – Maranhão e Tocantins.

3. AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE MANEJO

3.1 Padrões utilizados

3.1.1 Padrões aplicáveis credenciados pelo INMETRO

Título	Versão	Data da Finalização
ABNT NBR 14789:2012 – Manejo florestal sustentável – Princípios, critérios e indicadores para plantações florestais.	3ª Edição	12 de dezembro de 2012
Portaria do Inmetro nº 547	-	25 de outubro de 2012

3.1.2 Padrões utilizados em auditorias combinadas

<input type="checkbox"/> Não aplicável. Não foi realizada uma auditoria combinada.		
Título do padrão*	Versão	Data da Finalização
FSC-STD-BRA-01-2014	V1-1	28 de julho de 2014
* Os resultados da auditoria nesse padrão estão descritos em um relatório separadamente das conclusões dessa auditoria.		

3.2. Identificação do Organismo de Certificação Florestal (OCF)

Escopo da Acreditação	A Sysflor Certificações Florestais está acreditada pela Coordenação Geral de Acreditação do Inmetro (Cgcre) para realização de processos de certificação de manejo florestal com base nas normas ABNT NBR 14789:2012 e ABNT NBR 15789:2013, podendo emitir certificados com a logomarca deste organismo acreditador.
Histórico da Sysflor	<p>A Sysflor foi fundada em 2007, com o objetivo de representar uma certificadora americana no desenvolvimento de projetos de avaliação independente para a certificação de manejo florestal e cadeia de custódia. A partir de 2008 vários outros programas passaram a ser fornecidos através da Sysflor, tais como verificação e validação de projetos de carbono, verificação de legalidade (LHV), certificação de biocombustíveis (ISCC, RSB e Bonsucro).</p> <p>Em maio de 2014 a Sysflor recebeu a acreditação, pela Coordenação Geral de Acreditação (CGCRE) do INMETRO (Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia), para atuar como Organismo de Certificação Florestal (OCF) na certificação de manejo de plantações florestais CERFLOR, com base na norma ABNT NBR 14789. Em junho de 2015 recebeu acreditação, pelo mesmo organismo, para realização de Auditorias Florestais Independentes (AFI) e, em julho do mesmo ano, foi acreditada para a certificação de manejo de nativas CERFLOR, com base na norma ABNT NBR 15789.</p> <p>A Sysflor conta com uma equipe multidisciplinar de auditores locados em várias regiões do Brasil e vários clientes de manejo florestal e cadeia de custódia.</p>
Responsável pela Sysflor	Vanilda Rosângela de Souza – Diretora
Dados para Contato	Endereço: Rua XV de Novembro, 1155, Sala 1605, Centro, Curitiba, Paraná, Brasil (80.060-000) Telefone: 55 (41) 3344-5061 E-mail: vanilda.souza@sysflor.com.br Website: www.sysflor.com.br

3.3 Processo de Avaliação

3.3.1. Etapas do processo de avaliação

O processo de avaliação de empreendimentos de manejo florestal para a certificação CERFLOR compreende as seguintes etapas:

- *Planejamento inicial da auditoria*: elaboração do plano de auditoria, seleção da equipe de auditores, designação de tarefas, determinação do tempo de auditoria e determinação da amostragem para certificados multi-site;
- *Planejamento e realização de consulta pública e de reuniões públicas*: determinação de lista de partes interessadas, envio de carta consulta e agendamento de reunião pública na região de atuação da empresa;
- *Avaliação documental*: durante a auditoria é conduzida uma análise crítica da documentação da empresa quanto ao atendimento do CERFLOR;
- *Avaliações de campo*: nas inspeções de campo a equipe de auditores verifica o atendimento do CERFLOR nas atividades de manejo desenvolvidas pelo EMF;
- *Elaboração do relatório*: após a conclusão da auditoria a equipe de auditores elabora o relatório da avaliação listando todas as constatações observadas;
- *Planejamento de auditoria complementar e/ou de Follow-up (se aplicável)*: dependendo da situação podem ser requeridas auditorias complementares ou de verificação de atendimento às não conformidades;
- *Apreciação do processo de auditoria por parte da Comissão de Certificação*: após a finalização do processo a Comissão de Certificação aprecia o processo e recomenda a certificação ou não do EMF à Sysflor;
- *Emissão de relatório final*: após a avaliação de ações corretivas (se aplicável) e demais questões pertinentes o relatório final é emitido, juntamente com a Decisão de Certificação emitida pelo Comitê de Decisão da Certificação da Sysflor.
- *Emissão e publicação do relatório de auditoria*: um resumo público do relatório é disponibilizado ao público para consulta;
- *Auditoria de supervisão*: Uma auditoria de supervisão anual é confirmada com o cliente e realizada; o Relatório de Auditoria é preparado pela equipe de auditores e revisado pela Sysflor. O relatório final é emitido, juntamente com a Decisão de Manutenção ou não da Certificação emitida pelo Comitê de Decisão da Certificação da Sysflor. Um resumo público do relatório do relatório é disponibilizado ao público para consulta com os resultados da auditoria de supervisão.

3.3.2. Metodologia e estratégias empregadas

A Sysflor convoca equipes multidisciplinares com conhecimentos em ciências florestais, ciências sociais, economia de recursos naturais e outras áreas relevantes para avaliar a conformidade do EMF com os padrões e políticas do CERFLOR. Os métodos de avaliação incluem a revisão de documentos e registros, implementação da estratégia de amostragem para visitar um amplo número de áreas florestais e tipos de atividades de colheita, observação da implementação dos planos e políticas de manejo no campo e análise das partes interessadas. Quando há mais de um membro na equipe, os membros da equipe podem rever partes dos padrões com base em suas experiências e especialidades. No último dia de uma avaliação, os membros da equipe se reúnem para deliberar conjuntamente sobre as suas constatações. Isto envolve uma análise de todas as observações de campo relevantes, dos comentários das partes interessadas, e dos documentos e registros revisados. Quando não for possível chegar a um consenso entre os membros da equipe devido à falta de evidências, evidências conflitantes ou diferenças na interpretação dos padrões, a equipe está instruída a relatar isso na seção da decisão da certificação e/ou em observações.

3.3.3 Determinação de Conformidade

Os padrões para o manejo florestal, credenciados pelo INMETRO, consistem de uma hierarquia de três níveis: princípio, os critérios que correspondem a esse princípio e os indicadores de desempenho que detalham cada critério. Conforme os protocolos de avaliação da SYSFLOR, a equipe determina, coletivamente, se as operações do manejo florestal em questão estão em conformidade com todos os indicadores aplicáveis dos padrões relevantes de manejo florestal. Cada não conformidade deve ser avaliada para determinar se constitui uma falha em atender a uma ou mais requisitos da norma ou se representa uma situação que levante dúvida significativa quanto à capacidade de o sistema de gestão do cliente alcançar os resultados planejados. Portanto, a equipe deve usar o seu julgamento coletivo para avaliar cada critério e determinar se o EMF está em conformidade.

Ações corretivas são requeridas para cada Não Conformidade (NC) emitida. Oportunidades de melhoria também podem ser determinadas.

3.3.3.1 Interpretação de Não Conformidade e Oportunidade de Melhoria

Não conformidade maior: resulta (ou pode resultar) em uma falha fundamental em atingir os objetivos de um critério relevante do CERFLOR, em vista da natureza única e a fragilidade de cada recurso florestal. Para cada não conformidade maior o EMF deve avaliar profundamente a causa raiz e determinar o plano de ação corretiva e implementar a ação corretiva para resolver, de forma abrangente essa não conformidade. A Sysflor analisará criticamente o sistema de determinação da causa raiz, a correção e a ação corretiva adotada pelo EMF, bem como verificará sua eficácia para decidir sobre a concessão do certificado. Logo, a certificação depende da eficácia do EMF ao tratamento das NC maiores dentro do prazo estipulado.

Não conformidades menores: são não conformidades que estão tipicamente limitadas em escala ou que podem ser caracterizadas como uma falha incomum no sistema, nesse caso o EMF precisa analisar e estabelecer as correções, assim como planejar as ações corretivas para que o certificado seja concedido.

Oportunidades de Melhoria: Esses são casos em que a equipe de auditores constata conformidade, mas, que poderá resultar em inconformidade futura se não houver uma ação de melhoria. Ações sobre as oportunidades de melhoria são voluntárias e não afetam a manutenção do certificado. Entretanto, as oportunidades de melhoria podem ser transformadas em não conformidades se o desempenho relacionado aos indicadores que as originaram caracterizar inconformidade.

3.4. Processo de Consulta às Partes Interessadas

De acordo com os protocolos da Sysflor, uma consulta com as principais partes interessadas foi um componente integral do processo de avaliação. A consulta é realizada trinta dias antes, durante e após a auditoria de campo, com o objetivo de dar oportunidade aos participantes de fazer comentários, de acordo com as categorias gerais de interesses, com base nos Padrões Cerflor. Uma carta consulta acompanhada de um questionário é enviada às partes interessadas, por meio de correio físico e eletrônico, notificando-as da auditoria e solicitando comentários. Durante a auditoria é realizada também reunião pública em localidades estabelecidas de acordo com o grau de atuação do EMF. Os comentários recebidos durante a consulta pública possibilitam a identificação e o cruzamento de informações durante a avaliação do manejo.

Os grupos de partes interessadas relevantes são identificados com base na lista das partes interessadas fornecida pelo EMF, partes interessadas identificadas durante a Auditoria Fase 1 e contatos adicionais de outras fontes.

3.5. Cronograma e Equipe da Avaliação

3.5.1 Itinerário e Atividades de Avaliação

Data: 11/06/2018	
UMF / Local / sítios visitados	Atividades / notas
Escritório da Empresa, Imperatriz, MA	Reunião de abertura: Apresentação, , revisão do escopo de auditoria, plano de auditoria, introdução/atualização sobre os padrões FSC e da SCS, confidencialidade e sumário público, metodologia e avaliação da conformidade, procedimentos de segurança e emergência para o time de avaliação, seleção final dos sites a serem visitados; Checagem das ações adotadas para as não conformidades abertas na auditoria anterior; Verificação de documentos e registros; Entrevista com colaboradores;
Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Imperatriz, MA	Consulta pública;
Associação Agroextrativista e batedores de Açai, Vila Nova dos Martírios, MA	Consulta pública;
Bloco Jurema, Vila Nova dos Martírios, MA	Visita à AAVC; Atividade de roçada; Visita a um dos projetos de agricultura familiar (área de servidão da concessionária de energia elétrica); Verificação do sistema de segurança patrimonial; Entrevista com colaboradores; Entrevista com moradores do entorno.
Data: 12/06/2018	
UMF / Local / sítios visitados	Atividades / notas
Escritório da Empresa, Imperatriz, MA	Verificação de documentos e registros; Entrevista com colaboradores;
ICMBio, Carolina, MA	Consulta Pública
Acampamento Viva Deus, MA	Consulta pública;
Reserva Extrativista Ciriaco, Cidelândia, MA	Consulta pública;
Povoado Km 1700, Imperatriz, MA	Consulta pública;
Comunidade João do Vale, Região de Açailândia, MA	Consulta pública;
Projeto de Assentamento Planalto II, Região de Açailândia, MA	Consulta pública;
Projeto de Assentamento Rio Ubin, Região de Açailândia,	Consulta Pública;

MA	
Associação das Quebradeiras de Coco Babaçu, Povoado de São Felix, MA	Consulta pública;
Fazenda Pratinha, Riachão, MA	Vistoria em operações de colheita mecanizada; Entrevista com colaboradores e prestadores de serviço; Verificação de áreas de conservação (APP e RL) e estradas; Inspeção nas áreas de vivência; Verificação das condições de saúde e segurança do trabalhador; Checagem de documentos dos colaboradores; Verificação de mapas e sua respectiva verdade terrestre;
Fazenda Caraíba Velha, Feira Nova do Maranhão, MA	Verificação de áreas de conservação (APP e RL), estradas e áreas de efetivo plantio; Verificação de mapas e sua respectiva verdade terrestre;
Fazenda Aldeia, São Pedro dos Crentes, MA	Verificação de áreas de conservação (APP e RL), estradas e áreas de efetivo plantio; Verificação de mapas e sua respectiva verdade terrestre;
Fazenda São Francisco II e Queiroz, Sítio Novo, TO	Inspeção na atividade operacional de manutenção de estradas; Entrevista com prestadores de serviço; Verificação das condições de trabalho e sua conformidade com a NR 31: -Segurança do trabalho e uso de EPIs; -Inspeção na área de vivência. Verificação de mapas vs verdade terrestre; Verificação do estado de conservação das estradas e acessos; Checagem do desenvolvimento geral dos povoamentos florestais; Verificação da conservação dos fragmentos de vegetação nativa e APPs. Entrevista com moradores do entorno da propriedade;
Fazenda Vertente Velha, Sítio Novo, TO	Verificação de mapas vs verdade terrestre; Verificação do estado de conservação das estradas e acessos; Checagem do desenvolvimento geral dos povoamentos florestais; Verificação da conservação dos fragmentos de vegetação nativa e APPs;
Fazenda Lajeado, Sítio Novo, TO	Verificação de mapas vs verdade terrestre; Verificação do estado de conservação das estradas e acessos; Verificação do desenvolvimento geral dos povoamentos florestais; Verificação da conservação dos fragmentos de vegetação nativa e APPs;
Fazenda Santa Luzia, Sítio Novo, TO	Verificação de mapas vs verdade terrestre; Verificação de ponto de captação de água; Verificação de cascalheira; Verificação da conservação dos fragmentos de vegetação nativa e APPs;
Fazenda Fazendinha, Sítio Novo, TO	Verificação de mapas vs verdade terrestre; Verificação de cascalheira; Checagem do estado de conservação das estradas e acessos;

	<p>Verificação do desenvolvimento geral dos povoamentos florestais; Verificação da conservação dos fragmentos de vegetação nativa e APPs;</p>
Fazenda Toca da Onça, Sítio Novo, TO	<p>Verificação de mapas vs verdade terrestre; Verificação do estado de conservação das estradas e acessos; Checagem do desenvolvimento geral dos povoamentos florestais; Verificação da conservação dos fragmentos de vegetação nativa e APPs;</p>
Fazenda Jacamin, Ulianópolis, PA	<p>Vistoria em operações de Preparo do Solo em Área de Reforma; Aplicação Mecanizada de Herbicida; Serviços de Vigilância; Colheita Mecanizada Própria – Módulo IV; Entrevista com colaboradores; Inspeção de veículo de transporte de colaboradores (limpeza, conservação e segurança. Documentação do veículo e motorista); Verificação das condições de saúde e segurança do trabalhador (uso de EPI e atendimento a normas de segurança do trabalho e verificação da sinalização de alerta e segurança aos colaboradores e transeuntes); Inspeção nas áreas de vivências; Verificação do desenvolvimento geral dos povoamentos florestais (crescimento e sanidade); Verificação do estado de conservação das áreas nativas (APP e RL); Verificação da atuação dos vigilantes a uma ocorrência: registro fotográfico, marcação do ponto em GPS, ações preventivas adotadas; Condições de operação da colheita (equipamentos, módulo de colheita, entrevistas a gestores e operadores de máquinas); Verificação das condições das estradas e aceiros;</p>
Fazendas São Jose , Jumbo e Alvorada, Aliança II, Esperança macrorregião Cidelândia e Açailândia	<p>Vistoria em operações de silvicultura na atividade de Autopropelido – Aplicação de herbicida; Vistoria na Fazenda Jumbo em operações de silvicultura na atividade de plantio / irrigação, roçada manual; Vistoria em operações de manutenção de estradas e colheita mecanizada (MODULO 6); Inclusão de área do escopo – Fazenda Esperança; Entrevista com colaboradores; Verificação de áreas de conservação e estradas; Verificação das condições de saúde e segurança do trabalhador; Verificação de documentos dos colaboradores; Verificação de mapas vs verdade terrestre;</p>
Fazendas Canaã e Boa Sorte I, macrorregião Açailândia	<p>Verificação das condições de manutenção das estradas; Verificação do desenvolvimento das florestas; Checagem do estudo de levantamento de impactos sociais;</p>
Fazenda Felicidade, macrorregião Cidelândia	<p>Visita à atividade de colheita de madeira – baldeio; Verificação das condições de saúde e segurança do trabalhador; Checagem das condições ambientais do trabalho; Verificação do canal de comunicação com os colaboradores; Verificação da coleta de resíduos gerados nas atividades operacionais; Checagem das condições de manutenção de equipamentos;</p>

Fazenda Nova Descoberta, macrorregião Açailândia	Verificação do estado de conservação das estradas; Checagem da rota de transporte de madeira; Verificação do canal de diálogo com as comunidades do entorno;
Fazendas Pontal, Pontal QG, Boa Sorte, Cajazeiras e Alvaluz, macrorregião Cidelândia	Verificação do desenvolvimento das florestas; Checagem da rota de transporte de madeira; Verificação dos estudos de impactos sociais;
Data: 13/06/2018	
UMF / Local / sítios visitados	Atividades / notas
Assentamento Palmeiras do Tocantins	Consulta pública;
Assentamento Santa Luzia	Consulta pública;
Comunidade Serra do Cravinho, São Francisco do Brejão, MA	Consulta pública;
Consulta Pública: Vila Concrem II, Dom Eliseu, PA	Consulta pública;
Escritório EMF, Porto Franco, TO	Inspeção no Depósito de produtos químicos; Entrevista com colaboradores;
Fazenda Alto Bonito, Estreito, MA	Vistoria em operações de Carregamento e transporte de madeira; Vistoria em operações de limpeza de linha de plantio (mecanizada); Entrevista com colaboradores; Verificação de áreas de conservação (APP e RL) e estradas; Inspeção nas áreas de vivência; Verificação das condições de saúde e segurança do trabalhador; Verificação de documentos dos colaboradores; Verificação de mapas e sua respectiva verdade terrestre;
Fazenda Sapucaia, Estreito, MA	Vistoria em operações de Manutenção de Estradas; Entrevista com colaboradores; Verificação de áreas de conservação (APP e RL) e estradas; Inspeção nas áreas de vivência; Verificação das condições de saúde e segurança do trabalhador; Checagem de documentos dos colaboradores; Verificação de mapas e sua respectiva verdade terrestre; Verificação de documentos dos veículos;
Fazenda Dois Irmãos, Estreito, MA	Vistoria em áreas de conservação (APP e RL), estradas e áreas de efetivo plantio; Verificação de mapas e sua respectiva verdade terrestre;
Fazenda São Sebastião, Estreito, MA	Verificação de áreas de conservação (APP e RL), estradas e áreas de efetivo plantio; Verificação de mapas e sua respectiva verdade terrestre;
Fazenda Serra, São Francisco do Brejão, MA	Vistoria em fazenda avaliada para inclusão no escopo; Entrevista com colaboradores; Verificação de áreas de conservação (APP e RL) e estradas; Verificação de mapas e sua respectiva verdade terrestre;
Fazendas Campo Alegre A e B, Imperatriz, MA	Vistoria em fazenda avaliada para inclusão no escopo; Entrevista com colaboradores;

	Verificação de áreas de conservação (APP e RL) e estradas; Verificação de mapas e sua respectiva verdade terrestre;
Fazenda Monte Líbano, Cidelândia, MA	Vistoria no depósito de produtos químicos; Verificação dos registros de controle de estoque e apontamentos de aplicação de químicos; Entrevista com responsáveis;
Fazenda Itaparica, São Francisco do Brejão, MA	Vistoria em operações de colheita mecanizada; Entrevista com colaboradores; Verificação de áreas de conservação (APP e RL) e estradas; Inspeção nas áreas de vivência; Verificação das condições de saúde e segurança do trabalhador; Verificação de mapas e sua respectiva verdade terrestre; Verificação de documentação dos veículos de transporte e caminhão pipa;
Distrito Sanitário Indígena de Tocantins, Tocantinópolis, TO	Reunião com representantes de entidades de proteção ao indígena para identificar situação Aldeia Apinajé;
Fazenda São Roque, Darcinópolis, TO	Verificação do estado de conservação das estradas e acessos; Verificação de mapas X verdade terrestre; Vistoria da AAVC São Roque, sinalização e medidas protetivas;
Fazenda Maria Isabel, São Bento do Tocantins, TO	Inspeção na atividade operacional de desbaste; Entrevista com prestadores de serviço; Verificação das condições de trabalho e sua conformidade com a NR 31: -Segurança do trabalho e uso de EPIs; -Inspeção na área de vivência. Verificação de mapas vs verdade terrestre; Verificação do estado de conservação das estradas e acessos; Verificação do desenvolvimento geral dos povoamentos florestais; Verificação da conservação dos fragmentos de vegetação nativa e APPs;
Fazenda Tobasa, Araguatins, TO	Inspeção na atividade operacional de carregamento; Entrevista com prestadores de serviço; Verificação das condições de trabalho e sua conformidade com a NR 31: -Segurança do trabalho e uso de EPIs; Verificação do estado de conservação das áreas nativas (APP e RL); Verificação das condições das estradas e aceiros; Entrevista com moradores do entorno da propriedade;
Fazenda Agropastoril União, Dom Eliseu, PA	Coroamento Manual; Inspeção de ônibus de transporte de colaboradores; Entrevista com colaboradores; Verificação das condições de saúde e segurança do trabalhador; Inspeção na área de vivência; Verificação do desenvolvimento geral dos povoamentos florestais; Verificação do estado de conservação das áreas nativas (APP e RL); Verificação das condições das estradas e aceiros; Verificação de mapas vs verdade terrestre;

Fazenda Salem, Dom Eliseu, PA	<p>Roçada Manual;</p> <p>Inspeção de ônibus de transporte de colaboradores (limpeza, conservação, segurança e documentação do veículo e motorista);</p> <p>Entrevista com colaboradores;</p> <p>Verificação das condições de saúde e segurança do trabalhador;</p> <p>Inspeção na área de vivência;</p> <p>Verificação do desenvolvimento geral dos povoamentos florestais (crescimento e sanidade);</p> <p>Verificação do estado de conservação das áreas nativas (APP e RL);</p> <p>Verificação das condições das estradas e aceiros;</p> <p>Verificação de mapas vs verdade terrestre;</p>
Fazenda Santa Maria HM, Dom Eliseu, PA	<p>Inspeção de AAVC (atributos 1, 2 e 3);</p> <p>Condições de acesso à área, placas de sinalização / advertência e proteção;</p> <p>Estado de conservação da área, interligação de fragmentos;</p> <p>Verificação de mapas vs verdade terrestre;</p>
Fazenda Preciosa, Dom Eliseu, PA	<p>Inspeção de depósito de agrotóxicos</p> <p>Edificações e atendimento da NR 31.8.17;</p> <p>Condições de armazenamento dos produtos químicos e atendimento da NR 31.8.18;</p> <p>Registros de entradas e saídas x quantidade no estoque no SAP;</p> <p>Existência de fichas de segurança (FISPQ, Segurança e datas de validade);</p> <p>Entrevista com responsável (normas de segurança, condições de armazenamento, treinamento e registros);</p>
Fazendas Santa Rosa, Monte Líbano, Alvorada, macrorregião Cidelândia e Açailândia	<p>Vistoria na operação de silvicultura na atividade de aplicação de herbicida mecanizado;</p> <p>Vistoria na operação de silvicultura na atividade de aplicação de herbicida e roçada manual na linha, roçada manual;</p> <p>Inclusão de área do escopo – Fazenda Alvorada;</p> <p>Entrevista com colaboradores;</p> <p>Verificação de áreas de conservação e estradas;</p> <p>Verificação das condições de saúde e segurança do trabalhador;</p> <p>Verificação de documentos dos colaboradores;</p> <p>Verificação de mapas vs verdade terrestre;</p>
Fazendas Ana Paula e Rodominas, macrorregião Cidelândia	<p>Verificação da atividade de aplicação de herbicida, plantio e irrigação de mudas;</p> <p>Entrevista com os colaboradores;</p> <p>Checagem do programa de segurança e saúde do trabalhador;</p> <p>Verificação das condições ambientais do trabalho;</p> <p>Checagem do canal de comunicação com o trabalhador;</p> <p>Checagem do depósito de produtos químicos.</p>
Data: 14/06/2018	
UMF / Local / sítios visitados	Atividades / notas
INCRA, Imperatriz, MA	Consulta pública;
Ministério Público Estadual, Promotoria de Meio	Consulta pública;

Ambiente, Imperatriz, MA	
Povoado Estrada do arroz/ Comunidade Olho d'água, Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu	Consulta Pública;
Escritório da Empresa, Imperatriz, MA	Verificação de documentos e registros para consolidação das informações de campo; Entrevistas com colaboradores; Verificação documental; Verificação do estudo para identificação de AAVCs para novas áreas adicionadas no escopo de certificação; Checagem da documentação referente à conversão de áreas; Avaliação dos documentos fundiários de fazendas amostradas (Matrículas, ITR, CCIR e, contrato de arrendamento, se existente); Verificação do programa de melhoramento genético; Entrevista com os setores Jurídico, Segurança Patrimonial e Logística Integrada; Revisão das ações tomadas para tratativa das Não conformidades e Observações identificadas da auditoria anterior;
Data: 15/06/2018	
UMF / Local / sítios visitados	Atividades / notas
Escritório da Empresa, Imperatriz, MA.	Verificação de documentos e registros; Entrevistas com colaboradores;
Escritório da Empresa, Imperatriz, MA.	Preparação da Reunião de Encerramento: consolidação das notas, deliberação e confirmação das conclusões da auditoria;
Escritório da Empresa, Imperatriz, MA.	Reunião de Encerramento: Revisão das constatações preliminares (potenciais não conformidades e observações) e discussão das próximas etapas.

3.5.2 Tempo total dedicado à avaliação

A. Número de dias dedicado à avaliação do requerente:	5
B. Número de auditores/especialistas participantes na avaliação:	8
C. Dias adicionais dedicados à preparação, consulta às partes interessadas e acompanhamento pós-auditoria:	3
D. Número total de homens/dia utilizado na avaliação:	43

3.5.3 Equipe de Avaliação

Nome do Auditor:	Vanilda Rosângela de Souza	Função do Auditor:	Auditor líder
Qualificações: Engenheira florestal formada pela USP, Mestre pela ESALQ/USP, na área de tecnologia de madeira e Doutora pela UFPR, na área de Tecnologia de Produtos Florestais. Com mais de trinta anos de experiência profissional, atuou como pesquisadora e consultora. No setor florestal, desenvolveu, implantou e conduziu programas de qualidade nas atividades florestais, assim como pesquisa para aumento da produtividade florestal e melhoria da qualidade da madeira. Atou na área de colheita florestal por mais de sete anos. No setor ambiental, realizou estudos e desenvolveu programas para minimização dos impactos ambientais causados pelas atividades florestais; desenvolveu e implantou programas de gerenciamento de resíduos gerados nas atividades florestais, bem como normas para			

utilização de produtos químicos e introdução de novos produtos; coordenou estudos de fragmentos naturais e projetos de recuperação de áreas degradadas. Na área social, desenvolveu programas de qualificação de recursos humanos (treinamentos e reciclagens), envolvendo os temas produtividade, qualidade, segurança no trabalho e meio ambiente; desenvolveu projetos, implantou e executou programas de educação ambiental na região Norte Pioneira do Estado do Paraná. No setor industrial, desenvolveu e implantou programas de Integração Floresta x Indústria, visando a melhoria da qualidade do produto final e a redução de custos de produção, além de estudos e programas de adequação e otimização de matérias-primas. É coordenadora do programa de certificação da SCS no Brasil, através da empresa Sysflor, tendo participado como auditora de diversos processos de avaliação preliminar, certificação e recertificação de unidades de manejo florestal, incluindo plantações florestais e florestas naturais, como também sistemas de cadeia de custódia dos mais diversificados produtos de madeira.

Nome do Auditor:	Lenir Aparecida Mainardes	Função do Auditor:	Auditor
-------------------------	---------------------------	---------------------------	---------

Qualificações: Possui graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (1985), mestrado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2000) e doutorado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2005). Pós-Doutorado pela UFRGS. Atualmente é professora Associada da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais na Universidade Estadual de Ponta Grossa. em experiência na área de Serviço Social, com ênfase em Serviço Social do Trabalho, atuando principalmente nos seguintes temas: assistência social, serviço social, assistência social, serviço social da saúde e saúde do trabalhador. É auditor de manejo florestal do FSC/CERFLOR.

Nome do Auditor:	Luciano Lisbão Júnior	Função do Auditor:	Auditor
-------------------------	-----------------------	---------------------------	---------

Qualificações: Engenheiro agrônomo, especializado em Silvicultura pela ESALQ, da Universidade de São Paulo – USP. PhD em Solos Florestais (Major) e Estatística Experimental (Minor) pela North Carolina State University (USA). Gerente de Meio Ambiente e Segurança Florestal da Aracruz Celulose SA, com responsabilidades em processos de licenciamento, gestão e certificação ambiental / florestal e segurança do trabalho entre abril/1995 a agosto/2009. Engenheiro Sênior da Aracruz Celulose SA, consultor para assuntos técnicos ambientais do Departamento de Controle Técnico de julho 1992 a abril/1995. Chefe de Unidade em dois períodos (jan./1978 a ago./1982; jun./1987 a jul./1990) e Pesquisador da Embrapa Florestas ao longo de 15 anos (jan./1978 a dez./1992), atuando nas áreas de silvicultura, solos e nutrição florestal. Atualmente é Consultor Ambiental de empresas florestais e auditor pela SCS/Sysflor nos processos de certificação florestal FSC e CERFLOR; auditor internacional na certificação RSB para biocombustíveis. Consultor para a certificação Bonsucro (cana, álcool e açúcar).

Nome do Auditor:	Luiz Carlos Mudri	Função do Auditor:	Auditor
-------------------------	-------------------	---------------------------	---------

Qualificações: Engenheiro florestal pela UFSM de Santa Maria – RS e Engenheiro de Segurança do Trabalho da UTFPR - Ponta Grossa – PR. Atuou como Gestor de Operações Florestais em empresas multinacional e nacional, área de Abastecimento de madeira (Colheita, baldeio, estradas, transporte florestal e alimentação de pátio de madeira). Foi coordenador de Abastecimento da Klabin do Paraná de 1995 a 2007 e Gerente de Operações Florestais da MASISA FLORESTAL de 2007 a 2013. Atuou como auditor interno nas áreas de qualidade (ISO 9001), segurança (OHSAS 18001); FSC (manejo de florestas e cadeia de custódia) e meio ambiente (ISO 14001). Atualmente é consultor florestal e de segurança do trabalho de empresas florestais além de auditor pela SCS/SYSFLOR nos processos de Certificação FSC/CERFLOR.

Nome do Auditor:	Naiara Teodoro Zamin	Função do Auditor:	Auditor
-------------------------	----------------------	---------------------------	---------

Qualificações: Engenheira florestal, formada pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) e Mestre em Engenharia Florestal pela UFPR na área de Manejo Florestal. Participou em projetos de pesquisas no Laboratório de Dendrometria da UFPR, voltados à avaliação da estrutura corrente e monitoramento da dinâmica de um fragmento de Floresta Ombrófila Mista no Campus III da UFPR (2009) e ao estudo

mensal de crescimento e produção em diâmetro e altura de Araucária e Pínus (2009-2012). É auditora líder de cadeia de custódia de produtos florestais do FSC desde 2011 e auditora líder de manejo florestal do FSC desde 2013. Os treinamentos mais recentes que tem recebido incluem Curso de Manejo de Florestas Tropicais pelo Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA) e auditora líder em ISO 14001 (sistema de gestão ambiental). Tem experiência na área de pesquisa em Recursos Florestais e Engenharia Florestal, com ênfase em Manejo Florestal. Atualmente, atua como Supervisora do Programa de Certificação de Manejo Florestal da Sysflor.

Nome do Auditor:	Rosinês Luciana da Motta	Função do Auditor:	Auditor
-------------------------	--------------------------	---------------------------	---------

Qualificações: Bióloga, graduada na Universidade Estadual Paulista (UNESP) - São José do Rio Preto (1989-1992), possui mestrado e doutorado em Ciências Biológicas na área de Zoologia pela UNESP – Botucatu. Professora universitária entre 1998-2011, desenvolvendo pesquisas na área de ecologia de comunidades e ecossistemas. Publicou em revistas indexadas nacionais (6), internacionais (2), Anais de congressos (29), Capítulo de livro (1), Trabalhos técnicos (4). Participou de bancas de graduação (28), mestrado (3) e doutorado (3). Ministrou cursos e treinamentos, tendo orientado diversos trabalhos ecológicos de conclusão de curso (19) e iniciação científica (9). Foi Diretora Pedagógica do Ensino Superior no período de 2007 a 2010 e Diretora de Centro Ambiental (Área de Soltura e Centro de Triagem e Reabilitação de Animais Silvestres - CETAS) no período de 2006 a 2010. Bolsista RHA-E-CNPq do Programa Pesquisador na Empresa (2011-2013), para reestruturação do programa de monitoramento de pragas e doenças do eucalipto da empresa Equilíbrio Proteção Ambiental (EPF). Atua na Área de Proteção Florestal desde 2011, sendo Coordenadora Operacional da empresa EPF, ministrando diversos treinamentos na área de proteção florestal. Autora de diversos manuais publicados para identificação em campo das principais pragas, doenças, formigas cortadeiras e ervas daninhas que ocorrem no eucalipto no Brasil. Sócia da empresa Hotspot Ambiental, atuando na prestação de serviços para empresas florestais na área ambiental. Participou do Curso da ISO 9001 (Sistema de Gestão de Qualidade) e atua na Certificação FSC pela SCS/Sysflor desde 2017.

Nome do Auditor:	Tomaz Longhi Santos	Função do Auditor:	Auditor
-------------------------	---------------------	---------------------------	---------

Qualificações: Engenheiro Florestal, formado pela UFPR, Mestre e Doutor em Engenharia Florestal na área de Conservação da Natureza pela UFPR. Professor do Ensino Superior Privado. Tem experiência em projetos voltados à Ecologia Florestal, Autoecologia e Dendrocronologia / Dendroecologia de espécies nativas e é revisor de periódicos científicos voltados a essas áreas. Co-orienta trabalhos de iniciação científica e conclusão de curso. Atuou em projetos de biologia e conservação de espécies ameaçadas de extinção da Floresta Ombrófila Mista (2007) e biota de solo e biogeoquímica na Mata Atlântica do Paraná (2007-2010). Atualmente, está vinculado a projetos de dendroecologia de espécies nativas (2011). É integrante dos grupos de pesquisa: Núcleo de estudos dendrocronológicos e dendroecológicos em ambientes naturais (NEDDAN); Biogeoquímica de Florestas Tropicais e Subtropicais; e Ecologia e conservação de ecossistemas vegetais dendroecologia de espécies nativas (2011). É Auditor Líder em ISO 9001:2015 e ISO 14001:2015. Atua como auditor de certificação florestal FSC e Cerflor desde 2013.

Nome do Auditor:	Maurício C. Nadolny	Função do Auditor:	Especialista técnico
-------------------------	---------------------	---------------------------	----------------------

Qualificações: Engenheiro Florestal formado pela UFPR, possui Mestrado na área de manejo florestal pela UFPR e MBA em Administração de Empresas e Negócios pela Fundação Getúlio Vargas. Experiência de 24 anos no setor florestal brasileiro, com atuação em diferentes atividades, proporcionando sólido conhecimento do ambiente de negócio. Capacidade de gestão e execução de atividades operacionais e de planejamento. Habilidade em negociação e gestão de contratos de serviços. Larga experiência em suprimento industrial, envolvendo negociação, compra e venda de madeira. Conhecimento do mercado de madeira nos estados do Paraná e Santa Catarina, com inúmeros contatos e acessos profissionais. Conhecimento em análise de negócios, prospecção, avaliação de compra de ativos e terras. Gestão de atividades e processos de rotina em ambiente empresarial. Formação e coordenação de equipes de

trabalho. Participação em diversos treinamentos de gestão de pessoal.

3.5.4. Grupos de partes interessadas consultados

Os seguintes tipos de grupos e indivíduos foram determinados como partes interessadas principais:

Gerência e funcionários do EMF
Consultores Florestais
Empresas prestadoras de serviços
Arrendatários
Proprietários adjacentes
Organizações cívicas e de interesse social, locais e regionais
Órgãos Governamentais
Compradores de toras colhidas nas florestas do EMF
Membros e/ou representantes tribais pertinentes
Organizações ambientais e conservacionistas locais e regionais
Grupos e organizações de indústrias florestais
Órgãos federais, estaduais e municipais
Pessoal de agências reguladoras local, estadual e federal
Outros grupos relevantes

A carta consulta acompanhada de um questionário foi enviada às partes interessadas, informando-as sobre o processo de avaliação do manejo, solicitando comentários.

A lista completa das partes interessadas contatadas está mantida como registro no escritório da Sysflor e não tendo sido inserida no relatório, entretanto, pode ser disponibilizada mediante solicitação.

4. RESULTADOS DA AVALIAÇÃO

4.1 Resumo dos comentários das partes interessadas e respostas dadas pela equipe, onde aplicáveis

A tabela abaixo apresenta um resumo dos principais comentários recebidos das partes interessadas e as respostas da equipe de avaliação. Quando os comentários das partes interessadas desencadearam investigações durante a avaliação, as ações de acompanhamento e as conclusões da SYSFLOR estão descritas a seguir.

Comentários das Partes Interessadas	Respostas da Sysflor
Princípio 1 – Cumprimento da legislação	
Em meados de 2017 houve um incêndio em áreas de conservação da empresa, na regional Cidelândia, que se espalhou em parte da área utilizada por comunitários da Associação dos extrativistas do açaí, o que impactou significativamente na coleta de Açaí pela comunidade. Muitas pessoas acessam a área, sem nenhum controle, sem nenhum cuidado, e	Os auditores identificaram a ocorrência de incêndios em áreas de conservação, nos blocos Jurema e Eldorado (regional de Cidelândia), onde estão localizados açazais, classificados pela empresa como sendo áreas de alto valor de conservação. Embora a empresa tenha registrado os incêndios, não foram encontradas evidências de análises críticas da ocorrência desses incêndios e a revisão das medidas empregadas, visando reduzir esse problema. Também foi observado que a empresa não possui controle das pessoas que realizam coleta de açaí nessas áreas. Em entrevistas com a comunidade foi relatado

realizam coleta indiscriminada, do fruto.	que pessoas estranhas estão entrando na área, retirando os cachos verdes, cortando os pés de açaís e depredando o local. A empresa não está realizando o monitoramento e adotando medidas para manter ou melhorar a produção de açaí. Também foi verificado que questões importantes tratadas com a comunidade não estão sendo registradas pela organização como, por exemplo, o acordo para a recuperação do açazal utilizado pela comunidade que foi queimado em um incêndio. Em entrevistas realizadas, evidenciou-se que no acordo verbal o EMF se compromete a repassar as mudas de açaí para comunidade plantar, entretanto, há uma demora significativa nas ações, não sendo possível acompanhar o encaminhamento das ações tomadas por parte da empresa. Dessa forma, os auditores emitiram uma não conformidade menor (NC menor 2018-07). C
Princípio 2 – Racionalidade no uso dos recursos florestais a curto, médio e longo prazos, em busca da sua sustentabilidade	
Ausência da Suzano Papel e Celulose S/A na compensação pelo impacto ambiental gerado.	A Suzano realizou acordo de Compensação Ambiental junto ao Estado e, também, realiza uma série de programas e monitoramentos para mitigação dos possíveis impactos.
Princípio 3 – Zelo pela diversidade biológica	
Nenhum.	
Princípio 4 – Respeito às águas, ao solo e ao ar	
Quais ações da empresa para preservar as APPs de nascentes e ribeirões localizadas dentro das propriedades? Essas áreas estão preservadas?	Foi realizado o Zoneamento Ambiental para identificar as nascentes e suas respectivas APPs, de forma a manter e proteger a qualidade e quantidade destes recursos hídricos. Também foi realizado um Monitoramento Hidrológico no Estado (de forma representativa para o município) para entender e acompanhar o comportamento da água em relação às atividades.
Princípio 5 – Desenvolvimento ambiental, econômico e social das regiões em que se insere a atividade florestal	
Trata-se de uma empresa grandiosa, multinacional, que precisa olhar mais pelos municípios impactados. Em Angico, estamos abertos para trabalharmos juntos, mas as vezes que solicitamos nunca fomos correspondidos.	Desde o início de nossas operações o EMF manteve o diálogo com o município de Angico e comunidades conforme os procedimentos internos (Poder público – Relações Institucionais; Comunidades – Responsabilidade Social). No período da implantação dos plantios, foram desenvolvidos projetos com as comunidades do Assentamento e Povoado Tamboril – Agricultura Comunitária e Comunidade ACAN – Projeto Floradas – Apicultura. Também foram realizados com as comunidades vizinhas às propriedades as campanhas Floresta Viva. Conforme a Matriz de Priorização, este município é classificado como priorização baixa, com a pontuação 21, de um corte com valor 35 > para classificação alta. Toda a operação de transporte no município se dá através de

	<p>estradas estaduais e federais, não utilizando vicinais.</p> <p>Com relação às solicitações, apesar de diversas conversas realizadas com os gestores públicos, em nenhum momento houve uma solicitação formal à empresa.</p>
<p>As áreas da Suzano Papel e Celulose S/A são excelentes, precisamos de mais apoio ambiental e social na região de Angico, TO.</p>	<p>Desde o início das operações o EMF manteve o diálogo com o município de Angico e comunidades conforme procedimentos internos (Poder público – Relações Institucionais; Comunidades – Responsabilidade Social).</p> <p>No período da implantação de os plantios, foram desenvolvidos projetos com as comunidades do Assentamento e Povoado Tamboril – Agricultura Comunitária e Comunidade ACAN – Projeto Floradas – Apicultura.</p> <p>Toda a operação de transporte no município se dá através de estradas estaduais e federais, não sendo utilizadas vicinais.</p> <p>Além disso, são realizadas Campanhas de Educação Ambiental – Floresta Viva – na Região, através de diálogo e entrega de materiais educativos.</p> <p>Conforme Matriz de Priorização, este município é classificado como baixa, com a pontuação 21, de um corte com valor 35 para classificação alta.</p>
<p>Ausência da Suzano Papel e Celulose S/A nas parcerias de execuções de programas e projeto desenvolvido pelo Município de Angico, TO. Principalmente, na Área Ambiental e Social.</p>	<p>Desde o início das operações o EMF manteve o diálogo com o município de Angico e comunidades conforme procedimentos internos (Poder público – Relações Institucionais; Comunidades – Responsabilidade Social).</p> <p>No período da implantação de os plantios, foram desenvolvidos projetos com as comunidades do Assentamento e Povoado Tamboril – Agricultura Comunitária e Comunidade ACAN – Projeto Floradas – Apicultura.</p> <p>Além disso, são realizadas Campanhas de Educação Ambiental – Floresta Viva – na Região, através de diálogo e entrega de materiais educativos.</p> <p>Conforme Matriz de Priorização, este município é classificado como baixa, com a pontuação 21, de um corte com valor 35 para classificação alta.</p>
<p>A empresa poderia estar nos ajudando com construção do aterro sanitário, ou doações de caminhão compactador de lixo, equipamentos para gestão ambiental municipal, como veículos, material de escritório, ou apoio aos brigadistas de incêndios municipais de Angico, TO.</p>	<p>Com relação as solicitações, apesar de diversas conversas realizadas com os gestores públicos, em nenhum momento houve uma solicitação formal à empresa. Quando solicitado formalmente, a empresa possui um comitê de análise que avalia os pleitos legítimos recebidos formalmente.</p>
<p>Desde o momento pré funcionamento da Unidade produtiva de Imperatriz/MA, ocorreram diálogos entre o ICMBio e a Gerência Socioambiental da Suzano local na busca de mediação dos impactos nas</p>	<p>O EMF possui um fórum de discussão permanente com as quebradeiras de coco babaçu e o ICMBio, chamado Conselho de Desenvolvimento Comunitário das Quebradeiras de Coco, que tem representatividade de 03 associações de quebradeiras (Coquelândia, São Félix e Petrolina), 03 Reservas Extrativistas (Ciriaco, Mata Grande e Extremo Norte) e</p>

<p>comunidades locais, principalmente as Quebradeiras de Coco Babaçu beneficiárias das Unidade de Conservação de Uso Sustentável federais existentes na região.</p>	<p>quebradeiras do povoado Olho D'água dos Martins, que não possuem organização formal. Esse grupo se reúne bimestralmente.</p>
<p>A zona de amortecimento da Resex Ciriaco e causa uma influência direta da UNF Maranhão nas comunidades beneficiárias da UC. O que a empresa faz para minimizar os impactos causados?</p>	<p>As operações não impactam diretamente as comunidades da RESEX, a propriedade mais próxima dos limites da UC fica há mais de 10km, e tem 80% da área como RL. As operações de transporte foram organizadas para não utilizar as vias destas comunidades, como exemplo o desvio do Bloco Eldorado, que retirou os caminhões da rota das comunidades que se encontram na zona de amortecimento. Além disso, o EMF possui um fórum permanente de discussão com as quebradeiras de coco babaçu e o ICMBio, chamado Conselho de Desenvolvimento Comunitário das Quebradeiras de Coco, que tem representatividade de 03 associações de quebradeiras (Coquelândia, São Félix e Petrolina), 03 Reservas Extrativistas (Ciriaco, Mata Grande e Extremo Norte) e quebradeiras do povoado Olho D'água dos Martins, que não possuem organização formal. Esse grupo se reúne bimestralmente.</p>
<p>Observo que no momento pré funcionamento da Unidade de Produção de Imperatriz foram propostos espaços de diálogo com as Quebradeiras de Coco Babaçu beneficiárias das UC (Resex Extremo Norte do Tocantins, Resex Ciriaco e Resex Mata grande), bem como, promovidos apoios às atividades produtivas como unidades de processamento de óleo babaçu e derivados. Estes espaços de diálogo e o fortalecimento das atividades produtivas foram um importante momento para a implementação das Unidades de Conservação uma vez que visaram fortalecer o modo vida das Quebradeiras de Babaçu beneficiárias o que constitui o principal objetivo de criação destas UC. Como está ocorrendo esse diálogo atualmente?</p>	<p>O EMF possui um fórum de discussão permanente com as quebradeiras de coco babaçu e o ICMBio, denominado Conselho de Desenvolvimento Comunitário das Quebradeiras de Coco, que tem representatividade de 03 associações de quebradeiras (Coquelândia, São Félix e Petrolina), 03 Reservas Extrativistas (Ciriaco, Mata Grande e Extremo Norte) e quebradeiras do povoado Olho D'água dos Martins, que não possuem organização formal. Esse Conselho foi criado através do fomento e incentivo de algumas organizações, órgãos governamentais e empreendimentos, incluindo a empresa Suzano. O grupo se reúne bimestralmente, onde são discutidas ações importantes de apoio à cultura e ao desenvolvimento das comunidades de quebradeiras de coco.</p>
<p>Para nós, mulheres quebradeira de coco, a Suzano não nos prejudica na atividade de coleta de coco babaçu. Ao contrário, a empresa tem sido grande parceira.</p>	<p>Os auditores verificaram que a empresa participa ativamente de reuniões com as associações de quebradeiras de coco, apoiando a atividade extrativista e buscando dar condições adequadas de acesso e apoio a coleta de coco babaçu. A Suzano possui o programa de prevenção de incêndios florestais, denominado Floresta Viva, que visa conscientizar os</p>

	<p>colaboradores (próprios e terceiros), parceiros e comunidades, alertando-os para os impactos e perigos de um incêndio, o que fazer para evitá-los e como proceder quando detectar algum foco. Nesse programa, inclui-se também as comunidades de quebradeiras de coco, que são orientadas em relação às boas práticas da atividade de coleta de coco babaçu, evitando a queima de material dentro da unidade de manejo florestal.</p> 
<p>Gostaríamos que existisse outra forma de trabalho que não fosse só quebrar coco, e que o jovem pudesse aprender.</p>	<p>A empresa realizou vários investimentos durante o período de implantação do empreendimento e continua investindo, através de projetos e ações direcionados para população da zona rural dos municípios onde atua, com objetivo de contribuir para o desenvolvimento local. A seguir são listados os principais projetos, voltados para a segurança alimentar, educação, cultura e alternativas de renda:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Educação é Saúde: Parceria Inmed Brasil – 05 Escolas / 04 municípios / 5.324 beneficiados; • Educar e Formar: Pedagógico/ Parceria IAS – 12 municípios / 45.871 beneficiados; • Reforma de Escolas: 04 Escolas Públicas / 950 alunos beneficiados; • Bibliotecas Comunitárias: 10 implantadas/ 04 em implantação / 52.000 beneficiados; • Escola de Heróis: 06 Escolas Participantes / 200 alunos; • Programa de Agricultura Comunitária, composto pelos projetos Campos Argícolas; Sistemas Agrossustentáveis; Produção e Derivados do Leite; Educação de Jovem Rural. 530 famílias/2.650 pessoas beneficiadas; • Extrativismo Sustentável: 130 famílias / 700 pessoas beneficiadas; • Floradas/Apicultura: 65 famílias / 325 pessoas beneficiadas; • Coisa de Índio: 43 jovens indígenas capacitados; • Casa do Estudante Indígena: 05 estudantes indígenas beneficiados; • Produzir e conservar: 143 famílias beneficiadas; • Guardiões – Gestão Ambiental e Territorial: 5.317 indígenas • Cidadania Ativa – Conselhos Comunitários: Em 2017 foram implantados os conselhos comunitários de Cidelândia/MA, Dom Eliseu/PA, Vila Sudelândia – Assentamento Açaí – Açailândia/MA, Vila Nova Vitória – Assentamento Açaí – Açailândia/MA. Em fase de implantação encontram-se os conselhos do Assentamento Amigos da Terra – Darcinópolis/TO, Assentamento Santa

	Luzia – Palmeiras do Tocantins/TO, Assentamento Serafim – Estreito/MA e Assentamento Brejo da Ilha – Estreito/MA.
--	---

4.2 Resumo das constatações da avaliação

<input checked="" type="checkbox"/>	Nenhuma Não Conformidade Maior foi determinada para o EMF durante a avaliação. Todas e quaisquer NC determinadas em auditorias de monitoramento de anos anteriores foram revisadas e fechadas antes da emissão de um certificado.
<input checked="" type="checkbox"/>	NC foram determinadas ao EMF durante a avaliação. As NC maiores foram todas fechadas para satisfação da equipe de auditores e atendem os requisitos dos padrões. Para as NC menores a empresa realizou a análise de causa e apresentou o plano de ação corretiva adequado. Todas e quaisquer NC determinadas em auditorias de monitoramento de anos anteriores foram revisadas e fechadas antes da emissão do certificado.
<input type="checkbox"/>	NC maiores foram determinadas ao EMF durante a avaliação e esta ainda não as fechou satisfatoriamente.

A Tabela abaixo contém um resumo das constatações identificadas pela equipe de auditores em relação ao cumprimento do padrão do CERFLOR.

Princípio/Área	Pontos Fortes Relativos aos Padrões	Pontos Fracos Relativos aos Padrões
P1: Cumprimento da legislação	<p>O EMF atua com Centros de Serviços Compartilhados que possuem fontes de registro e atualização da legislação aplicável quanto às questões tributárias, fiscais, fundiárias, trabalhistas etc.</p> <p>Há procedimentos internos que visam estabelecer rotinas de verificação do atendimento dos requisitos legais, incluindo a análise, acompanhamento e verificação de atendimento da legislação pertinente às atividades florestais.</p> <p>O EMF possui a documentação fundiária de todas as propriedades integrantes do escopo da certificação e das novas áreas no escopo, tanto próprias quanto arrendadas. No caso das áreas arrendadas, o EMF disponibilizou ainda os respectivos contratos de arrendamento.</p> <p>Há um estruturado Sistema de Gestão de Saúde e Segurança Ocupacional - SSO das atividades operacionais, que é corporativo e está plenamente</p>	<p>Durante as inspeções de campo, foi verificado que o Certificado de Registro e Licenciamento do Veículo (CRLV) de alguns veículos de empresas terceirizadas estavam vencidos ou ainda indisponíveis e, também que cronotacógrafos estavam vencidos (em caminhões caçamba e em veículos de transporte de trabalhadores nas Macrorregiões de Porto Franco e de Dom Eliseu). O porte deste documento é obrigatório, segundo a Lei nº 13.281, de 4 de maio de 2016, que alterou a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro). NC menor 2018-01</p> <p>O Sistema de Gestão em Segurança e Saúde Ocupacional - SSO é corporativo e está plenamente implementado. Para a verificação do cumprimento legal e eficiência das ações, o EMF implementou o programa SSOMA, que faz o monitoramento de Requisitos Legais, aplicáveis a Saúde e Segurança Ocupacional. Apesar disso, foi verificado que existem divergências nos Programas</p>

	<p>implementado. Para a verificação do cumprimento legal e eficiência das ações, o EMF implementou um programa que faz o monitoramento dos Requisitos Legais aplicáveis às questões de saúde e segurança ocupacional.</p>	<p>de Saúde e Segurança (i.e., PPRA, PCMSO e LTCAT) em relação ao estabelecido na Ordem de Serviço e ASOs dos colaboradores próprios e terceiros. Na documentação dos colaboradores próprios observou-se que:</p> <ul style="list-style-type: none"> - No ASO para o cargo Motorista não consta o exame de Eletroencefalograma previsto no PCMSO; - No cargo de Mecânico, existem divergências nos riscos ambientais descritos no PPRA em relação ao PCMSO e LTCAT; - No cargo de Técnico de Operações Florestais, os riscos ambientais presentes no ASO estão divergentes com aqueles descritos no PPRA, PCMSO e LTCAT; - No cargo de Assistente de Operações Florestais, os exames previstos no PCMSO não condizem com aqueles realizados no ASO. - A descrição das funções de algumas ordens de serviços é diferente das descrições previstas no PPRA, PCMSO e LTCAT. <p>Na documentação dos colaboradores terceiros observou-se que:</p> <ul style="list-style-type: none"> - O LTCAT dos Cargos de Almoxarife e Encarregado de Qualidade Operacional, apresenta divergência em relação à descrição feita no PPRA e PCMSO. NC menor 2018-02
<p>P2: Racionalidade no uso dos recursos a curto, médio e longo prazos em busca da sua sustentabilidade</p>	<p>O EMF adota técnicas adequadas para obtenção de maior aproveitamento da árvore e menor desperdício possível. Tem sido realizados investimentos em equipamentos modernos de colheita de madeira, que visam evitar quebra de árvores durante o corte.</p> <p>Além dos cuidados durante a colheita, o EMF mantém um inventário de resíduos, que é realizado para a determinação do volume de resíduos de madeira comercial deixado nas áreas após a colheita e baldeio. Na Unidade de Imperatriz, esse inventário tem sido realizado em 100% das unidades produtivas, após a remoção</p>	<p>Foi verificado nas inspeções de campo que alguns colaboradores não possuem clareza com relação ao preenchimento do check-list de equipamentos móveis e veículos, e que alguns itens regulares estavam sendo indicados como “Não Conforme” nesse documento. Isso, pode comprometer o processo de avaliação das condições das máquinas e veículos pela organização. OM 2018-03</p> <p>Foi verificado que há divergência nas áreas que estão sinalizadas como fora do escopo, em relação a descrição do cadastro florestal. Por exemplo, na Fazenda Boa Fé a UP (Unidade de</p>

	<p>da madeira.</p> <p>O EMF possui matrizes de aspectos e impactos ambientais para as diferentes operações florestais desenvolvidas dentro da UMF. Por meio dessas matrizes, foi possível evidenciar que seu sistema de identificação e tratamento dos impactos ambientais têm se mostrado eficiente. Nestas matrizes estão caracterizados os impactos, estabelecidas medidas para evitar e minimizar os impactos, bem como, os resultados de controle pré e pós-atividades.</p> <p>O EMF possui um estruturado sistema de monitoramento das suas práticas de manejo, incluindo os aspectos sociais, ambientais e operacionais.</p>	<p>Produção) 62B146 consta como fora do escopo do certificado. Porém, no cadastro florestal essa UP está cadastrada como certificada. Foi evidenciado no cadastro que essa UP foi colhida em 2017, porém constatou-se que a madeira não foi comercializada pelo empreendimento e encontra-se armazenada no campo, conforme evidenciado por imagens de satélite. Também foi evidenciado pela organização que durante a auditoria o cadastro florestal foi corrigido para a UP da Fazenda Boa fé e essa UP foi novamente registrada como não certificada. OM 2018-04</p>
P3: Zelo pela diversidade biológica	Nenhum.	Nenhum.
P4: Respeito às águas, ao solo e ao ar	Há forte atuação da área de Tecnologia Florestal, que, ano após ano, vem empenhando contínuos esforços para prescrever os clones mais adaptados para serem utilizados dentro da UMF.	Nenhum.
P5: Desenvolvimento ambiental, econômico e social em que se insere a atividade florestal	O EMF vem desenvolvendo diversos trabalhos com as comunidades tradicionais da sua região de atuação - indígenas e quebradeiras de coco. Há grandes programas voltados para essas populações, que visam apoiar e capacitar jovens e adultos. Os projetos estão divididos em temas como: Extrativismo Sustentável (130 famílias / 700 pessoas beneficiadas); Coisa de Índio (43 jovens indígenas capacitados); Casa do Estudante Indígena (05 estudantes indígenas beneficiados); Produzir e conservar (143 famílias beneficiadas); Guardiões – Gestão Ambiental e Territorial (5.317 indígenas).	<p>O EMF evidenciou a realização de levantamentos e avaliação de impactos socioeconômicos gerados pelas atividades de manejo, conforme verificado na matriz de impactos, nos relatórios de visitas às comunidades, Mapeamento de Riscos e Impactos e no RISA (Relatório de Impactos Sócioambientais) realizado pré e pós atividade. Entretanto, não foram evidenciados o levantamento e a avaliação de impactos socioeconômicos para a atividade de aplicação aérea de produtos químicos na UMF. NC menor 2018-05.</p> <p>Foi observado que com a aprovação da reforma trabalhista em 2017, houveram modificações na remuneração das horas</p>

		<p>in-itinere por parte das EPS, considerando que essa remuneração não é mais obrigatória. Em campo, foram verificadas condutas diferenciadas em relação ao tema, nas diversas EPS inspecionadas. Algumas agregaram o valor ao salário, outras estão pagando sob forma de bônus (p.e. aumento na cesta básica) ou, ainda, horas extras, pois a simples redução poderia gerar um impacto no valor mensal, recebido pelos trabalhadores. Apesar disso, o EMF ainda não realizou uma avaliação dos impactos socioeconômicos dessa e das demais alterações da reforma trabalhista sobre os trabalhadores. OM 2018-06</p> <p>O EMF apresentou uma planilha denominada “demandas impactos 2018”, que contempla os comentários e reclamações recebidas pelos diferentes canais de comunicação e diálogo (i.e., Suzano Responde – 0800, Suzano em campo, e-mail, whatsapp, contato direto com pessoas da empresa, etc.), bem como as ações tomadas para cada questão. Entretanto, verificou-se que não há registros nessa planilha que evidenciem que as respostas foram fornecidas às partes interessadas. Também foi verificado que questões importantes tratadas com a comunidade não estão sendo registradas pela organização como, por exemplo, o acordo para a recuperação do açaizal utilizado pela comunidade que foi queimado em um incêndio. Em entrevistas realizadas, evidenciou-se que no acordo verbal o EMF se compromete a repassar as mudas de açaí para comunidade plantar, entretanto, há uma demora significativa nas ações, não sendo possível acompanhar o encaminhamento das ações tomadas por parte da empresa. NC menor 2018-07</p>
Tratamento de Reclamações (Portaria do		<p>Não conclusão do plano de ação da NC menor 2017-08: “Embora o EMF possua tratativas implementadas referentes às</p>

Inmetro nº 547/2012)		reclamações recebidas, não é realizada uma análise crítica anual das reclamações recebidas e evidências da implementação das correspondentes ações corretivas, bem como das oportunidades de melhorias, registrando seus resultados.” A empresa apresentou evidências de análise crítica parcial das reclamações de 2018. Porém, considerando que o plano de ação da empresa tem prazo de conclusão apenas para janeiro/2019 a NC menor foi mantida em aberto para acompanhamento das tratativas e conclusão do plano de ação corretiva. NC menor 2018-08
Requisitos de uso do Selo de Identificação da Conformidade do Cerflor e/ou da Logo PEFC	Nenhum.	Nenhum.
Requisitos para Certificação de UMF-múltipla (ou multi-site)	Não aplicável.	Não aplicável.
Programas de Manejo em Grupo (Anexo A –Portaria do Inmetro nº 547/2012 e Portaria Inmetro nº 54/2014)	Não aplicável.	Não aplicável.

4.3 Não conformidades e Oportunidades de Melhoria Existentes

Constatação Número: 2017-01	
Selecione uma: <input type="checkbox"/> NC maior <input type="checkbox"/> NC menor <input checked="" type="checkbox"/> OM	
NC/OM emitida para (quando mais de uma UMF):	
Prazo para apresentação da ação corretiva (ou ação de melhoria) e do seu plano de implementação	<input type="checkbox"/> Pré-condição para certificação <input type="checkbox"/> 3 meses a partir da emissão do Relatório Final <input type="checkbox"/> Próxima Auditoria (Inspeção ou reavaliação) <input checked="" type="checkbox"/> Resposta é opcional (Apenas Oportunidade de Melhoria) <input type="checkbox"/> Outro prazo (especifique):
Indicador(es) Cerflor:	1.1.a)
Não conformidade (ou Oportunidade de Melhoria):	

<p>A empresa tem conhecimento da legislação pertinente ao manejo florestal, incluindo direitos dos Povos Indígenas, saúde e segurança do trabalho, meio ambiente, etc. Porém, o Procedimento <i>PPG.01.00100 – Requisitos Legais, Ambientais e Outros</i> faz referência apenas à legislação ambiental, sem incluir as demais legislações aplicáveis ao manejo florestal.</p> <p>Convêm que o EMF ajuste o procedimento de identificação e acompanhamento da legislação aplicável à atividade desenvolvida na unidade de manejo florestal.</p>	
<p>Análise da Causa Raiz determinada pelo EMF: N/A – OM</p>	
<p>Ação Corretiva determinada pelo EMF (ou Ação de Melhoria) (incluindo qualquer evidência encaminhada)</p>	<p>N/A – OM</p>
<p>Plano de Implementação da Ação Corretiva (ou Ação de Melhoria) (incluindo qualquer evidência encaminhada)</p>	<p>N/A – OM</p>
<p>Parecer da Sysflor sobre o plano de implementação da ação corretiva (ou ação de melhoria)</p>	<p><input type="checkbox"/> Aceito</p> <p><input type="checkbox"/> Outra decisão (consulte descrição acima)</p>
<p>Prazo para implementação da ação corretiva (ou ação de melhoria)</p>	<p><input type="checkbox"/> Pré-condição para certificação</p> <p><input type="checkbox"/> 3 meses a partir da emissão do Relatório Final</p> <p><input type="checkbox"/> Próxima Auditoria (Inspeção ou reavaliação)</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Resposta é opcional (Apenas Oportunidade de Melhoria)</p> <p><input type="checkbox"/> Outro prazo (especifique):</p>
<p>Evidência de implementação da ação corretiva definida no plano de ação (ou ação de melhoria)</p>	<p>Para atendimento desta observação foram realizadas aproximações da área de Sistema de Gestão Ambiental - SGA com a Segurança e Saúde Ocupacional - SSO para complementação e otimização da Ferramenta Âmbito, de modo que tanto SGA e SSO passassem a ter parametrização idênticas. As alterações realizadas no Sistema Âmbito permitem agora que haja sinergias das áreas de SGA e SSO para Auditorias Internas do Âmbito, de modo a reforçar a aproximação das áreas e otimizar os recursos envolvidos.</p> <p>O procedimento <i>PPG.01.00100 – Atendimento a Requisitos Legais</i> foi revisado, de modo a abranger todos os temas tratados dentro da ferramenta Sistema Âmbito, e incluem as legislações nos campos ambiental, florestal, de saúde e segurança do trabalho, bem como, as demandas de processos de certificação florestal, tais como as convenções da OIT e outros acordos internacionais subscritos pelo Brasil (anexo procedimento revisado e publicado).</p>
<p>Revisão da SysFlor (Análise de eficácia)</p>	<p>A empresa apresentou uma nova versão do procedimento <i>PPG.01.00100 – Atendimento a Requisitos Legais</i>, contemplando a legislação aplicada nas operações florestais desenvolvidas na UMF, como a ambiental, florestal, de saúde e segurança do trabalho, bem como, as demandas de processos de certificação florestal (convenções internacionais requeridas pelo FSC na certificação de Manejo Florestal).</p>

Situação atual da NC/OM:	<input checked="" type="checkbox"/> Fechada <input type="checkbox"/> Outra decisão (<i>consulte descrição acima</i>)
---------------------------------	---

Constatação Número: 2017-02

Selecione uma: NC maior NC menor OM

NC/OM emitida para (quando mais de uma UMF):

Prazo para apresentação da ação corretiva (<i>ou ação de melhoria</i>) e do seu plano de implementação	<input type="checkbox"/> Pré-condição para certificação <input checked="" type="checkbox"/> 3 meses a partir da emissão do Relatório Final <input type="checkbox"/> Próxima Auditoria (Inspeção ou reavaliação) <input type="checkbox"/> Resposta é opcional (Apenas Oportunidade de Melhoria) <input type="checkbox"/> Outro prazo (especifique):
--	--

Indicador(es) Cerflor: 1.3.b)

Não conformidade (*ou Oportunidade de Melhoria*):
O EMF monitora os controles de frequência de seus colaboradores, jornada de trabalho, horas extras e demais questões trabalhistas. Porém foi verificado em uma frente de trabalho de colheita e nos registros de folha ponto que alguns colaboradores não estão cumprindo integralmente o horário de descanso do almoço de no mínimo uma hora (Intervalo para Refeição e Descanso - Artigo 71 § 3º da CLT X OJ 342 do TST).

Análise da Causa Raiz determinada pelo EMF: Falta de conhecimento dos gestores operacionais de colheita sobre a lei que estava sendo tramitada.

Ação Corretiva determinada pelo EMF (<i>ou Ação de Melhoria</i>) (<i>incluindo qualquer evidência encaminhada</i>)	Após a constatação do desvio, o horário de almoço retornou a uma hora e os operadores foram orientados sobre a importância de se cumprir o horário de descanso. Os gestores foram orientados a sempre procurar o RH em caso de dúvida relacionadas as leis trabalhistas.
---	--

Plano de Implementação da Ação Corretiva (<i>ou Ação de Melhoria</i>) (<i>incluindo qualquer evidência encaminhada</i>)	Diálogos foram realizados nos módulos de colheita a fim de orientar a todos sobre a importância de se cumprir a uma hora de almoço.
--	---

Parecer da Sysflor sobre o plano de implementação da ação corretiva (<i>ou ação de melhoria</i>)	<input checked="" type="checkbox"/> Aceito <input type="checkbox"/> Outra decisão (<i>consulte descrição acima</i>)
---	--

Prazo para implementação da ação corretiva (<i>ou ação de melhoria</i>)	<input type="checkbox"/> Pré-condição para certificação <input type="checkbox"/> 3 meses a partir da emissão do Relatório Final <input checked="" type="checkbox"/> Próxima Auditoria (Inspeção ou reavaliação) <input type="checkbox"/> Resposta é opcional (Apenas Oportunidade de Melhoria) <input type="checkbox"/> Outro prazo (especifique):
--	--

Evidência de implementação da ação corretiva definida no plano de ação (<i>ou ação de melhoria</i>)	Evidência: Diálogo realizado e cartões de ponto dos operadores evidenciado o apontamento de 1 hora de almoço.
--	---

Revisão da SysFlor
(Análise de eficácia)

A empresa informou que imediatamente após a auditoria já regularizou o horário de almoço para uma hora, considerando que a reforma trabalhista ainda não estava vigente.

Mesmo após a vigência da Reforma Trabalhista, a empresa optou por não alterar o horário de almoço, mantendo o tempo mínimo de uma hora, conforme evidenciado no ponto dos colaboradores de colheita referente ao período de 11/05 a 10/06/2018.

Nas inspeções realizadas na Fazenda Jacamim, Município de Ulianópolis, UP 82 A – 143, foram entrevistados o Gerente de Colheita Florestal, o Supervisor de Operações Florestais e três Operadores de Máquinas Florestais do Módulo de Colheita IV. Todos entrevistados confirmaram que os três turnos de colheita, que atuam na escala 6x2, possuem um horário de alimentação com uma hora de duração. Na oportunidade foram apresentados cartões de ponto do mês de maio de 2018 dos colaboradores entrevistados (cópias digitalizadas). Nos cartões de ponto, referentes aos três Operadores de Máquinas Florestais entrevistados, constavam, nos dias trabalhados, o intervalo de refeições de uma hora. Também foram verificados os controles de jornada no período de 11/04/2018 a 10/05/2018 dos operadores dos módulos de colheita 03 e 06, do módulo próprio de silvicultura e do módulo de mecânicos (EPS), onde foi evidenciado o apontamento de 1 hora de intervalo de refeição. Também foi verificado o controle de jornada dos trabalhadores das EPS de Silvicultura, onde constatou que todos os colaboradores entrevistados efetuam o intervalo de 1 hora de refeição.

Durante as verificações de campo, na macrorregião Porto Franco também foram verificados os registros de jornada na folha ponto de trabalhadores próprios e terceiros em 4 frentes de trabalho. Além dos registros, durante as entrevistas com os trabalhadores em campo, ficou evidenciado que todos cumprem o período de descanso de forma integral, respeitando o estipulado por lei.

Foi evidenciado ainda, a realização de Diálogos Diários de Segurança – DDS a respeito do “Horário de Refeição no Módulo / Certificação FSC”, com lista de presença constando do nome, NP (número de identificação do funcionário na empresa), cargo / setor e visto do colaborador, conforme abaixo evidenciado:

Módulo	Datas	Turma (Letra)	Nº Participantes
I	04/06/2018	A	13
	08/06/2018	B	27
	07/06/2018	C	12
	05/06/2018	D	13
II	04/06/2018	Não menciona	23
III	04/04/2018	A	14
	19/04/2018	C	16
	30/04/2018	B	13
IV	05/05/2018	A	09
	19/05/2018	B	13
	26/05/2018	B	11
	04/05/2018	C	11
	04/06/2018	D	10
	07/06/2018	D	09
VI	30/04/2018	Não menciona	08
	03/05/2018	Não menciona	11
Total	17		213

Situação atual da NC/OM:	<input checked="" type="checkbox"/> Fechada <input type="checkbox"/> Outra decisão (<i>consulte descrição acima</i>)
---------------------------------	---

Constatação Número: 2017-03

Selecione uma: **NC maior** **NC menor** **OM**

NC/OM emitida para (quando mais de uma UMF):

Prazo para apresentação da ação corretiva (<i>ou ação de melhoria</i>) e do seu plano de implementação	<input type="checkbox"/> Pré-condição para certificação <input type="checkbox"/> 3 meses a partir da emissão do Relatório Final <input type="checkbox"/> Próxima Auditoria (Inspeção ou reavaliação) <input type="checkbox"/> Resposta é opcional (Apenas Oportunidade de Melhoria) <input checked="" type="checkbox"/> Outro prazo (especifique): Pré-condição para inclusão das novas áreas no escopo do certificado.
--	---

Indicador(es) Cerflor: 2.2.a)

Não conformidade (*ou Oportunidade de Melhoria*):
Foi verificado que os mapas de uso de solo de algumas fazendas adquiridas pelo EMF recentemente e que estão sendo avaliadas para inclusão no escopo da Certificação não estão de acordo com a verdade terrestre. Nesses mapas estão cadastrados os plantios e os limites das fazendas, as demais áreas de uso de solo estão cadastradas como vegetação, porém em campo foi verificado que existem outros usos de solo relacionados à infraestrutura, jazidas, etc. A empresa está trabalhando na atualização desse cadastro que foi realizada apenas de cerca de 40% dessas propriedades. Apesar disso, sem a definição do correto uso de solo das propriedades não se pode definir os corretos dados de vegetação nativa e plantada. Sendo, portanto, necessária a finalização dessa atualização para inclusão dessas áreas no escopo do certificado.

Análise da Causa Raiz determinada pelo EMF: A base de geoprocessamento herdada do antigo empreendedor não estava de acordo com a verdade terrestre. A Suzano iniciou a atualização, mas não finalizou em tempo hábil para a auditoria de monitoramento.

Ação Corretiva determinada pelo EMF (<i>ou Ação de Melhoria</i>) (<i>incluindo qualquer evidência encaminhada</i>)	Houve atualização imediata do mapeamento, uso e ocupação do solo, das propriedades adquiridas junto a Queiroz Galvão, dentro do novo escopo da certificação florestal 2017. Os mapas foram inseridos no Sistema GISonline.
---	--

Plano de Implementação da Ação Corretiva (<i>ou Ação de Melhoria</i>) (<i>incluindo qualquer evidência encaminhada</i>)	Plano de ação: - Atualização dos mapas das propriedades adquiridas junto a Queiroz Galvão (Realizado). - Varredura UP a UP validando a área de plantio e disponível para plantio (Realizado). - Não inserção de fazendas na lista de áreas a certificar antes de garantir que os mapas estejam representando a verdade terrestre da propriedade (Realizado).
--	---

Parecer da Sysflor sobre o plano de implementação da ação corretiva (<i>ou ação de melhoria</i>)	<input checked="" type="checkbox"/> Aceito <input type="checkbox"/> Outra decisão (<i>consulte descrição acima</i>)
---	--

Prazo para implementação da	<input type="checkbox"/> Pré-condição para certificação <input type="checkbox"/> 3 meses a partir da emissão do Relatório Final
------------------------------------	--

ação corretiva (ou ação de melhoria)	<input type="checkbox"/> Próxima Auditoria (Inspeção ou reavaliação) <input type="checkbox"/> Resposta é opcional (Apenas Oportunidade de Melhoria) <input checked="" type="checkbox"/> Outro prazo (especifique): Pré-condição para inclusão das novas áreas no escopo do certificado.
Evidência de implementação da ação corretiva definida no plano de ação (ou ação de melhoria)	Mapas com a atualização de uso de solo das fazendas; Lista de propriedades do escopo com uso de solo atualizado, de acordo com o mapeamento.
Revisão da SysFlor (Análise de eficácia)	<p>Outubro 2017: A empresa apresentou os mapas de uso de solo atualizados das fazendas adquiridas recentemente e que foram avaliadas para inclusão no escopo de Certificação. Os mapas atuais estão disponíveis no GISonline aos colaboradores do EMF e correspondem a verdade terrestre. Porém, a empresa lista de demonstrativo de uso de solo das fazendas ainda não foi atualizada, motivo pelo qual a NC maior não pode ser encerrada.</p> <p>Dezembro 2017: O demonstrativo de uso de solo das fazendas que estão dentro do escopo foi atualizado, com base na atualização dos mapas. Os dados atualizados foram ajustados de acordo com a última atualização realizada no cadastro florestal da empresa e consta no item 7 desse relatório de auditoria.</p>
Situação atual da NC/OM:	<input checked="" type="checkbox"/> Fechada <input type="checkbox"/> Outra decisão (consulte descrição acima)

Constatação Número: 2017-04	
Selecione uma: <input type="checkbox"/> NC maior <input type="checkbox"/> NC menor <input checked="" type="checkbox"/> OM	
NC/OM emitida para (quando mais de uma UMF):	
Prazo para apresentação da ação corretiva (ou ação de melhoria) e do seu plano de implementação	<input type="checkbox"/> Pré-condição para certificação <input type="checkbox"/> 3 meses a partir da emissão do Relatório Final <input type="checkbox"/> Próxima Auditoria (Inspeção ou reavaliação) <input checked="" type="checkbox"/> Resposta é opcional (Apenas Oportunidade de Melhoria) <input type="checkbox"/> Outro prazo (especifique):
Indicador(es) Cerflor:	2.3.e)
Não conformidade (ou Oportunidade de Melhoria): O EMF possui registros (i.e. certificados, listas de presença) dos treinamentos, das capacitações e orientações fornecidas aos trabalhadores próprios e contratados, de forma a garantir o plano de manejo e procedimentos operacionais sejam corretamente compreendidos. Porém, foi verificado em uma frente do modulo de colheita que os colaboradores não compreendem como funciona o “Prêmio de produção” da empresa. Convém que a empresa desenvolva e registre treinamentos periódicos, capacitações e orientações aos trabalhadores próprios e contratados, de forma a garantir que o plano de manejo e os procedimentos e orientações operacionais, incluindo o funcionamento do “Prêmio de produção”, sejam corretamente compreendidos.	
Análise da Causa Raiz determinada pelo EMF: N/A – OM	
Ação Corretiva determinada pelo	N/A – OM

EMF (ou Ação de Melhoria) (incluindo qualquer evidência encaminhada)	
Plano de Implementação da Ação Corretiva (ou Ação de Melhoria) (incluindo qualquer evidência encaminhada)	N/A – OM
Parecer da Sysflor sobre o plano de implementação da ação corretiva (ou ação de melhoria)	<input type="checkbox"/> Aceito <input type="checkbox"/> Outra decisão (consulte descrição acima)
Prazo para implementação da ação corretiva (ou ação de melhoria)	<input type="checkbox"/> Pré-condição para certificação <input type="checkbox"/> 3 meses a partir da emissão do Relatório Final <input type="checkbox"/> Próxima Auditoria (Inspeção ou reavaliação) <input checked="" type="checkbox"/> Resposta é opcional (Apenas Oportunidade de Melhoria) <input type="checkbox"/> Outro prazo (especifique):
Evidência de implementação da ação corretiva definida no plano de ação (ou ação de melhoria)	<p>Treinamentos e orientações sobre o assunto foram realizados aos operadores e foi incluída uma pauta sobre o assunto na integração de novos colaboradores de colheita. Além disso, a área de Excelência Operacional está elaborando um novo procedimento de cálculo que facilitará o entendimento por parte dos operadores.</p> <p>Lista de presença - Treinamento em metodologia do Prêmio de Produção Para operadores de máquinas florestais.</p>
Revisão da SysFlor (Análise de eficácia)	<p>O EMF apresentou o registro de treinamentos periódicos, capacitações e orientações (DDS) de diferentes cursos relacionado as atividades operacionais próprias e de terceiros (EPS) incluindo o funcionamento do “Prêmio de produção”.</p> <p>A temática do prêmio produção e seu fornecimentos também foi inserido como um item a ser abordado na integração de novos colaboradores da Suzano e das EPS. A área de Excelência Operacional também está elaborando um novo procedimento de cálculo do “Prêmio Produção” que facilitará o entendimento por parte dos operadores.</p> <p>Foi verificado também que o resultado do índice de produção é divulgado nos editais das frentes de trabalho e permitem aos colaboradores um acompanhamento simultâneo, conforme verificados no modulo 06 de colheita na Fazenda Aliança II e no módulo 02 de colheita na Fazenda Itaparica.</p> <p>Evidências:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Lista de presença - Treinamento em metodologia do Prêmio de Produção Para Operadores de Máquinas Florestais, datado de 25/out/2017; 20/dez/2017 e 23/mai/2018 – com carga horária de 40 min; - Indicadores Colheita UNFMA – MA06 Visão Geral – Junho 2018, datado de 12/jun/2018 – Fazenda Aliança II. - Entrevista com os operadores de máquinas florestais (módulos 06 e 02), demonstrando que as ações implementadas pela empresa foram satisfatórias para o esclarecimento sobre o Prêmio de Produção.

Situação atual da NC/OM:	<input checked="" type="checkbox"/> Fechada <input type="checkbox"/> Outra decisão (<i>consulte descrição acima</i>)
---------------------------------	---

Constatação Número: 2017-05

Selecione uma: NC maior NC menor OM

NC/OM emitida para (quando mais de uma UMF):

Prazo para apresentação da ação corretiva (<i>ou ação de melhoria</i>) e do seu plano de implementação	<input type="checkbox"/> Pré-condição para certificação <input checked="" type="checkbox"/> 3 meses a partir da emissão do Relatório Final <input type="checkbox"/> Próxima Auditoria (Inspeção ou reavaliação) <input type="checkbox"/> Resposta é opcional (Apenas Oportunidade de Melhoria) <input type="checkbox"/> Outro prazo (especifique):
--	--

Indicador(es) Cerflor: 4.3.e)

Não conformidade (*ou Oportunidade de Melhoria*):
O EMF possui depósitos que armazenam os agrotóxicos de acordo com as recomendações dos fabricantes e da legislação vigente. Entretanto, após a retirada do produto pela EPS, não está sendo observado o tempo máximo da permanência do produto no campo, segundo procedimentos do EMF. Nos registros de movimentação de estoque do sistema SAP foi evidenciado que é frequente a retirada de grande volume de produtos químicos do depósito por EPS. Por exemplo, no dia 09/ago/2017, foi registrada a retirada de 2.850 Kg (Sistema SAP do EMF) de formicida. Para esse caso específico, *no DCO 03.00027 - Manual de Treinamento – Silvicultura – Formigas Cortadeiras do EMF*, está estipulado o prazo máximo de 5 dias de armazenamento desse produto no campo. A partir do Boletim de Medição de Serviço de Silvicultura (Nº 11.385) da EPS, foi constatado que o produto permaneceu no campo por 7 dias, durante o período de 09 a 16/ago/2017.

Análise da Causa Raiz determinada pelo EMF: Embora existisse o procedimento estipulando prazo máximo de 5 dias de armazenamento em campo do formicida, não havia um bloqueio de volume máximo do mesmo no depósito.

Ação Corretiva determinada pelo EMF (<i>ou Ação de Melhoria</i>) (<i>incluindo qualquer evidência encaminhada</i>)	O responsável pela liberação de agrotóxico, do depósito para o campo para aplicação, passou a liberar somente o volume que atende o tempo máximo de permanência do produto em campo, conforme procedimento do EMF.
---	--

Plano de Implementação da Ação Corretiva (<i>ou Ação de Melhoria</i>) (<i>incluindo qualquer evidência encaminhada</i>)	Em todos os depósitos foi bloqueada liberação de agrotóxico em volumes acima de 2mil kg para as EPSs.
--	---

Parecer da Sysflor sobre o plano de implementação da ação corretiva (<i>ou ação de melhoria</i>)	<input checked="" type="checkbox"/> Aceito <input type="checkbox"/> Outra decisão (<i>consulte descrição acima</i>)
---	--

Prazo para implementação da ação corretiva (<i>ou ação de melhoria</i>)	<input type="checkbox"/> Pré-condição para certificação <input type="checkbox"/> 3 meses a partir da emissão do Relatório Final <input checked="" type="checkbox"/> Próxima Auditoria (Inspeção ou reavaliação) <input type="checkbox"/> Resposta é opcional (Apenas Oportunidade de Melhoria)
--	---

	<input type="checkbox"/> Outro prazo (especifique):
Evidência de implementação da ação corretiva definida no plano de ação <i>(ou ação de melhoria)</i>	<i>Relatório de retirada de insumos MB51 SAP.</i>
Revisão da SysFlor <i>(Análise de eficácia)</i>	O EMF limitou a quantidade de retirada de produtos químicos dos depósitos, de acordo com estrutura disponível de aplicação das prestadoras de serviços. No caso da isca granulada, a limitação de 2 mil quilos de formicida foi baseada na capacidade diária de aplicação homem/dia pelo número de colaboradores responsáveis pela execução da atividade. Na auditoria foi verificado que no Sistema de registros SAP (MB51) do EMF, no período de janeiro a maio de 2018, foi verificado que não existia nenhuma retirada acima dos 2 mil Quilos de formicida. Durante a auditoria foram avaliadas duas retiradas (<i>Nota fiscal: 1513 de 16/05/2018; Nota Fiscal: 1514 de 17/05/2018</i>) de formicida, por prestadoras de serviços, dos depósitos de Porto Franco e Boa Fé, onde os Boletins de Medições de Serviços da Silvicultura indicaram aplicação do produto em período inferior a 5 dias. No depósito da Fazenda Monte Líbano também foi rastreada uma retirada de 1.050 quilos de formicida, em 21 e 22/05/2018, a qual foi aplicada em campo até o dia 26/05/2018, ou seja, não excedendo os 5 dias, conforme BDMS (Boletim de Medição de Serviço) da EPS de silvicultura, que realizou a aplicação.
Situação atual da NC/OM:	<input checked="" type="checkbox"/> Fechada <input type="checkbox"/> Outra decisão <i>(consulte descrição acima)</i>

Constatação Número: 2017-06	
Selecione uma:	<input type="checkbox"/> NC maior <input type="checkbox"/> NC menor <input checked="" type="checkbox"/> OM
NC/OM emitida para <i>(quando mais de uma UMF):</i>	
Prazo para apresentação da ação corretiva <i>(ou ação de melhoria) e do seu plano de implementação</i>	<input type="checkbox"/> Pré-condição para certificação <input type="checkbox"/> 3 meses a partir da emissão do Relatório Final <input type="checkbox"/> Próxima Auditoria (Inspeção ou reavaliação) <input checked="" type="checkbox"/> Resposta é opcional (Apenas Oportunidade de Melhoria) <input type="checkbox"/> Outro prazo (especifique):
Indicador(es) Cerflor:	5.1.b)
Não conformidade <i>(ou Oportunidade de Melhoria):</i> O EMF apresentou o plano de ação para prevenção, minimização e mitigação dos impactos negativos e alguns relatórios de visitas às comunidades que demonstram a implementação dessas ações. Também foi verificado durante as visitas às comunidades PA Novo Mundo, Morro Alegre, Sitio Novo e PA Serafim alguns resultados das ações implementadas pelo EMF. No entanto, essas ações são registradas em diversos documentos que não permitem ao EMF verificar e/ou analisar o conjunto das ações que estão sendo realizadas para tratamento dos impactos sociais.	
Análise da Causa Raiz determinada pelo EMF: Não ficou evidenciado na auditoria que o conjunto das ações (prevenção, minimização e mitigação) realizadas são capazes de tratar os impactos gerados pelas operações da EMF.	
Ação Corretiva	1. Ações Preventivas: Reimplantar a metodologia do RISA (Relatório Interno

<p>determinada pelo EMF (ou Ação de Melhoria) <i>(incluindo qualquer evidência encaminhada)</i></p>	<p>Socioambiental) Pré e Pós operações (colheita e transporte) e Modelo de Plano de Ação.</p> <p>2. Ações de minimização e mitigação: Implantar um relatório de acompanhamento e análise crítica anual das reclamações/impactos.</p>
<p>Plano de Implementação da Ação Corretiva (ou Ação de Melhoria) <i>(incluindo qualquer evidência encaminhada)</i></p>	<p>1. Anualmente é preenchida a <i>Matriz de Responsabilidade Social</i>, onde são cadastradas todas as fazendas que serão colhidas e cuja madeira será transportada durante o ano corrente. Também é relacionado quais serão as comunidades impactadas por estas operações, qual a criticidade do impacto gerado pelas operações florestais e quais as ações de relacionamento que serão realizadas. Esta matriz é atualizada sempre que houver mudança nos <i>Planos Táticos de Colheita e Transporte de Madeira</i>. Também é atualizado o status das ações de relacionamento elencadas como necessárias.</p> <p>2. Antes de iniciarem as atividades de colheita e transporte são realizadas as ações de relacionamento (reuniões com lideranças, reunião com a equipe de colheita, rodas de conversa com os moradores, etc.), que servem de subsídio para o levantamento dos impactos que poderão ser causados a estes grupos.</p> <p>3. A partir de abril de 2018, foi implantada a aplicação do formulário de levantamento de impactos (<i>RISA - Pré atividade</i>), onde a fazenda colhida ou a rota de transporte é avaliada.</p> <p>4. Com os impactos levantados pelo <i>RISA Pré atividade</i> é elaborado um <i>Mapeamento de Riscos e Impactos</i> e são propostas ações, responsáveis e datas, a fim de mitigar ou minimizar os impactos potenciais. Todos os planos de ação acordados e aprovados pela área operacional são lançados em uma planilha de acompanhamento, a fim de facilitar o monitoramento da implementação destes.</p> <p>5. Acompanhamento e análise crítica das reclamações recebidas, propiciando melhorias na definição e implementação das ações de mitigação e minimização de impactos.</p> <p>6. Após a conclusão das operações (colheita e transporte) é aplicado o formulário do <i>RISA Pós</i>, a fim de avaliar relatar se todos os planos de ação foram cumpridos e se há oportunidade de melhoria. Neste Momento é necessário voltar nas comunidades e verificar se o que foi feito foi suficiente.</p> <p>7. A cada ciclo da floresta (6 a 7 anos) é realizado uma avaliação dos impactos socioeconômicos e ambientais das atividades florestais, a fim de embasar as ações já tomadas e propiciar melhorias nos processos de levantamento e mitigação ou minimização dos impactos.</p>
<p>Parecer da Sysflor sobre o plano de implementação da ação corretiva (ou ação de melhoria)</p>	<p><input checked="" type="checkbox"/> Aceito</p> <p><input type="checkbox"/> Outra decisão <i>(consulte descrição acima)</i></p>
<p>Prazo para implementação da ação corretiva (ou ação de melhoria)</p>	<p><input type="checkbox"/> Pré-condição para certificação</p> <p><input type="checkbox"/> 3 meses a partir da emissão do Relatório Final</p> <p><input type="checkbox"/> Próxima Auditoria (Inspeção ou reavaliação)</p>

	<input checked="" type="checkbox"/> Resposta é opcional (Apenas Oportunidade de Melhoria) <input type="checkbox"/> Outro prazo (especifique):
Evidência de implementação da ação corretiva definida no plano de ação (ou ação de melhoria)	1. <i>Matriz de Responsabilidade Social;</i> 2. <i>Planos Táticos de Colheita e Transporte de Madeira;</i> 3. <i>RISA - Pré e Pós atividade;</i> 4. <i>Mapeamento de Riscos e Impactos.</i>
Revisão da SysFlor (Análise de eficácia)	O EMF reformulou os programas de avaliação de impactos sociais e reorganizou os documentos, de forma sequencial. Para cada impacto social identificado o EMF elaborou um documento denominado “Plano de ação” que contempla as medidas preventivas ou mitigadoras. Este plano é apresentado e acordado com a área operacional, que o implementa. A área social monitora a eficácia destas medidas através de visitas periódicas às partes afetadas, registradas em relatórios. Foram apresentados os registros sequenciais do processo de adoção, implementação e monitoramento das medidas mitigadoras dos impactos identificados nas comunidades vizinhas e para aquelas localizadas nas rotas de transporte do EMF.
Situação atual da NC/OM:	<input checked="" type="checkbox"/> Fechada <input type="checkbox"/> Outra decisão (consulte descrição acima)

Constatação Número: 2017-07	
Selecione uma: <input type="checkbox"/> NC maior <input checked="" type="checkbox"/> NC menor <input type="checkbox"/> OM	
NC/OM emitida para (quando mais de uma UMF):	
Prazo para apresentação da ação corretiva (ou ação de melhoria) e do seu plano de implementação	<input type="checkbox"/> Pré-condição para certificação <input checked="" type="checkbox"/> 3 meses a partir da emissão do Relatório Final <input type="checkbox"/> Próxima Auditoria (Inspeção ou reavaliação) <input type="checkbox"/> Resposta é opcional (Apenas Oportunidade de Melhoria) <input type="checkbox"/> Outro prazo (especifique):
Indicador(es) Cerflor:	5.1.g)
Não conformidade (ou Oportunidade de Melhoria): OM 2016-12 elevada à NC menor: “A empresa desenvolve Programas e ações sociais de responsabilidade social em suas unidades de produção, tendo como foco a geração de renda, educação, desenvolvimento comunitário, cultura, gestão e meio ambiente. Na macrorregião de Porto Franco, verificou-se que a empresa apoiou o desenvolvimento da atividade de apicultura junto às famílias do assentamento Angico (ACAN – Associação Comunitária de Angico) e a implantação de hortas comunitárias nos projetos de assentamentos Santa Luzia e Amigos da Terra. Essas ações foram iniciadas a partir da chegada da empresa na região em 2010/2011. Porém, não houve continuidade após 2013, nem há um plano de ação para a região. Convém que o EMF desenvolva ações de incentivo a empreendimentos locais na macrorregião de Porto Franco.” Para investimentos em projetos de interesse social nas regiões de sua atuação, a empresa estabeleceu como estratégia um novo processo de desenvolvimento territorial participativo, através da implantação de Conselhos Comunitários voltados para definição de temas prioritários pelas comunidades e de potenciais parceiros. As demandas provenientes dos Conselhos serão avaliadas pelo Comitê de Responsabilidade Social instituído pela empresa no início de 2017. Para a macrorregião de Porto Franco,	

<p>foi evidenciado por meio de Consulta Pública e Relatórios de visita às comunidades o início das discussões para constituição dos Conselhos Comunitários, sendo priorizada a implantação do Conselho em duas comunidades PA Serafim e PA Brejo da Ilha, no Maranhão, e na comunidade PA Amigos da Terra no Tocantins. Em julho de 2017 foi realizada a mobilização com as lideranças dessas comunidades para implantação dos Conselhos. A previsão é que até novembro/2017 projetos sociais demandados por meio dos Conselhos Comunitários estejam sendo apoiados e que a partir de 2018, os investimentos sociais atendam somente às demandas dos Conselhos.</p> <p>O desafio da empresa é grande, ao considerarmos que a metodologia de criação do conselho comunitário ainda é uma versão piloto, que está sendo construída a partir das experiências com as primeiras comunidades, a necessidade de acompanhar as reuniões dos conselhos e manter a comunidade mobilizada para seu funcionamento. Verifica-se, portanto, que o desenvolvimento de projetos de interesse social na Macrorregião de Porto Franco ainda está em uma fase inicial, requerendo tempo para consolidação das ações.</p> <p>Também foi verificado na documentação apresentada a respeito da implantação dos Conselhos Comunitários que não está claro quais serão os critérios que definirão a pertinência dos investimentos a serem realizados com base nas demandas de projetos sociais identificados nesses Conselhos em relação aos impactos socioeconômicos do manejo. Logo, foi emitida a essa NC menor, para que o EMF defina critérios para assegurar a pertinência dos investimentos sociais a serem realizados a partir das demandas locais em relação aos impactos identificados pelo EMF.</p>	
<p>Análise da Causa Raiz determinada pelo EMF: A metodologia de implantação dos Conselhos Comunitários ainda não estava consolidada e não foi possível evidenciar a relação desta com a Matriz de Responsabilidade Social, onde são priorizadas as comunidades mais impactadas pelo manejo da empresa.</p>	
<p>Ação Corretiva determinada pelo EMF (ou Ação de Melhoria) (incluindo qualquer evidência encaminhada)</p>	<p>Revisão da metodologia de implantação dos Conselhos Comunitários e definição dos critérios de elegibilidade de comunidades para a implantação dos Conselhos Comunitários.</p> <p>Relação entre a metodologia de implantação dos Conselhos Comunitários e a Matriz de Responsabilidade Social.</p>
<p>Plano de Implementação da Ação Corretiva (ou Ação de Melhoria) (incluindo qualquer evidência encaminhada)</p>	<p>Os conselhos comunitários são uma estratégia da Suzano para discutir de forma coletiva os investimentos na região direcionados para comunidades, mobilizando lideranças, agentes públicos e comunitários para debater a realidade local e encontrar soluções conjuntas.</p> <p>Atualmente, a unidade da Suzano no Maranhão mantém relacionamento direto com 224 comunidades situadas no entorno de suas propriedades e operações.</p> <p>Em 2014, buscando um maior envolvimento da comunidade nas discussões sobre investimentos e impactos socioeconômicos da empresa, surgiu a proposta de um fórum comunitário onde se pudesse debater as necessidades e oportunidades locais, envolvendo a empresa e o seu público de convivência.</p> <p>O processo de implantação dos Conselhos Comunitários iniciou em 2015. Após algumas experiências, percebeu-se a necessidade de alinhar expectativas tanto com o público interno da empresa, quanto com o externo, com relação a este processo, assim como algumas melhorias.</p> <p>Iniciamos então um processo de reorganização do conceito e expectativas. Foram realizadas pesquisas com público de referência internamente, como gerentes e diretores e, também com algumas lideranças comunitárias e participantes dos conselhos, a fim de subsidiar a revisão da metodologia de implantação e manutenção dos Conselhos Comunitários.</p>

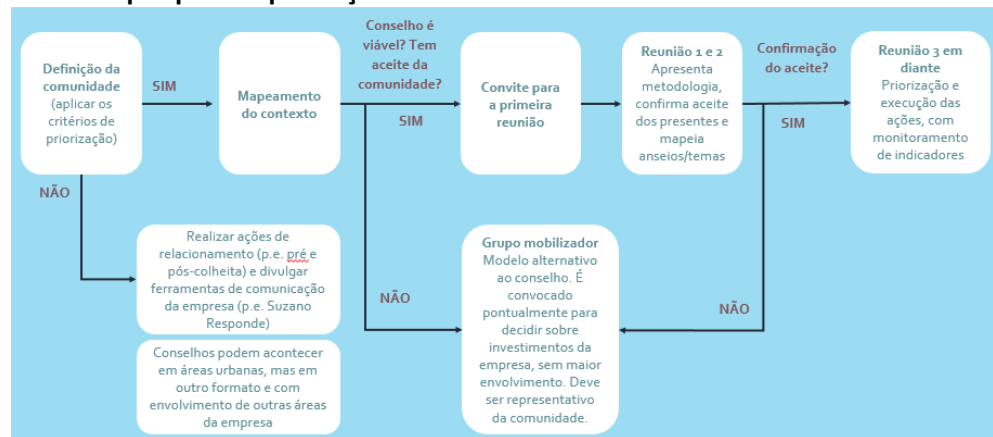
Em oficina direcionada, as equipes de Responsabilidade Social da Bahia e Maranhão, reuniram-se para avaliar e debater o material coletado, com objetivo de redefinir a metodologia e estratégias.

Critérios de Priorização – Comunidade elegíveis para implantação dos Conselhos:

- Comunidades classificadas como vulneráveis na Matriz de Priorização (Considera indicadores sociais oficiais – IBGE/Atlas do Desenvolvimento Social –PNUD; ocupação territorial das áreas da empresa; Grau de atividades operacionais, índice de reclamações por impacto);
- Comunidades com alto grau de impacto efetivo (localidades com operações florestais de alto impacto – Colheita, estradas e abastecimento, com período igual ou maior que 12 meses);
- Comunidades com número maior que 50 famílias/250 moradores; (baseado nas informações dos Inventários Sociais);
- Maturidade e Nível de instrução da Comunidade (identificado no diagnóstico rápido comunitário).

Os critérios são os mesmos adotados nas duas unidades (Bahia e Maranhão), com diferencial de peso, conforme a realidade e histórico de cada uma.

Etapas para implantação e monitoramento dos Conselhos:



A partir de 2018, todos os novos investimentos de caráter social e comunitário da empresa, são prioritariamente advindos das discussões dos Conselhos Comunitários ou dos grupos mobilizadores das comunidades não elegíveis. Para isso, foi criado internamente o Comitê de Responsabilidade Social, que reúne gestores e colaboradores de áreas de interesse (Sustentabilidade – Responsabilidade Social, Meio Ambiente e Governança, Relações Institucionais, Comunicação, RH, Industrial e Florestal). Este grupo avalia as condições para atendimento e apoio as demandas/projetos apresentados a empresa via conselho.

Os Conselhos Comunitários implantados e ativos, propiciaram o desenvolvimento inicial da metodologia bem como de sua revisão. Estes Conselhos apresentam diversos estágios de maturidade e atividade. (Arquivos evidenciados: Acompanhamento dos Conselhos Comunitários – 2018 através de planilha eletrônica(xlsx); diversas atas de reunião e listas de presença, bem como relatórios de visitas).

	<p>Próximos passos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Validar nova metodologia com os gestores envolvidos diretamente aos conselhos – prazo: julho/2018; • Classificar as comunidades de relacionamento em elegíveis e não elegíveis - prazo: Agosto/2018; • Elaborar cronograma de implantação dos conselhos – prazo: Agosto/2018; • Implantação e monitoramento dos conselhos e grupos mobilizadores. <p>Para as comunidades sem conselhos comunitários, organizaremos grupos mobilizadores (mapeamento de pessoas influentes e reconhecidas pelas comunidades que reunirão sempre que houver temas e assuntos de interesse do povoado relacionados a empresa) – <i>Arquivo evidenciado: Matriz de Responsabilidade Social.</i></p>
Parecer da Sysflor sobre o plano de implementação da ação corretiva (ou ação de melhoria)	<input checked="" type="checkbox"/> Aceito <input type="checkbox"/> Outra decisão (<i>consulte descrição acima</i>)
Prazo para implementação da ação corretiva (ou ação de melhoria)	<input type="checkbox"/> Pré-condição para certificação <input type="checkbox"/> 3 meses a partir da emissão do Relatório Final <input checked="" type="checkbox"/> Próxima Auditoria (Inspeção ou reavaliação) <input type="checkbox"/> Resposta é opcional (Apenas Oportunidade de Melhoria) <input type="checkbox"/> Outro prazo (especifique):
Evidência de implementação da ação corretiva definida no plano de ação (ou ação de melhoria)	<p>Lista das comunidades das fazendas do escopo certificado Ferramenta de acompanhamento dos Conselhos Comunitários. Atas e listas de presença dos Conselhos Comunitários já cadastrados e ativos. Matriz de Responsabilidade Social</p>
Revisão da SysFlor (Análise de eficácia)	<p>O EMF desenvolveu e apresentou os critérios utilizados para assegurar a pertinência dos investimentos sociais, conforme descrito acima e evidenciado na documentação apresentada, bem como identificou os passos a serem seguidos na implantação dos Conselhos Comunitários alinhados aos critérios estabelecidos.</p> <p>Foi evidenciado em campo, por meio de consulta às partes interessadas, que os integrantes dos conselhos compreendem a proposta dos mesmos, bem como verificou-se como se dá o processo de seleção dos projetos a serem implementados.</p>
Situação atual da NC/OM:	<input checked="" type="checkbox"/> Fechada <input type="checkbox"/> Outra decisão (<i>consulte descrição acima</i>)

Constatação Número: 2017-08

Selecione uma: NC maior NC menor OM

NC/OM emitida para (quando mais de uma UMF):	
Prazo para apresentação da ação corretiva (ou ação de melhoria) e do seu plano de implementação	<input type="checkbox"/> Pré-condição para certificação <input checked="" type="checkbox"/> 3 meses a partir da emissão do Relatório Final <input type="checkbox"/> Próxima Auditoria (Inspeção ou reavaliação) <input type="checkbox"/> Resposta é opcional (Apenas Oportunidade de Melhoria) <input type="checkbox"/> Outro prazo (especifique):
Indicador(es) Cerflor:	Portaria do Inmetro nº 547 de 25 de outubro de 2012, Tratamento de Reclamações, item 5
Não conformidade (ou Oportunidade de Melhoria): Embora o EMF possua tratativas implementadas referentes às reclamações recebidas, não é realizada uma análise crítica anual das reclamações recebidas e evidências da implementação das correspondentes ações corretivas, bem como das oportunidades de melhorias, registrando seus resultados.	
Análise da Causa Raiz determinada pelo EMF: Embora as reclamações e impactos fossem tratados, não ficou evidenciado na auditoria que a EMF acompanha a evolução destes e procede com uma análise crítica anual, buscando opções de melhorias.	
Ação Corretiva determinada pelo EMF (ou Ação de Melhoria) (incluindo qualquer evidência encaminhada)	Implantar um relatório de acompanhamento e análise crítica anual das reclamações/impactos.
Plano de Implementação da Ação Corretiva (ou Ação de Melhoria) (incluindo qualquer evidência encaminhada)	<ol style="list-style-type: none"> 1. Jan-jun/2018: elaboração do relatório de acompanhamento e análise crítica parcial das reclamações/impactos com dados de janeiro a maio de 2018; 2. Jul-dez/2018: atualização mensal das informações e criação dos indicadores de acompanhamento; 3. Jan/2019: apresentação do relatório de acompanhamento anual das reclamações de 2018.
Parecer da Sysflor sobre o plano de implementação da ação corretiva (ou ação de melhoria)	<input checked="" type="checkbox"/> Aceito <input type="checkbox"/> Outra decisão (consulte descrição acima)
Prazo para implementação da ação corretiva (ou ação de melhoria)	<input type="checkbox"/> Pré-condição para certificação <input type="checkbox"/> 3 meses a partir da emissão do Relatório Final <input checked="" type="checkbox"/> Próxima Auditoria (Inspeção ou reavaliação) <input type="checkbox"/> Resposta é opcional (Apenas Oportunidade de Melhoria) <input type="checkbox"/> Outro prazo (especifique):
Evidência de implementação da ação corretiva definida no plano de ação (ou ação de melhoria)	Relatório de acompanhamento das reclamações/impactos e análise crítica parcial.
Revisão da SysFlor (Análise de eficácia)	A empresa apresentou evidências de análise crítica parcial das reclamações de 2018. Porém, considerando que o plano de ação da empresa tem prazo de conclusão apenas para janeiro/2019 a NC menor foi mantida em aberto para acompanhamento das tratativas e conclusão do plano de ação corretiva (vide

	NC menor 2018-08).
Situação atual da NC/OM:	<input type="checkbox"/> Fechada <input checked="" type="checkbox"/> Outra decisão (<i>consulte descrição acima</i>)

4.4 Descrição das Novas Não Conformidades e Oportunidades de Melhoria

Constatação Número: 2018-01	
Selecione uma: <input type="checkbox"/> NC maior <input checked="" type="checkbox"/> NC menor <input type="checkbox"/> OM	
NC/OM emitida para (quando mais de uma UMF):	
Prazo para apresentação da ação corretiva (ou ação de melhoria) e do seu plano de implementação	<input checked="" type="checkbox"/> Pré-condição para certificação <input type="checkbox"/> 3 meses a partir da emissão do Relatório Final <input type="checkbox"/> Próxima Auditoria (Inspeção ou reavaliação) <input type="checkbox"/> Resposta é opcional (Apenas Oportunidade de Melhoria) <input type="checkbox"/> Outro prazo (especifique):
Indicador(es) Cerflor:	1.3 d)
Não conformidade (ou Oportunidade de Melhoria): Durante as inspeções de campo, foi verificado que o Certificado de Registro e Licenciamento do Veículo (CRLV) de alguns veículos de empresas terceirizadas estavam vencidos ou ainda indisponíveis e, também que cronotacógrafos estavam vencidos (em caminhões caçamba e em veículos de transporte de trabalhadores nas Macrorregiões de Porto Franco e de Dom Eliseu). O porte deste documento é obrigatório, segundo a Lei nº 13.281, de 4 de maio de 2016, que alterou a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro).	
Evidência da Não Conformidade (ou Oportunidade de Melhoria): Inspeção de campo nos veículos das empresas terceirizadas nas Macrorregiões de Porto Franco e de Dom Eliseu.	
<i>Os campos destacados em verde abaixo devem ser preenchidos pelo Empreendimento de Manejo Florestal (EMF)</i>	
Ação Imediata (quando aplicável)	Alertar os gestores das EPS sobre o porte dos documentos legais em seus respectivos veículos, via e-mail, GT de SSO e DDS;
Análise da Causa Raiz determinada pelo EMF:	Falha no sistema de controle de obrigações legais e procedimentos de caminhões e veículos de transporte de trabalhadores terceirizados.
Ação Corretiva determinada pelo EMF (ou Ação de Melhoria) (incluindo qualquer evidência encaminhada)	<p>O EMF solicitará a documentação dos terceiros diretos ou indiretos que atuarem na área, antes do início das atividades, bem como realizará inspeções de campo frequentes.</p> <p>Ações corretivas determinadas pelo EMF:</p> <p>Elaborar planilha de controle de vencimento de licenciamento, CNH e certificado dos tacógrafos de veículos próprios e terceiros. Colheita, Silvicultura e Logística;</p> <p>Fazer revisão do check-list de inspeção com a inclusão desses itens Documentos do veículo e tacógrafo;</p> <p>Verificar com a Destra a possibilidade de envio dos status de vencimento das CNHs dos colaboradores das EPS;</p> <p>Verificar qualidade da realização do check-list de máquinas e equipamentos através do IQS; e</p> <p>AC – Alertar os gestores das EPS sobre o porte dos documentos legais em suas respectivos veículos, via e-mail e GT de SSO.</p>
Plano de Implementação da	1. Ação imediata – Alertar os gestores das EPS sobre o porte dos documentos legais em seus respectivos veículos, via e-mail, GT de SSO e DDS;

Ação Corretiva (ou Ação de Melhoria) (incluindo qualquer evidência encaminhada)	<ol style="list-style-type: none"> 2. Elaborar planilha de controle de vencimento de licenciamento, CNH e certificado dos tacógrafos de veículos próprios e terceiros. Colheita, Silvicultura e Logística. (Elaborar um plano de ação para verificação/vistoria próprios e terceiros para execução até 31/12/2019 - inserir no GID); 3. Fazer revisão do check-list de inspeção com a inclusão desses itens Documentos do veículo e tacógrafo; 4. Verificar com a Destra a possibilidade de envio dos status de vencimento das CNHs dos colaboradores das EPS; 5. Verificar a qualidade da realização do check-list de máquinas e equipamentos através do IQS; 6. Realizar orientação quando ao preenchimento correto do check-list com os operadores e motoristas próprios e terceiros por meio de Diálogo de Segurança em Campo; 7. Monitorar o correto preenchimento por meio do SSOMA e do PPS. <p>O prazo para a conclusão destas ações será até: 31/03/2019.</p>
Parecer da Sysflor sobre o plano de implementação da ação corretiva (ou ação de melhoria)	<input checked="" type="checkbox"/> Aceito <input type="checkbox"/> Outra decisão (consulte descrição acima)
Prazo para implementação da ação corretiva (ou ação de melhoria)	<input type="checkbox"/> Pré-condição para certificação <input type="checkbox"/> 3 meses a partir da emissão do Relatório Final <input checked="" type="checkbox"/> Próxima Auditoria (Inspeção ou reavaliação) <input type="checkbox"/> Resposta é opcional (Apenas Oportunidade de Melhoria) <input type="checkbox"/> Outro prazo (especifique):
Evidência de implementação da ação corretiva definida no plano de ação (ou ação de melhoria)	
Revisão da SysFlor (Análise de eficácia)	
Situação atual da NC/OM:	<input type="checkbox"/> Fechada <input type="checkbox"/> Outra decisão (consulte descrição acima)

Constatação Número: 2018-02	
Selecione uma: <input type="checkbox"/> NC maior <input checked="" type="checkbox"/> NC menor <input type="checkbox"/> OM	
NC/OM emitida para (quando mais de uma UMF):	
Prazo para apresentação da ação corretiva (ou ação de melhoria) e do seu plano de implementação	<input checked="" type="checkbox"/> Pré-condição para certificação <input type="checkbox"/> 3 meses a partir da emissão do Relatório Final <input type="checkbox"/> Próxima Auditoria (Inspeção ou reavaliação) <input type="checkbox"/> Resposta é opcional (Apenas Oportunidade de Melhoria) <input type="checkbox"/> Outro prazo (especifique):
Indicador(es) Cerflor:	1.3.e
Não conformidade (ou Oportunidade de Melhoria):	
O Sistema de Gestão em Segurança e Saúde Ocupacional - SSO é corporativo e está plenamente	

<p>implementado. Para a verificação do cumprimento legal e eficiência das ações, o EMF implementou o programa SSOMA, que faz o monitoramento de Requisitos Legais, aplicáveis a Saúde e Segurança Ocupacional. Apesar disso, foi verificado que existem divergências nos Programas de Saúde e Segurança (i.e., PPRA, PCMSO e LTCAT) em relação ao estabelecido na Ordem de Serviço e ASOs dos colaboradores próprios e terceiros.</p> <p>Na documentação dos colaboradores próprios observou-se que:</p> <ul style="list-style-type: none"> - No ASO para o cargo Motorista não consta o exame de Eletroencefalograma previsto no PCMSO; - No cargo de Mecânico, existem divergências nos riscos ambientais descritos no PPRA em relação ao PCMSO e LTCAT; - No cargo de Técnico de Operações Florestais, os riscos ambientais presentes no ASO estão divergentes com aqueles descritos no PPRA, PCMSO e LTCAT; - No cargo de Assistente de Operações Florestais, os exames previstos no PCMSO não condizem com aqueles realizados no ASO. - A descrição das funções de algumas ordens de serviços é diferente das descrições previstas no PPRA, PCMSO e LTCAT. <p>Na documentação dos colaboradores terceiros observou-se que:</p> <ul style="list-style-type: none"> - O LTCAT dos Cargos de Almojarife e Encarregado de Qualidade Operacional, apresenta divergência em relação à descrição feita no PPRA e PCMSO. 	
<p>Evidência da Não Conformidade (ou Oportunidade de Melhoria): PPRA, PCMSO, LTCAT, Ordem de Serviços e ASO dos colaboradores próprios e terceiros.</p>	
<p><i>Os campos destacados em verde abaixo devem ser preenchidos pelo Empreendimento de Manejo Florestal (EMF)</i></p>	
<p>Ação Imediata (quando aplicável)</p>	
<p>Análise da Causa Raiz determinada pelo EMF:</p>	<p>Falha no sistema de controle de documentações de Saúde e segurança, ao que se refere à divergências no preenchimento de cargos, funções e riscos ambientais entre os programas PPRA e PCMSO; a LTCAT e a Ordem de Serviço.</p>
<p>Ação Corretiva determinada pelo EMF (ou Ação de Melhoria) (incluindo qualquer evidência encaminhada)</p>	<p>Reunião entre os coordenadores das unidades para definição de ação corporativa; Revisão e análise dos programas de segurança para identificar inconsistências; e Treinamento aos técnicos de segurança próprios quanto à avaliação minuciosa dos programas.</p>
<p>Plano de Implementação da Ação Corretiva (ou Ação de Melhoria) (incluindo qualquer evidência encaminhada)</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Reunião entre os coordenadores das unidades para definição de ação corporativa. 2. Revisão e análise dos programas de segurança para identificar desvios e elevar o nível de verificação documental (PCMSO, PPRA e LTCAT) para avaliar inconsistências entre os documentos (cargo, função, tipos de exames e demais itens pontuados pelo auditor); 3. Treinamento aos técnicos de segurança próprios quanto à avaliação minuciosa dos programas. <p>O prazo para a conclusão destas ações será até: 28/02/2019.</p>
<p>Parecer da Sysflor sobre o plano de implementação da ação corretiva (ou ação de melhoria)</p>	<p><input checked="" type="checkbox"/> Aceito <input type="checkbox"/> Outra decisão (consulte descrição acima)</p>
<p>Prazo para</p>	<p><input type="checkbox"/> Pré-condição para certificação</p>

implementação da ação corretiva (ou ação de melhoria)	<input type="checkbox"/> 3 meses a partir da emissão do Relatório Final <input checked="" type="checkbox"/> Próxima Auditoria (Inspeção ou reavaliação) <input type="checkbox"/> Resposta é opcional (Apenas Oportunidade de Melhoria) <input type="checkbox"/> Outro prazo (especifique):
Evidência de implementação da ação corretiva definida no plano de ação (ou ação de melhoria)	
Revisão da SysFlor (Análise de eficácia)	
Situação atual da NC/OM:	<input type="checkbox"/> Fechada <input type="checkbox"/> Outra decisão (consulte descrição acima)

Constatação Número: 2018-03	
Selecione uma: <input type="checkbox"/> NC maior <input type="checkbox"/> NC menor <input checked="" type="checkbox"/> OM	
NC/OM emitida para (quando mais de uma UMF):	
Prazo para apresentação da ação corretiva (ou ação de melhoria) e do seu plano de implementação	<input type="checkbox"/> Pré-condição para certificação <input type="checkbox"/> 3 meses a partir da emissão do Relatório Final <input type="checkbox"/> Próxima Auditoria (Inspeção ou reavaliação) <input checked="" type="checkbox"/> Resposta é opcional (Apenas Oportunidade de Melhoria) <input type="checkbox"/> Outro prazo (especifique):
Indicador(es) Cerflor:	2.3.e
Não conformidade (ou Oportunidade de Melhoria): Foi verificado nas inspeções de campo que alguns colaboradores não possuem clareza com relação ao preenchimento do check-list de equipamentos móveis e veículos, e que alguns itens regulares estavam sendo indicados como “Não Conforme” nesse documento. Isso, pode comprometer o processo de avaliação das condições das máquinas e veículos pela organização.	
Evidência da Não Conformidade (ou Oportunidade de Melhoria): Inspeção de campo; entrevista com colaboradores.	
<i>Os campos destacados em ver abaixo devem ser preenchidos pelo Empreendimento de Manejo Florestal (EMF)</i>	
Ação Imediata (quando aplicável)	
Análise da Causa Raiz determinada pelo EMF:	Falta de clareza na compreensão e no preenchimento do Check-list de equipamentos móveis e veículos por parte de alguns colaboradores.
Ação Corretiva determinada pelo EMF (ou Ação de Melhoria) (incluindo qualquer evidência encaminhada)	Fazer revisão do check-list de inspeção com a inclusão desses itens Documentos do veículo e tacógrafo; e Realizar orientação quanto ao preenchimento correto do check-list com os operadores e motoristas próprios e terceiros.
Plano de Implementação da Ação Corretiva (ou Ação de Melhoria) (incluindo qualquer evidência encaminhada)	<ol style="list-style-type: none"> 1. Fazer revisão do check-list de inspeção; 2. Realizar orientação quanto ao preenchimento correto do check-list aos operadores e motoristas próprios e terceiros por meio de Diálogo de Segurança em Campo; 3. Monitorar o correto preenchimento por meio do SSOMA e do PPS. <p>O prazo para a conclusão destas ações será até: 28/02/2019.</p>

Parecer da Sysflor sobre o plano de implementação da ação corretiva (ou ação de melhoria)	<input checked="" type="checkbox"/> Aceito <input type="checkbox"/> Outra decisão (<i>consulte descrição acima</i>)
Prazo para implementação da ação corretiva (ou ação de melhoria)	<input type="checkbox"/> Pré-condição para certificação <input type="checkbox"/> 3 meses a partir da emissão do Relatório Final <input type="checkbox"/> Próxima Auditoria (Inspeção ou reavaliação) <input checked="" type="checkbox"/> Resposta é opcional (Apenas Oportunidade de Melhoria) <input type="checkbox"/> Outro prazo (especifique):
Evidência de implementação da ação corretiva definida no plano de ação (ou ação de melhoria)	
Revisão da SysFlor (Análise de eficácia)	
Situação atual da NC/OM:	<input type="checkbox"/> Fechada <input type="checkbox"/> Outra decisão (<i>consulte descrição acima</i>)

Constatação Número: 2018-04	
Selecione uma: <input type="checkbox"/> NC maior <input type="checkbox"/> NC menor <input checked="" type="checkbox"/> OM	
NC/OM emitida para (quando mais de uma UMF):	
Prazo para apresentação da ação corretiva (ou ação de melhoria) e do seu plano de implementação	<input type="checkbox"/> Pré-condição para certificação <input type="checkbox"/> 3 meses a partir da emissão do Relatório Final <input type="checkbox"/> Próxima Auditoria (Inspeção ou reavaliação) <input checked="" type="checkbox"/> Resposta é opcional (Apenas Oportunidade de Melhoria) <input type="checkbox"/> Outro prazo (especifique):
Indicador(es) Cerflor:	2.4.d
Não conformidade (ou Oportunidade de Melhoria): Foi verificado que há divergência nas áreas que estão sinalizadas como fora do escopo, em relação a descrição do cadastro florestal. Por exemplo, na Fazenda Boa Fé a UP (Unidade de Produção) 62B146 consta como fora do escopo do certificado. Porém, no cadastro florestal essa UP está cadastrada como certificada. Foi evidenciado no cadastro que essa UP foi colhida em 2017, porém constatou-se que a madeira não foi comercializada pelo empreendimento e encontra-se armazenada no campo, conforme evidenciado por imagens de satélite. Também foi evidenciado pela organização que durante a auditoria o cadastro florestal foi corrigido para a UP da Fazenda Boa fé e essa UP foi novamente registrada como não certificada.	
Evidência da Não Conformidade (ou Oportunidade de Melhoria): Análise do cadastro florestal; imagem de satélite da Fazenda Boa Fé (UP 62B146). <i>Os campos destacados em ver abaixo devem ser preenchidos pelo Empreendimento de Manejo Florestal (EMF)</i>	
Ação Imediata (quando aplicável)	
Análise da Causa Raiz determinada pelo EMF:	Divergências de informações entre a base do cadastro florestal e o escopo certificado, ocasionado por falha no fluxo de informações entre áreas do EMF.
Ação Corretiva determinada pelo	Passar a gestão do cadastro, referente a base de áreas certificadas, para a área de Governança em Sustentabilidade. Criar procedimentos e instruções de

EMF (ou Ação de Melhoria) <i>(incluindo qualquer evidência encaminhada)</i>	trabalho para ordenar as ações e fluxos de atualizações da base cadastral.
Plano de Implementação da Ação Corretiva (ou Ação de Melhoria) <i>(incluindo qualquer evidência encaminhada)</i>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Transferir a responsabilidade de gestão do cadastro florestal, ao que se refere a base cadastral de áreas certificadas, da área de planejamento GPLAN, para a área de Governança em Sustentabilidade; 2. Criar procedimentos e instruções de trabalho para ordenar as ações e fluxos de atualizações da base cadastral certificada; e 3. Estabelecer periodicidade e responsáveis (designados pela área de Governança), para a gestão da base, ao que se refere as atualizações cadastrais e alterações de áreas do escopo de certificação. <p>O prazo para a conclusão destas ações será até: 31/03/2019</p>
Parecer da Sysflor sobre o plano de implementação da ação corretiva (ou ação de melhoria)	<input checked="" type="checkbox"/> Aceito <input type="checkbox"/> Outra decisão <i>(consulte descrição acima)</i>
Prazo para implementação da ação corretiva (ou ação de melhoria)	<input type="checkbox"/> Pré-condição para certificação <input type="checkbox"/> 3 meses a partir da emissão do Relatório Final <input type="checkbox"/> Próxima Auditoria (Inspeção ou reavaliação) <input type="checkbox"/> Resposta é opcional (Apenas Oportunidade de Melhoria) <input type="checkbox"/> Outro prazo (especifique):
Evidência de implementação da ação corretiva definida no plano de ação (ou ação de melhoria)	
Revisão da SysFlor <i>(Análise de eficácia)</i>	
Situação atual da NC/OM:	<input type="checkbox"/> Fechada <input type="checkbox"/> Outra decisão <i>(consulte descrição acima)</i>

Constatação Número: 2018-05	
Selecione uma: <input type="checkbox"/> NC maior <input checked="" type="checkbox"/> NC menor <input type="checkbox"/> OM	
NC/OM emitida para (quando mais de uma UMF):	
Prazo para apresentação da ação corretiva (ou ação de melhoria) e do seu plano de implementação	<input checked="" type="checkbox"/> Pré-condição para certificação <input type="checkbox"/> 3 meses a partir da emissão do Relatório Final <input type="checkbox"/> Próxima Auditoria (Inspeção ou reavaliação) <input type="checkbox"/> Resposta é opcional (Apenas Oportunidade de Melhoria) <input type="checkbox"/> Outro prazo (especifique):
Indicador(es) Cerflor:	5.1.a
Não conformidade (ou Oportunidade de Melhoria): O EMF evidenciou a realização de levantamentos e avaliação de impactos socioeconômicos gerados pelas atividades de manejo, conforme verificado na matriz de impactos, nos relatórios de visitas às comunidades, <i>Mapeamento de Riscos e Impactos</i> e no RISA (Relatório de Impactos Sócioambientais) realizado pré e pós atividade. Entretanto, não foram evidenciados o levantamentos e a avaliação de impactos socioeconômicos para a atividade de aplicação aérea de produtos químicos na UMF.	

Evidência da Não Conformidade (ou Oportunidade de Melhoria): <i>Mapeamento de Riscos e Impactos; RISA (Relatório de Impactos Sócioambientais); Entrevista com colaboradores.</i>	
<i>Os campos destacados em verde abaixo devem ser preenchidos pelo Empreendimento de Manejo Florestal (EMF)</i>	
Ação Imediata (quando aplicável)	
Análise da Causa Raiz determinada pelo EMF:	Houve um aumento significativo nas aplicações aéreas na UNF MA em virtude do aumento da base florestal (áreas da QG) e do ataque de pragas.
Ação Corretiva determinada pelo EMF (ou Ação de Melhoria) (incluindo qualquer evidência encaminhada)	A Organização deve conduzir uma avaliação de impactos socioeconômicos, identificando os impactos associados à atividade de aplicação aérea de produtos químicos na UMF, por meio de um processo participativo, envolvendo as partes interessadas e afetadas.
Plano de Implementação da Ação Corretiva (ou Ação de Melhoria) (incluindo qualquer evidência encaminhada)	<ol style="list-style-type: none"> 1. Conduzir uma avaliação de impactos socioeconômicos, identificando os impactos associados à atividade de aplicação aérea de produtos químicos na UMF, por meio de um processo participativo, envolvendo as partes interessadas e afetadas; 2. Incluir os impactos identificados na matriz de aspectos e impactos sociais; 3. Definir medidas de controle aos impactos identificados; 4. Revisar o procedimento de aplicação aérea (POP.03.00191), tornando-o abrangente, corporativo, adequado a situação atual e considerando as questões socioambientais. 5. Estabelecer um fluxo de informe do cronograma de aplicação aérea junto a área ambiental e social; 6. Consultar o órgão ambiental em relação ao tipo de licença necessária para atividade de aplicação aérea; 7. Estabelecer um fluxo de liberação para inclusão de novos produtos na lista técnica ou quando há alteração no modo de aplicação; 8. Readequar o material entregue a comunidade durante o Vizinhança Protegida a fim de abranger os novos produtos utilizados e modo de aplicação; 9. Avaliar a atualização do formulário do RISA de forma corporativa verificando a possibilidade de incluir a atividade de aplicação aérea. <p>O prazo para a conclusão destas ações será até: 30/03/2019.</p>
Parecer da Sysflor sobre o plano de implementação da ação corretiva (ou ação de melhoria)	<input checked="" type="checkbox"/> Aceito <input type="checkbox"/> Outra decisão (consulte descrição acima)
Prazo para implementação da ação corretiva (ou ação de melhoria)	<input type="checkbox"/> Pré-condição para certificação <input type="checkbox"/> 3 meses a partir da emissão do Relatório Final <input checked="" type="checkbox"/> Próxima Auditoria (Inspeção ou reavaliação) <input type="checkbox"/> Resposta é opcional (Apenas Oportunidade de Melhoria) <input type="checkbox"/> Outro prazo (especifique):
Evidência de implementação da ação corretiva	

definida no plano de ação (ou ação de melhoria)	
Revisão da SysFlor (Análise de eficácia)	
Situação atual da NC/OM:	<input type="checkbox"/> Fechada <input type="checkbox"/> Outra decisão (consulte descrição acima)

Constatação Número: 2018-06	
Selecione uma: <input type="checkbox"/> NC maior <input type="checkbox"/> NC menor <input checked="" type="checkbox"/> OM	
NC/OM emitida para (quando mais de uma UMF):	
Prazo para apresentação da ação corretiva (ou ação de melhoria) e do seu plano de implementação	<input type="checkbox"/> Pré-condição para certificação <input type="checkbox"/> 3 meses a partir da emissão do Relatório Final <input type="checkbox"/> Próxima Auditoria (Inspeção ou reavaliação) <input checked="" type="checkbox"/> Resposta é opcional (Apenas Oportunidade de Melhoria) <input type="checkbox"/> Outro prazo (especifique):
Indicador(es) Cerflor:	5.1.a
Não conformidade (ou Oportunidade de Melhoria): Foi observado que com a aprovação da reforma trabalhista em 2017, houveram modificações na remuneração das horas in-itinere por parte das EPS, considerando que essa remuneração não é mais obrigatória. Em campo, foram verificadas condutas diferenciadas em relação ao tema, nas diversas EPS inspecionadas. Algumas agregaram o valor ao salário, outras estão pagando sob forma de bônus (p.e. aumento na cesta básica) ou, ainda, horas extras, pois a simples redução poderia gerar um impacto no valor mensal, recebido pelos trabalhadores. Apesar disso, o EMF ainda não realizou uma avaliação dos impactos socioeconômicos dessa e das demais alterações da reforma trabalhista sobre os trabalhadores.	
Evidência da Não Conformidade (ou Oportunidade de Melhoria): Inspeção de campo; análise do processo de gestão de terceiros; entrevista com colaboradores.	
<i>Os campos destacados em ver abaixo devem ser preenchidos pelo Empreendimento de Manejo Florestal (EMF)</i>	
Ação Imediata (quando aplicável)	
Análise da Causa Raiz determinada pelo EMF:	Falha no controle de gestão das folhas de pagamentos e de acordos coletivos das EPS após a aprovação da reforma trabalhista ao que se refere à exclusão da obrigatoriedade da remuneração das horas in-itinere.
Ação Corretiva determinada pelo EMF (ou Ação de Melhoria) (incluindo qualquer evidência encaminhada)	Buscar amparo jurídico para gestão de contratos das EPS, ao que se refere as mudanças na legislação trabalhista. Criar planilha de controle de gestão de acordos coletivos e folhas de pagamentos.
Plano de Implementação da Ação Corretiva (ou Ação de Melhoria) (incluindo qualquer evidência encaminhada)	<ol style="list-style-type: none"> 1. Analisar juridicamente os impactos do advento da reforma trabalhista referente a redação do artigo 58, § 2º, da CLT, o qual passou a desobrigar o pagamento das horas in-itinere; 2. Para o caso da gestão de contratos das EPS (Empresas prestadoras de serviços) criar planilha de controle de gestão de acordos coletivos e folhas de pagamentos; <p>O prazo para a conclusão destas ações será até: 30/05/2019.</p>
Parecer da Sysflor sobre o plano de implementação da	<input type="checkbox"/> Aceito <input checked="" type="checkbox"/> Outra decisão (consulte descrição acima): As ações da empresa não preveem claramente uma avaliação dos impactos socioeconômicos da

ação corretiva (ou ação de melhoria)	remuneração das horas in itinere e das demais alterações da reforma trabalhista sobre os trabalhadores, pois apenas considera a análise jurídica da questão.
Prazo para implementação da ação corretiva (ou ação de melhoria)	<input type="checkbox"/> Pré-condição para certificação <input type="checkbox"/> 3 meses a partir da emissão do Relatório Final <input type="checkbox"/> Próxima Auditoria (Inspeção ou reavaliação) <input checked="" type="checkbox"/> Resposta é opcional (Apenas Oportunidade de Melhoria) <input type="checkbox"/> Outro prazo (especifique):
Evidência de implementação da ação corretiva definida no plano de ação (ou ação de melhoria)	
Revisão da SysFlor (Análise de eficácia)	
Situação atual da NC/OM:	<input type="checkbox"/> Fechada <input type="checkbox"/> Outra decisão (consulte descrição acima)

Constatação Número: 2018-07	
Selecione uma: <input type="checkbox"/> NC maior <input checked="" type="checkbox"/> NC menor <input type="checkbox"/> OM	
NC/OM emitida para (quando mais de uma UMF):	
Prazo para apresentação da ação corretiva (ou ação de melhoria) e do seu plano de implementação	<input checked="" type="checkbox"/> Pré-condição para certificação <input type="checkbox"/> 3 meses a partir da emissão do Relatório Final <input type="checkbox"/> Próxima Auditoria (Inspeção ou reavaliação) <input type="checkbox"/> Resposta é opcional (Apenas Oportunidade de Melhoria) <input type="checkbox"/> Outro prazo (especifique):
Indicador(es) Cerflor:	5.2.c)
Não conformidade (ou Oportunidade de Melhoria): O EMF apresentou uma planilha denominada “demandas impactos 2018”, que contempla os comentários e reclamações recebidas pelos diferentes canais de comunicação e diálogo (i.e., Suzano Responde – 0800, Suzano em campo, e-mail, whatsapp, contato direto com pessoas da empresa, etc.), bem como as ações tomadas para cada questão. Entretanto, verificou-se que não há registros nessa planilha que evidenciem que as respostas foram fornecidas às partes interessadas. Também foi verificado que questões importantes tratadas com a comunidade não estão sendo registradas pela organização como, por exemplo, o acordo para a recuperação do açai utilizado pela comunidade que foi queimado em um incêndio. Em entrevistas realizadas, evidenciou-se que no acordo verbal o EMF se compromete a repassar as mudas de açaí para comunidade plantar, entretanto, há uma demora significativa nas ações, não sendo possível acompanhar o encaminhamento das ações tomadas por parte da empresa.	
Evidência da Não Conformidade (ou Oportunidade de Melhoria): Planilha “demandas impactos 2018”; entrevista com partes interessadas; entrevista com colaboradores.	
<i>Os campos destacados em verde abaixo devem ser preenchidos pelo Empreendimento de Manejo Florestal (EMF)</i>	
Ação Imediata (quando aplicável)	
Análise da Causa Raiz determinada pelo EMF:	O Procedimento PPG 01.00183 – ‘Comunicação e Relacionamento com as Partes Interessadas’ – onde se determina o fluxo adequado de atendimento a queixas, demandas e sugestões de Público externo não foi seguido adequadamente.

Ação Corretiva determinada pelo EMF (ou Ação de Melhoria) <i>(incluindo qualquer evidência encaminhada)</i>	O EMF deve seguir o procedimento PPG 01.00183 – ‘Comunicação e Relacionamento com as Partes Interessadas’ – o qual regula o adequadamente o atendimento a queixas, demandas e sugestões de Público externo por meio de uma plataforma online de gestão de fluxo de solicitações denominado como ‘SOCIALL’.
Plano de Implementação da Ação Corretiva (ou Ação de Melhoria) <i>(incluindo qualquer evidência encaminhada)</i>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Revisar procedimento PPG 01.00183 – ‘Comunicação e Relacionamento com as Partes Interessadas’ – o qual regula o atendimento a queixas, demandas e sugestões de Público externo denominado como ‘SOCIALL’, e verificar a necessidade de adequação do mesmo; 2. Definir como fluxo padrão para o registro, monitoramento, tratativas e respostas relacionadas a comentários/reclamações realizadas por partes interessadas por meio do sistema ‘SOCIALL’; 3. Disseminar para todas as áreas que possuem algum tipo de interação com as comunidades o fluxo para registro de reclamações (fortalecer o uso do sistema Social), bem como, os procedimentos referentes ao relacionamento com as partes interessadas; 4. Realizar treinamento da ferramenta Social aos facilitadores definidos pelas áreas; 5. Estabelecer indicadores, metas para tratativa de reclamações e impactos e análise crítica. <p>O prazo para a conclusão destas ações será até: 30/03/2019.</p>
Parecer da Sysflor sobre o plano de implementação da ação corretiva (ou ação de melhoria)	<input checked="" type="checkbox"/> Aceito <input type="checkbox"/> Outra decisão <i>(consulte descrição acima)</i>
Prazo para implementação da ação corretiva (ou ação de melhoria)	<input type="checkbox"/> Pré-condição para certificação <input type="checkbox"/> 3 meses a partir da emissão do Relatório Final <input type="checkbox"/> Próxima Auditoria (Inspeção ou reavaliação) <input checked="" type="checkbox"/> Resposta é opcional (Apenas Oportunidade de Melhoria) <input type="checkbox"/> Outro prazo (especifique):
Evidência de implementação da ação corretiva definida no plano de ação (ou ação de melhoria)	
Revisão da SysFlor <i>(Análise de eficácia)</i>	
Situação atual da NC/OM:	<input type="checkbox"/> Fechada <input type="checkbox"/> Outra decisão <i>(consulte descrição acima)</i>

Constatação Número: 2018-08
Selecione uma: <input type="checkbox"/> NC maior <input checked="" type="checkbox"/> NC menor <input type="checkbox"/> OM

NC/OM emitida para (quando mais de uma UMF):	
Prazo para apresentação da ação corretiva (ou ação de melhoria) e do seu plano de implementação	<input checked="" type="checkbox"/> Pré-condição para certificação <input type="checkbox"/> 3 meses a partir da emissão do Relatório Final <input type="checkbox"/> Próxima Auditoria (Inspeção ou reavaliação) <input type="checkbox"/> Resposta é opcional (Apenas Oportunidade de Melhoria) <input type="checkbox"/> Outro prazo (especifique):
Indicador(es) Cerflor:	Portaria do Inmetro nº 547 de 25 de outubro de 2012, Tratamento de Reclamações, item 5
Não conformidade (ou Oportunidade de Melhoria):	
<p>Não conclusão do plano de ação da NC menor 2017-08: “Embora o EMF possua tratativas implementadas referentes às reclamações recebidas, não é realizada uma análise crítica anual das reclamações recebidas e evidências da implementação das correspondentes ações corretivas, bem como das oportunidades de melhorias, registrando seus resultados.”</p> <p>A empresa apresentou evidências de análise crítica parcial das reclamações de 2018. Porém, considerando que o plano de ação da empresa tem prazo de conclusão apenas para janeiro/2019 a NC menor foi mantida em aberto para acompanhamento das tratativas e conclusão do plano de ação corretiva.</p>	
Evidência da Não Conformidade (ou Oportunidade de Melhoria):	
Relatório de acompanhamento das reclamações/impactos e análise crítica parcial.	
<i>Os campos destacados em verde abaixo devem ser preenchidos pelo Empreendimento de Manejo Florestal (EMF)</i>	
Ação Imediata (quando aplicável)	
Análise da Causa Raiz determinada pelo EMF:	O Procedimento PPG 01.00183 – ‘Comunicação e Relacionamento com as Partes Interessadas’ – onde se determina o fluxo adequado de atendimento a queixas, demandas e sugestões de Público externo, não contempla a metodologia e a periodicidade para se realizar a análise crítica das reclamações, demandas e sugestões do público externo.
Ação Corretiva determinada pelo EMF (ou Ação de Melhoria) (incluindo qualquer evidência encaminhada)	<p>Revisar o procedimento PPG 01.00183 – ‘Comunicação e Relacionamento com as Partes Interessadas’ – o qual regula o atendimento a queixas, demandas e sugestões de Público externo denominado como ‘SOCIAL’, e incorporar informações como metodologia, periodicidade de se realizar análises críticas de reclamações, demandas e sugestões do público externo.</p> <p>Disseminar para todas as áreas que possuem algum tipo de interação com as partes interessadas o fluxo para registro de reclamações (fortalecer o uso do sistema Social), bem como, os procedimentos referentes ao relacionamento com as partes interessadas;</p> <p>Realizar treinamento da ferramenta Social aos facilitadores definidos pelas áreas;</p> <p>Estabelecer indicadores, metas para tratativa de reclamações e impactos e análise crítica.</p>
Plano de Implementação da Ação Corretiva (ou Ação de Melhoria) (incluindo qualquer evidência encaminhada)	<ol style="list-style-type: none"> 1. Revisar procedimento PPG 01.00183 – ‘Comunicação e Relacionamento com as Partes Interessadas’ – o qual regula o atendimento a queixas, demandas e sugestões de Público externo denominado como ‘SOCIAL’, e incorporar informações como metodologia, periodicidade de se realizar análises críticas de reclamações, demandas e sugestões do público externo; 2. Disseminar para todas as áreas que possuem algum tipo de interação com as partes interessadas o fluxo para registro de reclamações (fortalecer o uso do sistema Social), bem como, os procedimentos referentes ao

	<p>relacionamento com as partes interessadas;</p> <p>3. Realizar treinamento da ferramenta Social aos facilitadores definidos pelas áreas;</p> <p>4. Estabelecer indicadores, metas para tratativa de reclamações, impactos e análise crítica.</p> <p>O prazo para a conclusão destas ações será até: 31/03/2019.</p>
Parecer da Sysflor sobre o plano de implementação da ação corretiva (ou ação de melhoria)	<input checked="" type="checkbox"/> Aceito <input type="checkbox"/> Outra decisão (consulte descrição acima)
Prazo para implementação da ação corretiva (ou ação de melhoria)	<input type="checkbox"/> Pré-condição para certificação <input type="checkbox"/> 3 meses a partir da emissão do Relatório Final <input checked="" type="checkbox"/> Próxima Auditoria (Inspeção ou reavaliação) <input type="checkbox"/> Resposta é opcional (Apenas Oportunidade de Melhoria) <input type="checkbox"/> Outro prazo (especifique):
Evidência de implementação da ação corretiva definida no plano de ação (ou ação de melhoria)	
Revisão da SysFlor (Análise de eficácia)	
Situação atual da NC/OM:	<input type="checkbox"/> Fechada <input type="checkbox"/> Outra decisão (consulte descrição acima)

5. DECISÃO DA CERTIFICAÇÃO

Recomendação de Certificação	
A Certificação CERFLOR deve ser concedida ao EMF, sujeita à implementação das ações corretivas definidas para as NC menores apresentadas na Seção 4	Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/>
A equipe de avaliação da SYSFLOR faz a recomendação acima para certificação com base na plena e própria execução dos protocolos de avaliação da SYSFLOR. Se a certificação for recomendada, o EMF demonstrou satisfatoriamente os itens seguintes, sem exceção:	
A equipe de auditores avaliou o sistema de gestão do cliente e concluiu que o escopo de certificação (ver item 1 acima) está adequado aos requisitos de manejo florestal aplicável.	Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/>
Com base nos resultados obtidos a equipe de auditores confirma que os objetivos da auditoria foram atingidos.	Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/>
O EMF demonstrou que seu sistema de manejo é capaz de assegurar que todas as normas aplicáveis dos padrões sejam cumpridas na área florestal coberta pelo escopo da avaliação.	Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/>
O EMF demonstrou que o sistema de manejo está sendo implementado de forma consistente na área florestal coberta pelo escopo do certificado.	Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/>
Para certificação de UMF-múltipla (ou multi-site) o EMF demonstrou que o sistema de gestão controla as atividades em todos os sites, podendo-se prosseguir com a abordagem multi-site.	Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> N/A <input checked="" type="checkbox"/>

Comentários: A empresa tem demonstrado conformidade com o padrão Cerflor. Durante a auditoria não foram emitidas não conformidades maiores. Em função da conformidade com o sistema, a recertificação está sendo recomendada.